

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ / Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde.

MATHEUS RODRIGUES DA SILVA

LUGAR DE CABEÇA, LUGAR DE PELE: raça, loucura e escravidão na cidade do Rio de Janeiro (1852 – 1888).

Rio de Janeiro

2021

MATHEUS RODRIGUES DA SILVA

**LUGAR DE CABEÇA, LUGAR DE PELE: RAÇA, LOUCURA E ESCRAVIDÃO NA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1852 – 1888).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História da Saúde.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Tânia Salgado Pimenta

Rio de Janeiro

2021

MATHEUS RODRIGUES DA SILVA

**LUGAR DE CABEÇA, LUGAR DE PELE: RAÇA, LOUCURA E ESCRAVIDÃO NA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1852 – 1888).**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Saúde.

BANCA EXAMINADORA

.....
Prof^a. Dr^a. Tânia Salgado Pimenta (Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz) – Orientadora

.....
Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes (Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro)

.....
Prof^a. Dr^a. Ana Teresa Acatuassú Venâncio (Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz)

SUPLENTES

.....
Prof^a. Dr^a. Iamara da Silva Viana (Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro)

.....
Prof^a. Dr^a. Cristiana Facchinetti (Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz)

Rio de Janeiro

2021

Ficha Catalográfica

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da Fundação.

S586I SILVA, Matheus Rodrigues da.

Lugar de cabeça, lugar de pele: raça, loucura e escravidão na cidade do Rio de Janeiro (1852 – 1888) / Matheus Rodrigues da Silva; orientadora Tânia Salgado Pimenta. – Rio de Janeiro: s. n., 2021.
152 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2021.
Bibliografia: 118 – 120 f.

1. Saúde Mental. 2. Grupo com Ancestrais do Continente Africano. 3. Escravização. 4. Hospício Pedro II. 5. História do Século XIX. 6. Brasil.

CDD 305.8

Catálogo na fonte – Eliane Monteiro de Santana Dias – CRB7-5011

Aos Pretos e Pretas que vieram antes de mim.
Em especial, Dona Jacyra e Seu Ribamar.
Avó e Pai, que me ensinaram que quando se tem a nossa pele
é necessário ler duas vezes os livros,
e que a educação sempre será a chave.
Obrigado por tudo!

AGRADECIMENTOS

Quando ingressei no curso mestrado no ano de 2019, muitas eram às expectativas sobre como se dariam os processos de crescimento pessoal e profissional que tal experiência haveria de me proporcionar ao longo desses dois anos. Entretanto com a chegada do ano de 2020, nem eu, nem o resto do mundo, poderíamos imaginar a intensidade das transformações que este difícil ano haveria de trazer. Raiva. Negação. Estresse. Cansaço. Desmotivação. Desgaste. Ressignificação. Esperança. A escrita desta dissertação passou por todas estas fases para chegar até aqui. E, todavia, jamais seria possível enfrentar essa difícil jornada sozinho. Por isso este momento é dedicado para aquelas e aqueles que sempre estiveram comigo – perto ou longe – me dando força, suporte e coragem para que eu pudesse superar e conquistar mais essa etapa, no árduo percurso do fazer acadêmico/intelectual.

Primeiramente à todos os internos do Hospício de Pedro II e suas vivências e memórias sensíveis. Toda licença, necessária. Todo o Respeito, afirmado. Talvez seja nisso que consista a essência deste trabalho. É necessário sermos gratos. É necessário termos respeito. Respeito aos corpos e mentes mutilados e massacrados ao longo dos anos, para que um dia eu estivesse aqui nesta tarefa de escrever tais palavras. Respeito os espaços pisados, por séculos e negados e que hoje tanto batalhamos para ainda permanecer. Respeito às histórias, respeito à História. Respeito às vivências e memórias ainda tão presentes em cada letra das fontes, ainda tão vivas em cada papeleta rasgada e amassada com as quais tive contato. E um mais do que obrigado à “bem patrocinada”, Stela do Patrocínio.

Agradeço também a minha família: mãe, irmã e madrinha. Que mesmo cansadas, essas corajosas mulheres pretas não deixaram um momento se quer, de depositar suas orações e fé na minha capacidade. E mesmo com minha teimosia, se sacrificaram tanto pela minha educação e se mantêm até hoje perseverantes na paciência e no amor para comigo. As mais belas palavras não seriam capazes de traduzir o sentimento de gratidão que eu tenho por cada uma de vocês.

Em seguida, quero agradecer também aos meus companheiros de jornada, que eu tenho o prazer de chamar de amigos. Tanto de dentro, quanto de fora da Academia, e que tornaram essa trajetória um pouco mais leve, cheia de afeto e de muitas boas risadas. De dentro agradeço a Gabrielle Abreu, William Galdino, Anderson Marinho, Deborah Costa, Naillivy Carvalho, Lucas Oliveira, Guilherme Moreira, Tâmisa Caduda e Ana Beatriz Ramos, o mais maravilhoso bonde que tive o prazer de cativar e ser cativado, e, no momento em que eu mais precisei estiveram lá. A Alessandra Lima, minha companheira de mestrado por toda a

sabedoria e doçura nos conselhos desde as maratonas de estudo na biblioteca do CCBB, os seminários de “História e historiografia da Ciência” em pleno o Madureira Shopping, até a última disciplina do curso. E em especial a Lucas Tovar, que sem essa bixa, toda sua paciência, e seus maravilhosos conhecimentos sobre estatística certamente eu já teria enlouquecido e desistido.

De fora, primeiro agradeço a Bruna Elizabeth, mais de uma década de apoio mútuo e mesmo de longe. Perto. E a Mariana Pantaleão e Anne Paula a dupla mais valorosa da Zona Norte, e apesar de ser cria de Marechal, Honório Gurgel sempre viverá em mim.

Para finalizar a série dos amigos, agradeço a Igor Valente. Meu amigo. Meu companheiro não só da quarentena, mas espero que por toda a vida. Entre falhas e afetos. Amor.

Um agradecimento especial à equipe do Arquivo Permanente do Centro de Documentação e Memória do Instituto Municipal Assistência à Saúde Nise da Silveira, local de muito aprendizado e encanto, onde cultura e a memória – mesmo com todos os ataques – pulsam, permanecem vivas, atentas e livres. Um mais do que especial obrigado à Daniele Ribeiro e a Fernanda Antunes, sem a dedicação de vocês essa dissertação não seria possível e que venham mais “Loucuras Suburbanas”, churrascos e confraternizações de fim de ano depois da pandemia!

Por fim, um grande agradecimento e toda gratidão ao mestre e professor Flávio Gomes, que sempre acreditou no meu potencial e me ensinou que tem a pele escura “não pode parar só na graduação!”; levo esse lema pra vida. Agradeço a professora Ana Venâncio, que para além da dedicação no ensino e das maravilhosas indicações bibliográficas, me ensinou que o ofício do historiador também demanda um devido planejamento e organização. Por último, mas não menos importante – na verdade muito importante, diga-se de passagem – a PACIÊNCIA e a EMPATIA sempre desempenhadas pela professora Tânia Salgado Pimenta no exercício de orientação; e espero de verdade que toda essa parceria continue!

Desta forma, finalizo este quadro desejando a todos citados nesses parágrafos, todo o meu respeito, carinho e admiração. De fato são tempos difíceis para as ciências, para os historiadores, e para o pensamento crítico, em meio a ondas negacionistas e cortes de verbas, sem vocês essa caminhada não seria possível e tão pouco repleta de amor e gratidão. Obrigado!

“Ninguém é doido.
Ou então,
Todos.”
(ROSA, 1985: 36).

RESUMO

SILVA, Matheus Rodrigues da. *LUGAR DE CABEÇA, LUGAR DE PELE: raça, loucura e escravidão na cidade do Rio de Janeiro (1852 – 1888)*. 2021. 152 f. Dissertação de Mestrado – FIOCRUZ / Casa de Oswaldo Cruz, Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Rio de Janeiro, 2021.

A presente pesquisa pretende analisar como as categorias e as perspectivas de (auto)classificação social de “cor” e “raça” foram mobilizadas, compreendidas e, sobretudo associadas as vivências e saberes acerca da “alienação mental”, dentro e fora do Hospício de Pedro II, entre meados do século XIX até a abolição do sistema escravista em 1888. Na intenção não só de investigar as experiências de doença e cura de moléstias mentais, mas também de compreender as expectativas, negociações e possíveis tensões sociais presentes na cidade do Rio de Janeiro e no espaço físico em si; bem como de reversionar e problematizar determinados os perfis sociais de uma parcela específica de pacientes – pretos e pardos – na instituição.

Foram mobilizadas fontes provenientes a partir dos prontuários nos Dossiês de internação do antigo hospício, em sua maioria sob a guarda do Arquivo Permanente do Centro de Documentação e Memória do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira (CDM – IMASNS), Relatórios Ministeriais do Império e também relatos de imprensa da época como os do “*Diário do Rio de Janeiro*” e da “*Gazeta da Tarde*”. Para adentrar mais a fundo nessa temática e conceber de forma mais prudente todos esses contextos, processos e trajetórias, como metodologia, procedeu-se à análise da forma, discursos e dados presentes nos prontuários médicos e nos jornais mencionados.

A principal hipótese em questão é que quanto mais próximo e iminente o término do sistema escravista, mais sofisticados se tornariam os sentidos e usos das categorias de “raça” e “cor”. O que por sua vez, nas dimensões públicas, os debates quanto à loucura também seriam marcados por um tensionado jogo de (auto)apresentação entre indivíduos pretos e pardos – cativos, livres e libertos – durante a segunda metade do século XIX; tanto no quesito asilar, mediante a análise dos prontuários; como fora dele, por conta dos registros dos jornais.

Palavras Chave: raça, cor, loucura, Hospício de Pedro II, escravidão.

ABSTRACT

SILVA, Matheus Rodrigues da. *PLACE OF HEAD, PLACE OF SKIN: race, madness and slavery in the city of Rio de Janeiro (1852 – 1888)*. 2021. 152 f. Masters Dissertation – FIOCRUZ / Casa de Oswaldo Cruz, Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Rio de Janeiro, 2021.

This research intends to analyze how the categories and perspectives of social (self) classification of "color" and "race" were mobilized, understood and, above all, associated with the experiences and knowledge about "mental alienation", inside and outside the Hospício de Pedro II, between the middle of the 19th century until the abolition of the slave system in 1888. With the intention, not only of investigating the experiences of illness and cure of mental illnesses; but also to understand the expectations, negotiations and possible social tensions present in the city of Rio de Janeiro and in the physical space itself; as well as to revise and problematize certain social profiles of a specific portion of patients - blacks and browns - in the institution.

Sources from medical records was mobilized from the inpatient dossiers of the former hospice, mostly under the custody of the Permanent Archive of the Documentation and Memory Center of the Municipal Institute of Health Assistance Nise da Silveira (CDM - IMASNS), Ministerial Reports of the Empire and also press reports of the time such as those of "*Diário do Rio de Janeiro*" and "*Gazeta da Tarde*". In order to delve deeper into this theme and, to conceive in a more prudent way all these contexts, processes and trajectories, as a methodology, was analyzed the form, the speeches and data present in the medical records and in the mentioned newspapers.

The main hypothesis in question is that the closer and more imminent the end of the slave system, the more sophisticated the senses of such categories would become. Which, in turn, in the public dimensions, debates about madness would also be marked by a tensioned game of (self) presentation between black and brown individuals - captives, free and freed - during the second half of the 19th century; both inside the asylum, through the analysis of the medical records; as outside, due to newspaper records.

Keywords: race, color, madness, Hospice de Pedro II, slavery.

LISTA DE SIGLAS

HPII – Hospício de Pedro II.

HNA – Hospício Nacional de Alienados.

IMASJM – Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira.

IMASNS – Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira.

SCM – RJ – Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

LISTA DE IMAGENS, GRÁFICOS E TABELAS

Modelo de Prontuário anos de 1850.....	80
Modelo de Prontuário anos de 1860.....	81
Modelo de Prontuário anos de 1870.....	82
Modelo de Prontuário anos de 1880.....	83
Modelo de página do Livro de Matrícula de Escravos – 1863 a 1866.....	85
Tabela 1. Distribuição Geral dos internos por COR e RAÇA, 1872 – 1888.....	89
Tabela 2. Distribuição Geral dos internos por COR e CONDIÇÃO, 1872 – 1888.....	90
Tabela 3. Movimento Geral de internos, década de 1870.....	96
Gráfico 1. Quadro Geral dos “Motivos de Saída” por COR, 1872 – 1888.....	97
Gráfico 2. Quadro Geral dos “Motivos de Saída” por COR (%), 1872 – 1888.....	97
Tabela 4. Distribuição Geral do número de ALTAS por CONDIÇÃO entre Pretos e Pardos (%), 1872 – 1888.....	98
Tabela 5. Distribuição Geral do número de FALECIMENTOS por CONDIÇÃO entre Pretos e Pardos (%), 1872 – 1888.....	99
Tabela 6. Distribuição Geral dos internos por CLASSE e COR (%), 1872 – 1888.....	101
Tabela 7. Distribuição Geral dos internos por COR e CLASSE (%), 1872 – 1888.....	102
Gráfico 3. Média quanto ao TEMPO DE INTERNAÇÃO por COR, 1872 – 1888.....	106
Gráfico 4. Média quanto ao TEMPO DE INTERNAÇÃO por COR e GÊNERO, 1872 – 1888.....	106

SUMÁRIO

Introdução:	01
Perspectivas Teóricas:.....	06
Metodologia e Fontes:.....	11
Distribuição dos Capítulos:.....	14
Capítulo I: HISTÓRIAS DE CABEÇA & PELE: um balanço racial para a historiografia do Hospício de Pedro II.....	17
1.1 Das Histórias da Instituição:.....	20
1.2 Das Histórias dos Internos:.....	28
Capítulo II: A LOUCURA NA LIBERDADE: Investigando os discursos e representações de alienação acerca de Pretos e Pardos pelo Rio de Janeiro escravista:.....	35
2.1 Anos 1850:.....	37
2.2 Anos 1860:.....	43
2.3 Anos 1870:.....	49
2.4 Anos 1880:.....	55
Capítulo III: AQUARELA DE UM DUPLO CATIVEIRO? A “cor” e a “raça” nas internações do hospício (1872 – 1888).....	66
3.1. Do 18 de Julho ao 13 de Maio: entre denúncias e tensões.....	68
3.2. Raça <i>versus</i> . Cor: Revisitando Dados. Questionando Perfis:.....	73
3.2.1 Entre Cores e Casos:.....	77
3.2.2 Entre Curas e Mortes:.....	96
3.2.3 O tempo de internação:.....	103
Considerações Finais.....	111
Referências:.....	118
Fontes:.....	118
Sítios Online:.....	120
Bibliografia:.....	120
Anexo I – Anúncios Anos 1850.....	129

Anexo II – Anúncios Anos 1850.....	130
Anexo III – Anúncios Anos 1860.....	131
Anexo IV – Anúncios Anos 1870.....	132
Anexo V – Anúncios Anos 1870.....	133
Anexo VI – Anúncios Anos 1880.....	134
Anexo VII – Anúncios Anos 1880.....	135
Anexo VIII – Ofício de Internação Francisco Cabiúna 1867.....	136
Anexo IX – Livro de Matrícula de Escravos 1863 – 1866.....	137

INTRODUÇÃO

“É dito: pelo chão você não pode ficar.
 Porque lugar de cabeça é na cabeça.
 Lugar de corpo é no corpo.
 Pelas paredes você também não pode.
 Pelas camas também você não vai poder ficar.
 Pelo espaço vazio você também não vai poder ficar.
 Porque lugar de cabeça é na cabeça.
 Lugar de corpo é no corpo (...).”
 (PATROCÍNIO, 2001: 52).

A primeira vez que entrei em contato com essas palavras não foi por meio de um livro. Eu apenas as ouvi. Muitas vezes. Por muitas vozes. Tratava-se de uma dramatização¹ apresentada ao Espaço Travessia/Núcleo de Ciência, Cultura e Saúde, inserido dentro das atividades terapêuticas do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira no bairro do Engenho de Dentro, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Era apenas uma pausa no estágio e, mas do que imediatamente, dentro de mim logo tomou espaço. Tomou hospício. Tomou história. Assim, esta pesquisa não objetiva somente cumprir o papel de explicar, contextualizar ou problematizar determinadas “categorias x” de um “contexto y”. Deixo aqui bem claro, aqui bem posto, que para além de investigações e aplicações conceituais, busca-se aqui também o alcance de dimensões outras, de caracteres simbólicos. Sensoriais.

Não pense também, por um momento, que as palavras a seguir serão de mais uma grande narrativa heróica de como uma mulher preta, internada por cerca de 30 anos em uma instituição psiquiátrica, conseguiu ressignificar sua vida por meio das palavras e de uma incomparável resiliência. Não. Se você quiser saber mais sobre a amante de Coca-cola, biscoitos de chocolate, leite condensado, de óculos de sol e maços de cigarro, sobre como a filha de Zilda e Manoel, que cuspiam psicotrópicos, e por meio de seus escritos em papelão e um necessário “falatório”, conquistou muito mais lugares e cabeças que a administração e os médicos do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira poderiam imaginar; se você quiser entender mais a fundo sobre como tudo isso também toma lugar nessa pesquisa, leia seus escritos, vá atrás do “falatório”. Seu nome é Stela do Patrocínio. E sim, essa mulher tem nome. Essa mulher tem corpo. Essa mulher tem pele.

Ficou surpreso? Pois é, ao longo da escrita de cada página e ponto deste texto, me peguei refletindo para a questão, sobre como podemos falar e escrever com tamanha liberdade acerca do *outro*?

¹ Tratava-se do projeto performance “LUGAR DE CABEÇA LUGAR DE CORPO”, também baseada na obra de Stela do Patrocínio e apresentada e idealizada por Anna Fernanda, Bruno Peixoto e Danielle Oliveira.

De certo que é evidente que tanto o formato de escrita, como a trajetória de Stela se apresentam aqui como grandes eixos norteadores. Mas me pareceu profundamente injusto traçar aqui toda a sua memorável narrativa, tirando o fôlego de uma obra original e, naturalmente privar você leitor do mesmo sobressalto que foi te-lá encontrado pela primeira vez. Ao refletir um pouco mais, trazendo a tarefa acadêmica mais para perto, o que me parece é que: em certa medida, tanto a escravidão, como a psiquiatria, e até a própria História têm desempenhado importantes papéis neste grande questionamento. Entre o falar e o escrever, é fato, que determinados corpos historicamente foram e, infelizmente, ainda têm sido silenciados das mais angustiantes formas. Reduzidos a mercadorias. Nada mais do que experimentos, cobaias, dados. Números. Neste grande processo de mortificação, no qual os indivíduos tem sua individualidade e subjetividade quase que totalmente invisibilizadas, não passando de narrativas sem forma, sem rosto e sem nome. Dito isso, esse trabalho precisa ser lido e entendido enquanto um plano de ação, que se coloca também no compromisso para a desnaturalização deste tipo de narrativas.

Stela não foi a primeira nem a última pessoa racializada, cuja a trajetória foi atravessada pelo “paradigma da loucura”. Entre nomes importantes como o escritor Lima Barreto e o artista Arthur Bispo do Rosário, existiram outros. Muitos outros. Na fronteira entre agências e ausências, que minha fala também seja atravessada pela memória e o respeito às trajetórias destes *outros*. Que a minha conduta, nem de longe, se aproxime de historiadores famintos por fontes, ávidos por quantificações e sistematizações e que acabam por negligenciar a ética e a consideração pela sua natureza sensível das mesmas. Quando mobilizamos prontuários não há de se perder de vista a dimensão de vida por trás de cada observação médica e de cada campo preenchido. Por fim, que o meu escrever possa ser compreendido como um dispositivo intelectual aberto – passível de críticas – para uma livre discussão que alcance cada vez mais uma pluralidade entre vivências e possibilidades outras de construção de conhecimento.

Entendido esse aspecto primordial, passamos então para a elucidação dos principais eixos desta pesquisa, que consistem: na enumeração dos objetivos; nas motivações e contextualizações para os recortes temporal e espacial; nas principais categorias e referenciais teóricos a serem utilizados; na metodologia e nas fontes mobilizadas; e na distribuição dos capítulos.

Começamos então pelo título, que nada mais se trata do que uma provocação retórica que nos convida a refletir – por intermédio da oralidade e da subjetividade na obra de Stela – sobre dois importantes fenômenos históricos de existência e diferença: a loucura e a raça.

Entretanto, para suprimir eventuais desarranjos neste entendimento, acredito ser importante advertir, logo no início, que a obra e trajetória de Stela não se apresentam aqui como o objeto e sim enquanto um importante referencial para o formato e às possibilidades para o melhor desenvolvimento e experimentação de novos processos de escritas.

Já o principal objetivo é o de investigar como as categorias e perspectivas de (auto)classificação social de “*cor*” e “*raça*” foram mobilizadas, compreendidas e, sobretudo associadas à vivências e saberes acerca da alienação mental, dentro e fora do Hospício de Pedro II, a partir da segunda metade do século XIX até a abolição do sistema escravista no ano de 1888. Na intenção de compreender às expectativas, negociações e possíveis tensões entre os atores sociais envolvidos, cujo cenário é a cidade do Rio de Janeiro.

Ao longo dos capítulos da dissertação, pretendi alcançar outros objetivos específicos como: estabelecer correlações entre uma historiografia da psiquiatria e da escravidão, por intermédio de uma revisão crítica das narrativas acerca do Hospício de Pedro II, que tem incluído os debates sobre loucura e raça como eixos dessa história. Também busquei examinar os discursos e representações acerca das vivências de indivíduos pretos e pardos – *a priori* – acometidos por enfermidades mentais (e não necessariamente internos) em meio a cidade do Rio de Janeiro ao longo de todo o recorte proposto. Assim como, descrever o funcionamento e as transformações institucionais do Hospício de Pedro II, considerando principalmente os aspectos do cenário escravista e das dinâmicas sociorraciais ocorridas no Rio de Janeiro oitocentista. Além disso, interessa identificar, revisar e problematizar determinados perfis sociais de mulheres e homens entre uma parcela específica de pacientes – pretos e pardos – do hospício, bem como, as dinâmicas de saúde, doença e cura de moléstias mentais desta população na instituição em questão entre os anos de 1872 e 1888. Por fim, o ultimo objetivo é o de averiguar as dimensões de agência, autoinscrição e possíveis autoclassificações entre os indivíduos pretos e pardos nos prontuários e demais documentações presentes nos dossiês de internação do Hospício de Pedro II e nos registros de imprensa de ampla circulação do período.

Parto do ano de 1852, por se tratar do ano da inauguração oficial da edificação do Hospício de Pedro II, e sigo até o ano de 1888 enquanto um marco para a emancipação e fim do sistema escravista no Brasil. Torna-se válido ressaltar também a relevância do ano de 1872 para nossa discussão (presente especificamente no terceiro capítulo), nesse sentido convém situar-los não apenas em aspectos relacionados a uma possível “crise” voltada para o sistema escravista, desencadeada desde o ano anterior com a conhecida “Lei do Ventre Livre” (SAMPAIO, 2001). Mas também nos aproximarmos de outros marcos importantes para a

pesquisa como o ano de aplicação do importante censo oficial do Império em 1872, suscitando importantes debates quanto a investigação e contagem de populações por parte do Estado brasileiro; bem como o ano de início de significativas transformações para as dinâmicas sociorraciais de classificação de pacientes dentro hospício, afinal também já teriam se passado exatos 20 anos desde o término de sua construção.

Quanto ao recorte espacial: “ainda era Rio de Janeiro, Botafogo” (PATROCÍNIO, 2001). A cidade nesse período fora uma das áreas urbanas na qual as lógicas do sistema escravista mais se expandiram e frutificaram. Ao longo de mais de três séculos, o *modus operandi* dessa sociedade – cujos terríveis frutos são colhidos até os dias atuais – esteve intensamente estruturado a partir das dinâmicas provenientes deste sistema. Desta forma, ao contextualizar esse complexo cenário, ressaltar-se-a algumas discussões institucionais voltadas para o hospício, que inclusive, nos ajudarão a compreender melhor as inflexões das práticas assistenciais cujo interesse aqui também se apresenta. Assim, no que diz respeito à saúde e à higiene urbana em meados do século XIX, uma das palavras-chave é “intervenções”. E não foram poucas quando nos aprofundamos nos estudos voltados para a corte do Rio de Janeiro.

No que tange um crescimento carioca urbano cada vez mais cosmopolita, este só haveria de ser pensado devido aos desmontes de morros, escoamentos de pântanos, aterramentos de lagoas, destruição de cortiços, aberturas e calçamentos de novas avenidas, e até mesmo mediante a sofisticação das políticas públicas no combate às doenças (inclusive as mentais). Todavia, nas agendas da administração da capital era necessário uma higiene não só física, mas também social. E é justamente para esse sentido que as proposições para a fundação de novos espaços de terapêutica e pesquisa (ambiência ao qual esta pesquisa se insere), bem dos saberes sobre alienação mental, também irão caminhar, em total paralelo ao cada vez mais pulsante “paradigma da modernidade” do século XIX (MACHADO *et al.*, 1978).

Assim, como já foi dito, a criação de novas instituições de saúde trata-se de um aspecto que também pode ser inserido nas agendas da administração imperial. Tratamos aqui de uma instituição específica. Em poucas palavras, tratamos aqui de um hospício. Ou melhor. O hospício. Nosso “Lugar de Cabeça”. Batizado de “Hospício de Pedro II” em homenagem ao imperador e, agitando todo um longo planejamento, que resultou em nada mais, nada menos do que o título de primeira instituição em toda a América Latina voltada exclusivamente para o tratamento e cura das enfermidades mentais. E é, justamente, a partir de sua fundação, que também seriam inaugurados os primeiros estudos e trabalhos (inclusive historiográficos) acerca dos saberes e produções médicas da psiquiatria no Brasil. Campo ao qual essa pesquisa – não por acaso – também pode ser inserida.

Para avançarmos na elucidação, é preciso considerarmos as interrelações entre os principais atores (paciente e médicos) no histórico das instituições de assistência e saúde. A partir do século XVIII o que ocorre é uma mutação sobre a figura do “hospital” e sobre como este espaço estava sendo compreendido socialmente. De lugares com a garantia de uma “boa morte”, para espaços de formação; alguns historiadores têm proposto que tanto a presença de estudantes de medicina, junto a seus mestres, no exame de leitos clínicos e cadáveres para fins didáticos; como a transformação histórico-conceitual para o fenômeno do adoecimento, a ser direcionado unicamente pela ciência médica têm sido elementos fundamentais para a concepção de um novo papel do ambiente hospitalar. Ou seja, para a historiografia considerar a presença dos médicos nos hospitais e sua tomada enquanto base institucional para o desenvolvimento de sua profissão (constantemente manuseado mediante o aspecto do ensino para novos alunos/profissionais) acabaria por revelar não só a perspectiva da *medicalização* deste espaço, mas também na redefinição de papéis, olhares e hierarquias sociais internas e externas ao próprio hospital (SANGLARD; FERREIRA, 2018: 155).

Já com relação aos possíveis enfermos específicos, estes eram conhecidos pelos médicos como “alienados” e popularmente como “loucos”. Quer fossem brancos, pretos, pardos, pobres, livres, libertos, ou escravizados, todos até então não detinham de um estabelecimento específico que cuidasse unicamente de suas possíveis alienações mentais. Sendo assim, inicialmente acabavam reclusos em suas casas, quando as famílias podiam mantê-los; outros permaneciam à vagar pelas ruas gerando uma série de tensões em diversos pontos por toda a Corte e outros municípios da província; ou quando não, tinham como destino, os “depósitos” da Santa Casa de Misericórdia que, por sua vez não possuía de qualquer infraestrutura necessária para os “bons padrões” de tratamento da época (RIBEIRO, 2016: 21 – 29).

Com os anos a realidade da precarização e da superlotação na Santa Casa de Misericórdia seria cada vez mais aparente. Quadro esse, que ao longo da primeira metade do século XIX foi somado aos ideários médicos, que difundiam veementemente considerações: quanto a um caráter mais profissional dos saberes alienistas, as relativas a visões mais “humanitárias” no tratamento dado aos enfermos e, por fim a necessidade de existência de um local específico para a produção e desenvolvimento de seus conhecimentos científicos. Assim, o debate iniciado nos anos de 1830 nas “campanhas de higienistas” (ENGEL, 2001) é fortificado por intermédio das discussões entre médicos e políticos, acabando por ganhar cada vez mais força, até chegar aos atendimentos do então imperador D. Pedro II, que decide à favor da construção de um lugar exclusivo para o tratamento de alienados. Um espaço totalmente estruturado sob os parâmetros da medicina europeia francesa e tendo toda a sua jurisdição

anexada à administração da Santa Casa de Misericórdia (RIBEIRO, 2016; MEYER, 2010: 473 – 480).

A obra teve início em 1842, contando com uma grande quantidade de investimentos do Governo Imperial e outros recursos advindos de setores privados. Segundo a historiadora Daniele Ribeiro (2016: 21 – 29) “imbricavam-se diversos interesses e expectativas para aquele estabelecimento”, ou seja, era mais do que imperativo que esse “laboratório” depois de pronto obtivesse sucesso. E assim, prolongando-se por cerca de 11 anos após seu decreto de fundação de dia 18 de julho de 1841, o Hospício de Pedro II, situado na extinta praia da Saudade², foi oficialmente inaugurado somente no ano de 1852. Sob a premissa de um espaço “destinado privativamente para asilo, tratamento e curativo de alienados de ambos os sexos de todo o Império, sem distinção de condição, naturalidade e religião.”³.

Por mais de 45 anos suas atividades se mantiveram ininterruptas. Até efetivamente o ano de 1889, quando a partir do golpe republicano, as dinâmicas sociais do hospício sofreriam importantes mutações que iriam desde a sua total desanexação da Santa Casa de Misericórdia, passando pela reformulação de todo o regimento interno, até a sua renomeação para a alcunha de “Hospício Nacional de Alienados”.

O recorte agora está posto. Entretanto, para além das preocupações com relação a um espaço físico em si, destinado as práticas de assistência e tratamento, torna-se importante considerarmos também que uma das especificidades deste trabalho está no enfoque para os sujeitos e corpos negros nas ruas e suas proximidades com esta específica instituição de saúde. Portanto, ao considerarmos as atuações e políticas de saúde por parte de uma determinada “elite” e/ou de uma “classe senhorial” neste respectivo período, juntamente com as proposições médicas em geral, é preciso termos logo em mente que muito antes do advento do século XIX o corpo negro – traduzido aqui a partir do termo “preto” e “pardo” – já era algo passível de intervenções. Não apenas com relação a uma manutenção de sua vida por conta do caráter de mão-de-obra, mas também porque naturalmente já haveria de representar perigos físicos e/ou morais à sociedade, devido a toda a sua aproximação com os seios das famílias brancas (PORTO, 2006).

Perspectiva Teórica

E é nesse sentido que adentramos nas principais categorias e referenciais teóricos, não só para entendermos como esses corpos foram, mas sobretudo, como podem ser investigados da

² Região do atual bairro de Botafogo na cidade do Rio de Janeiro.

³ Decreto nº 1077, de 4 de Dezembro de 1852. Aprova mandar executar os estatutos do Hospício de Pedro II.

forma mais prudente e potente possível. Primeiro, é preciso salientar que, por um lado, esta dissertação se coloca no compromisso em preservar ao máximo as subjetividades e memórias de cada sujeito a ser mencionado. Por outro, não que creio que tal pensamento seja, de fato, uma vanguarda para os estudos históricos. Em 1954 com *Doença Mental e Personalidade*, o importante filósofo e historiador francês Michael Foucault já demonstrara uma certa preocupação acerca das limitações de se considerar o ser humano enquanto um domínio absolutamente objetivo do mundo natural e sobre como a busca desenfreada por um ideário de cientificidade, poderia então resultar em nada mais do que um grande e pomposo reducionismo. Anos mais tarde, na reedição como *Doença Mental e Psicologia* (1962), o intelectual voltaria a reafirmar uma necessidade de vigilância para tal questionamento, desta vez com relação ao bom uso da “perspectiva histórica” para o determinado objeto, afinal a consideração da mesma seria fundamental para reduzir os abismos daquilo que é o objeto do conhecimento e, daquele que almeja “o conhecer” (PINHO, 2007: 14 – 19).

Decerto que, contextualizando bem, o enfoque estava muito mais voltado para uma crítica a modelos interpretativos físico-químicos na trajetória de cientificidade da Psicologia. Contudo, nos dias de hoje por que não haveria de ser possível expandirmos tal crítica para outros campos e exemplares contemporâneos na História e nas ciências humanas em geral. Por exemplo, quanto a um estabelecimento massivo de estatísticas matemáticas e a falta de uma problematização mais aprofundada para demarcação de perfis socioculturais nas recentes pesquisas.

Permitam-me explicar melhor, não se trata aqui de uma brecha para um juízo de valor; neste trabalho o caminho a ser percorrido não é o da negação por completo dos respectivos recursos e, que em certa medida se mostram consideravelmente importantes para a avaliarmos a distribuição do determinado coletivo a ser analisado. Em dado momento este recursos, de fato, também se farão presentes nesta pesquisa. Ou seja, o que busca-se aqui é na realidade uma reflexão voltada tanto para a ampliação deste formato de condução de análises e narrativas; como para a concepção de novos modelos de produção de conhecimento. Ao passo em que promoverem suas análises matemáticas e críticas, também se questionem o quanto as dimensões sensíveis de vida humana podem caber dentro de um determinado dado estatístico.

A saber que a trajetória intelectual de Foucault não é uniforme, tampouco estritamente linear em suas proposições, não me apegarei necessariamente as famosas – e talvez até um tanto óbvias para este estudo – afirmações quanto a “raça”, seus desdobramentos e/ou aproximações com o conceito de *(bio)poder* na importante obra *Em defesa da Sociedade* (FOUCAULT, 2016: 50 – 60). No entanto, o quadro explicativo que pretende-se mobilizar

será aqui construído a partir do conceito pós-estruturalista de *experiência* presente em outras importantes produções do filósofo.

Longe de promover ecletismos sistemáticos e perigosos, afinal tal conceito já tem sido amplamente operado e discutido por outros trabalhos (LARA, 1995), a luz de outros importantes e, muito distintos eixos intelectuais (THOMPSON, 1981). Longe de conceber hierarquias ou críticas aos formatos de aplicação do instrumental teórico foucaultiano para as sociedades escravista, aproximando-os a uma falta de empirismo (EDLER, 1996). Intenciona-se articular esse conceito como matriz explicativa, justamente, por acreditar que especificamente é o que mais se encaixa não só quanto ao desenvolvimento dos objetivos, mas em minhas proposições quanto a escrita e concepção mais ampla desta dissertação. Dito, isto, por mais que desde a primeira linha desta introdução os debates aqui caminhem para “possibilidades outras” e “transgressões necessárias”, definitivamente não é meu objetivo promover aproximações entre correntes teóricas epistemologicamente tão díspares.

Sendo assim, a presente aplicação quanto ao estatuto da *experiência* nesta operação historiográfica advém do entendimento de uma semântica histórica específica. Saímos das posturas de análise adotadas pelo intelectual nos anos de 1960, voltadas para o aspecto “arqueológico”, e adentramos na chave “genealógica” dos anos de 1970. Nessa perspectiva tem “por experiência a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade” (FOUCAULT, 1984: 10). Pensando em termos para configurarmos ações mais concretas, a *experiência* trata-se do espaço de ação ao qual serão concebidos os sujeitos históricos, é nada mais do que a “racionalização de um processo, ele próprio provisório, que termina num sujeito ou em vários” (FOUCAULT, 1984: 137).

E se para uma *História da Sexualidade* o que ocorreu foi um estudo voltado para as interrelações (de verdade) que o indivíduo pode construir com os outros e consigo mesmo, mediante as quais ele se reconhece e se estabelece enquanto indivíduo, considerando tanto os “jogos de verdade”⁴ ao quais está inserido, como os limites de uma determinada moral (códigos de ação) (NICOLAZZI, 2004: 104). Para este estudo, não nos afastaremos muito dessas proposições. O que concerne nos “Lugares de Cabeça” e nos “Lugares de Pele” são os processos de subjetivação em indivíduos pretos e pardos. Trata-se de sua conceber uma singularidade, tanto de sujeitos como de suas próprias *experiências* a partir das relações/discursos de si mesmos e com os outros com quem estabelecem trocas sociais.

⁴ E entende-se aqui enquanto “jogos de verdade” as devidas condições econômicas, políticas, sociais, mediante ao qual é formado um determinado sujeito de conhecimento (FOUCAULT, 1999: 27).

Para além de apresentar a viabilidade e a operacionalização deste conceito, neste item, é preciso ressaltar que, de acordo com Nicolazzi (2004: 106), nos exercícios de observação dos processos de subjetivação, não devemos nos ater somente na “simples” “tomada de consciência do indivíduo”. Para o autor, mobilizar tal perspectiva significa também uma investigação, análises profundas e críticas ao respectivo processo ao qual o indivíduo sujeita-se ou é sujeito: “não é simplesmente a constatação do pensamento [dentro de uma fórmula cartesiana] que garante a existência, mas também a necessidade de se problematizar aquilo sobre o que se pensa e mesmo sobre a forma como se pensa”.

Todavia, não me cabe explicitar detalhadamente neste item todas as possibilidades de aplicação deste conceito por mim objetivadas, como se encaixam ou como poderiam ser expandidas, visto que cada uma delas se apresentará ao longo das discussões e avaliações entre as respectivas fontes. Ou seja, não se trata aqui de apenas de uma transposição e aplicação direta de conceitos e perspectivas, sem quaisquer reflexões ou ponderações. Pelo contrário acredito ser mais produtivo do que uma longa descrição, salientarmos desde o início dos debates a importância de termos sempre em vistas os limites para tais aplicações e como um determinado fenômeno em certa medida também serviria para questionar a determinada matriz explicativa ao qual foi associado.

A partir desta grande premissa, há outro trabalho adjacente – fortemente impactado pelos escritos de Foucault – que acredito complementar o respectivo referencial teórico desta dissertação. Trata-se do historiador Camaronês Achille Mbembe, que promove um debate muito pertinente com relação a categoria “raça” nos ensaios contidos no livro *Crítica da Razão Negra* (2018). O intelectual parte da premissa que desde a era colonial, a “raça” vem sendo mobilizada sobre corpos específicos, admitindo a classificação de humanos em categorias, baseadas em princípios e caracteres físicos e mentais próprios; e a mesma adquire espaço como o principal eixo argumentativo para sua reflexão crítica e filosófica quanto ao surgimento e manifestação de “*sujeitos raciais*” a partir de dispositivos históricos de controle.

Conforme dialogamos e destrinchamos um pouco mais nossa perspectiva teórica, localizando-a diretamente com o período de forte desgaste das estruturas escravistas no Brasil, as dimensões de “direitos” ainda pouco consolidadas, e ao imperativo constante das estratégias de autopreservação considerando a manutenção de sobrevivências; a discussão mobilizada pelo autor ganha maior importância no sentido de nos apresentar e teorizar a respeito de seu argumento para a necessidade de uma reconstrução simbólica do indivíduo.

Reconstrução essa que dada a natureza brutal das *experiências* escravistas consistiria em um longo e gradativo esforço para se “inventar uma nova *interioridade*.” (MBEMBE, 2018: 168).

É no percurso de pesquisa por entender essa *interioridade* em um âmbito não só das “relações raciais”, mas também na esfera das manifestações e percepções históricas da “loucura”, é que serão explicitadas algumas das categorias fundamentais para a construção das análises e argumentações desta dissertação. A começar pela mais comentada, certamente, a categoria de “*raça*”.

Entende-se por “*raça*”, enquanto uma chave/conceito explicativo concebido para assegurar as diferenças fenotípicas enquanto símbolos e marcadores de distinções socio-culturais. Outrora, a “*raça*” juntamente com as “categorias raciais” eram dados nos debates voltados muito mais para o aspecto biológico do ser, hoje o termo tem operado no espectro das relações de poder nas trocas culturais, políticas, econômicas, sociais, do cotidiano brasileiro como um todo (HANCHARD, 2001).

Já a “*cor*” pode ser concebida a partir da linguagem. Ou seja, se a “*raça*” é fundamentada na demarcação da diferença, entende-se o uso da categoria *cor* enquanto uma ferramenta retórica de adequação e/ou negociação dado ao respectivo contexto de conformação sociorracial, dado ao respectivo processo de construção identitária. O importante é considerarmos que ambos os termos são dotados de historicidade e especificidades quanto ao caso da história brasileira, mas, sobretudo, que essas categorias na medida em se apresentam como eixos importantes para a formação de todo o objeto também serão devidamente situadas dentro da pesquisa, ao longo de toda uma discussão mais ampla acerca dos panoramas de assistência à saúde e da escravidão no século XIX.

Por último, temos o uso dos termos “autodeterminação” e “(auto)identificação”; explicados mediante os contatos mais profundos com as fontes. Para o termo “autodeterminação”, a intencionalidade do uso é justificada por intermédio da análise de parte dos registros de imprensa e de alguns dossiês de internação no qual foi possível verificar aspectos em que as escolhas de pretos e pardos acabaram por serem preservadas na construção da narrativas das fontes, questão essa absolutamente relevante em toda a estrutura desta dissertação. Já o termo “(auto)identificação” advém da natureza – muitas vezes – subjetiva nas discussões e estudos quanto as classificações sociorraciais de sujeitos no Brasil. Seja na aplicação de censos, perguntando diretamente aos indivíduos, ou em uma classificação direta de pacientes alienados em sua entrada no hospício; ainda torna-se bastante complexo o estabelecimento de critérios sociais e históricos para fontes médicas destinadas a um determinado indivíduo, mas que efetivamente não foi cunhada pelo mesmo. Afinal, quem

ou que poderá confirmar ou questionar o determinado “lugar sociorracial” ao qual esse determinado indivíduo fora atribuído? Para além dos “lugares de pele” e de traços físicos, como identificar ou, no mínimo, respeitar suas possíveis escolhas quanto a uma identificação racial? Nesse sentido, opto por escrever em alguns trechos da dissertação dessa forma – um tanto provocativa – por conta desses eixos narrativos e analíticos possíveis.

Contudo, especialmente com relação a este último foi estabelecida uma reflexão específica junto às fontes, mais precisamente no terceiro capítulo. Ao qual, tem sido possível afirmar – e conferir como uma das hipóteses – que durante o funcionamento da instituição em toda a segunda metade do século XIX haveria movimentos de classificação e, sobretudo, de uma diferenciação racial, realizados tanto por parte da administração do hospício, como por parte do próprios enfermos em sua plena autoderminação. Assim, seguindo o gancho deste parágrafo cabe agora também salientar as demais hipóteses que conferem sentido para a presente discussão.

Ao longo do texto, pretende-se identificar, revisar e problematizar determinados perfis sociais de mulheres e homens entre uma parcela específica de pacientes – pretos e pardos – internados no hospício e perceber a existência novas dimensões quantitativas e qualitativas de de doença e cura ainda não verificadas pela historiografia. Também defendo que o funcionamento e parte das transformações institucionais do Hospício de Pedro II, durante seus últimos anos de funcionamento, seriam diretamente impactados por aspectos do contexto escravista e das dinâmicas sociorraciais ocorridas na Corte do Rio de Janeiro oitocentista. Por último, considero que haveria (e seria possível uma identificação) registros de dimensões de agências, autoinscrições e (auto)classificações tanto entre os dossiês de internação do Hospício de Pedro II como nos registros de jornais de ampla circulação ao longo do século XIX na cidade do Rio de Janeiro.

Metodologia e Fontes

Para a metodologia deste trabalho foi pensado o levantamento e sistematização de dados presentes nas fontes por intermédio de planilhas do programa *Microsoft Excel*. Já com relação a uma explicação mais detalhada das fontes a serem mobilizadas ao longo da pesquisa, creio que as principais questões a serem discutidas neste item sejam: a enumeração de cada tipo de fonte por ordem de grandeza; os meios utilizados para sua catalogação; seus espaços de custódia e possibilidades de acesso e reprodução; estado de conservação; e as motivações para seu uso.

Na direção de promover uma investigação das categorias de “raça” e “cor”, a revisão de perfis sociais, a percepção do funcionamento e transformações institucionais, bem como a averiguação das dimensões de agências e autoderminações dentro do Hospício de Pedro II conforme sugerem as hipóteses e objetivos específicos, como ponto de partida, intenciona-se a mobilização dos Dossiês de Internação como principal fonte.

Esses dossiês consistem de uma diversa tipologia documental, tais como: prontuários, pedidos de internação, cartas de alforria, cartas pessoais, ofícios administrativos, atestados e exames médicos, dentre outros. As informações contidas nos dossiês encontram-se disponíveis apenas em caráter físico, sob custódia do Arquivo Permanente do Centro de Documentação e Memória do Instituto Municipal de Assistência Nise da Silveira (CDM – IMASNS) localizado no bairro do Engenho de Dentro na zona norte do Rio de Janeiro. Instituição essa que realiza um papel fundamental na preservação e manutenção da(s) história(s) e memória(s) que compõem as importantes narrativas históricas de atenção à saúde mental na cidade do Rio de Janeiro.

Com relação aos prontuários dos internos, como já foi mencionado, estes se encontram inseridos dentro de seu respectivo “Dossiê de Internação” em um relativo bom estado de conservação. Cada ficha possui específicos campos de preenchimento para informações do paciente, e que durante as décadas sofreram diversas alterações conforme mudanças no paradigma científico ou por questões administrativas. A partir de sua análise, é possível a observação de diversos aspectos diretamente ligados à saúde como: sua “constituição”; seu respectivo “diagnóstico”; as “moléstias anteriores”; as “causas”; as “terapêuticas” orientadas pelo médico; as “dietas” alimentares administradas; as datas de “entrada” e “saída”; datas de “falecimento”; *causa mortis*; nome e assinatura de médicos e suas respectivas “observações”.

Há também aspectos que nos permitem traçar certo perfil social dos sujeitos presentes no hospício, como a “cor” e a “raça”⁵ – neste caso o indivíduo poderia ser classificado não somente como “preto”, “branco” ou “pardo”, mas por uma incontável série de outras nomenclaturas aos quais intenciono compreender por intermédio da pesquisa – ; a “idade”; sua “nação”; a “naturalidade”; a “residência”; “estado de família”⁶; a “profissão” do paciente e os pertences com os quais foi internado.

Com o passar dos anos, alguns dos campos foram suprimidos ou substituídos. Assim logo surgem outras questões adjacentes... Por que alguns campos permaneceram e outros não.

⁵ A categoria “raça”, por exemplo, foi extinta das fichas nos anos de 1880. Pouco antes da desanexação do Hospício da Santa Casa de Misericórdia.

⁶ Conhecido hoje como “estado civil”.

Quem preenchia tais prontuários? Como interpretar as rasuras e documentos anexos conflitantes presentes em cada dossiê? Aspectos esses que também pretendo trabalhar ao longo da pesquisa.

É preciso ressaltar também que no caso dos dossiês presentes no CDM – IMASNS, há uma tabela *Excel* específica apenas para a consulta de pesquisadores, com informações já sistematizadas sobre cada prontuário. Entretanto, de acordo com as normas no Arquivo, não é permitida a cópia do arquivo (digital) da tabela, nem sua reprodução parcial, somente a consulta ou a utilização de recursos do próprio programa. Assim, nas idas ao arquivo a metodologia de quantificação e identificação é facilitada mediante os recursos de “Classificar e Filtrar”, “Localizar e Selecionar” e as determinadas “Fórmulas para cálculo”.

E, apesar da aparente facilidade no recolhimento de certos dados, uma anotação manual e sistemática dos dados presentes na tabela acabou por não compensar quando se trata de uma parcela grande e diversa de registros, como as médias das datas de entrada e saída por exemplo. Tampouco este método haveria de servir para uma total investigação de todos os aspectos contidos nos dossiês, afinal nem todas as informações presentes nos dossiês estão contidas na tabela de consulta. Assim o respectivo método não substitui por completo uma “metodologia clássica” de leitura fonte a fonte, transcrevendo os dados diretamente para uma nova planilha de *Excel* (criada desta vez pelo próprio pesquisador), para somente depois poderem ser demonstrados em gráficos ou tabelas, por intermédio de um segundo programa (RStudio).

No caso dos dossiês, a planilha construída (pelo pesquisador), conforme o levantamento, apresentou os seguintes dados: série, subsérie e notação (para eventuais citações específicas); número de ficha de entrada (para identificação em outras fontes), nome, cor, raça, classe, idade, gênero, condição social, estado civil, profissão, data de internação, data de saída, tempo médio de internação (resultado da subtração entre data de saída pela data de internação), motivo de saída, residência, naturalidade, nacionalidade, internante/procedência, diagnóstico, terapêuticas e observações.

Seguindo o quadro de fontes, também foram analisadas, de forma qualitativa e descritivamente, as reportagens de jornais da época. Estas são de grande importância para a compreensão de como se daria a circulação e representação dos debates e discursos acerca da alienação atravessados pelo âmbito racial fora dos muros do hospício, fora do controle dos médicos. Todos encontram-se muito bem conservados e disponíveis online na base da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A metodologia utilizada para o levantamento destas fontes foi a busca e associação por palavras-chave na pesquisa da base como “branco”,

“branca”, “preto”, “preta”, “pardo”, “parda”, “negro”, “negra” juntamente a termos como “louco”, “louca”, “alienado”, “alienada”, “doido”, “doida”, “hospício”, “Hospício de Pedro II”, “Hospício de Alienados”.

Também foram mobilizados alguns dos Relatórios Ministeriais do Império que, em sua grande maioria, se encontram digitalizados e disponíveis *online*: tanto através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, como da Plataforma Online *Center of Research Libraries – Global Resources Network*⁷; partindo do ano de 1831 até o anos de 1888⁸. Para tornar factível a análise e aproveitamento ao máximo de tais fontes, foi feita uma revisão acerca do que a historiografia já traz a respeito de reformas institucionais do hospício. Desta forma, a análise destas fontes agrega muito mais no sentido da obtenção de informações que dialogam com as narrativas em relação as populações preta e parda e seu possível lugar entre as principais candidatas para as internações no Hospício de Pedro II.

Após a etapa da Qualificação algumas mudanças ocorreram quanto a formação do quadro de fontes, como a mobilização das teses médicas, por exemplo, que foi abandonada, por acreditar que esse debate pode e deve ser realizado em outros veículos acadêmicos após a respectiva defesa (publicação de artigos, anais de eventos e trabalhos artísticos como documentários, peças e roteiros). E também por acreditar que os percursos analíticos aos quais essa dissertação acabou por tomar, desprivilegiam – intencionalmente – o “ponto de vista dos médicos” em nome de uma construção de análise mais densa no que tange às narrativas voltadas para as possíveis “(auto)classificações” sociorraciais entre os ditos “loucos”, que permeariam por todo o recorte espacial já bem explicitado nos parágrafos anteriores.

Somo a essa questão no refletir sobre a factibilidade da pesquisa, aspecto esse diretamente ligado a um entendimento mais consciente e empático dos processos de escrita e do tempo hábil para a leitura e sistematização de fontes. Assim, de forma alguma essas questões devem ser negligenciadas dado ao difícil contexto de fechamento por tempo indeterminado das atividades de consulta nos arquivos e bibliotecas públicas ao longo de todo o ano de 2020, com relação à pandemia de COVID-19 ainda em curso.

Distribuição dos Capítulos

Ao considerar que a presente proposta visa construir, comparar e revisitar determinados processos de construção identitária sociorracial, perpassando por debates nos campos da

⁷ Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>>.

⁸ Com exceção dos anos de 1875 e 1880.

saúde como um todo e especificamente nos saberes científicos e populares sobre alienação nos contextos escravistas na cidade do Rio de Janeiro; me parece ser o bom rumo para um olhar diferenciado de interpretação em meio a lógicas comuns, apresentar a distribuição de cada um dos capítulos da seguinte forma.

No primeiro capítulo, enfatizo que antes de promover uma argumentação e articulação entre as fontes e as hipóteses, estar muito bem fundamentado na historiografia temática talvez seja o aspecto mais importante para a construção de um trabalho mais coeso e atualizado possível. Dito isso, o foco é pensar não só uma correlação entre as historiografias da psiquiatria e da escravidão e, então apontar problemáticas soltas quanto as determinadas abordagens dos autores avaliados, mas sim promover um percurso de revisão crítica dentro do eixo temático raça e loucura (no Hospício de Pedro II) e como este se torna útil para a pesquisa como um todo.

É necessário avaliar os devidos contextos, objetivos e limitações de cada pesquisa. E mais do que indicar um elemento “problemático” da narrativa de cada trabalho, trata-se de perceber as lacunas, ou seja, questões pouco trabalhadas ao longo desta historiografia e/ou ainda que presentes de maneira pouco aprofundada; para então trabalharmos em alguma medida nossa reflexão no sentido e tentativa de ocupar das mesmas. Creio enquanto profissional em formação que nenhuma pesquisa pode alcançar um sentido completo se o seu critério de originalidade não estiver muito bem fundamentado tanto na promoção de reflexões transversais, como também no princípio de tornar a temática na qual se insere o mais completa possível.

Desta forma, o primeiro capítulo propõe-se a refletir acerca da interlocução entre a(s) história(s) dos saberes médico psiquiátricos e a(s) história(s) do período escravista brasileiro. O enfoque é dado para o protagonismo e consolidação do Hospício de Pedro II, enquanto instituição fundadora desses saberes no Brasil; para a historicidade das correntes explicativas mobilizadas pelos respectivos autores; e para uma indagação acerca de como cada produção tem investigado e/ou abordado o fenômeno de adoecimento e cura se tratando de enfermidades mentais com relação à população negra – identificada e, assim entendida ao longo de toda pesquisa, a partir dos registros documentais, enquanto indivíduos pretos e/ou pardos.

A partir do capítulo II, temos um contato bem mais direto com as fontes. Neste capítulo intenciona-se discutir a conformação de possíveis elementos discursivos de classificação racial no longo processo de reconhecimento da loucura e sua transformação em “doença

mental”, sobretudo, nas camadas sociais “populares” e leigas; na intencionalidade de correlacioná-los às mutações de hábitos e ideários presentes pelo meio urbano carioca.

Mais do que isso, nessa parte do trabalho, junto aos registros de imprensa de ampla circulação do período a argumentação desenvolvida neste capítulo é voltada para o entendimento sobre de quais formas é possível conceber historicamente acontecimentos do cotidiano oitocentista, aos quais elementos retóricos voltados para a “raça” e “loucura” são percebidos e questionados de forma conjunta em cada década da segunda metade do século XIX até a abolição.

Para o terceiro capítulo foi feita uma divisão em dois importantes eixos de acordo com os objetivos propostos. No primeiro, há uma breve descrição acerca dos destinos da instituição nos últimos dezesseis anos do período escravista, visando a compreensão e contextualização tanto de determinados aspectos ao longo de seu funcionamento, como das possíveis tensões ocorridas nos últimos anos do Hospício de Pedro II em perspectivas racializadas.

Em um segundo momento, mediante um debate junto ao material documental analisado, pretende-se refletir quanto à complexidade para serem concebidos perfis sociorraciais diante do recorte proposto, pois para abranger o panorama da autodeterminação desses indivíduos não basta apenas levantar os perfis, mas, sobretudo, questioná-los dentro de toda um debate mais profundo sobre ressignificações no quesito histórico-identitário. Para tanto, consideramos principalmente as categorias – populares e médicas – de “*cor*”, “*raça*” e “*condição social*” presentes nos respectivos prontuários e ofícios da instituição, nos atentando para as controvérsias e dessemelhanças no que tange aos processos de (auto)identificação e negociação racial em reorganização entre os anos de 1872 e 1888.

Por último, como já foi dito desde o início desta introdução, espera-se que na direção para o falar e o pensar acerca do *outro* haja um genuíno movimento mútuo de autorreflexão tanto por parte do autor que vos fala, como por parte de cada leitor. Esta pesquisa tem motivações. Esta pesquisa tem sentidos. Sentimentos. Tem afetos. Efeitos. Muito além do Anexo VII. Sendo assim, agora que explicitados todos estes eixos e dimensões por mim propostos, passamos então aos principais debates de cada um dos capítulos.

CAPÍTULO I – HISTÓRIAS DE CABEÇA & PELE: um balanço racial para a historiografia do Hospício de Pedro II.

Este capítulo assinala-se enquanto uma convocatória inicial para as possíveis reflexões acerca de como as interlocuções entre a(s) história(s) do período escravista e a(s) história(s) dos saberes médico psiquiátricos no Brasil, vem sendo circunscritas tanto nas produções ditas mais “clássicas”, incontornáveis para esta pesquisa, como nos mais recentes trabalhos. Pretende-se dar enfoque para a historicidade das correntes teóricas mobilizadas pelos respectivos autores; para o protagonismo e consolidação do Hospício de Pedro II enquanto a instituição fundadora desses saberes no Brasil; e para uma breve reflexão de como cada produção tem investigado e/ou abordado experiências de doença e cura de moléstias mentais com relação à população negra identificada enquanto “pretos” e “pardos” e assim entendida ao longo de toda pesquisa mediante os registros documentais.

Para o melhor desenvolvimento do objetivo proposto e sem, absolutamente, pretensão alguma de dar conta das incontáveis possibilidades e criatividade dos horizontes historiográficos futuros, sugere-se aqui conduzirmos a seguinte avaliação a partir de dois principais eixos. Primeiro, as produções voltadas para uma história institucional; e, em seguida, produções que têm se proposto a discutir mais a fundo as experiências e/ou projetos dos atores dentro desta respectiva instituição. Esses dois eixos atravessam-se mutuamente, conformando-se inclusive, em um campo cada vez mais robusto, no que tange às trocas interdisciplinares na produção e conhecimento de uma História da saúde e da psiquiatria no Brasil.

Para começarmos, proponho um breve exercício de percepção. Ponderamos, por um momento, os seguintes termos: “projetos”, “repressão”, “precariedade”, “resistência”, “expectativas” e “liberdade”.

Fato 1 : é que se pensarmos com relação a construção do que convencionou-se hoje como “História da psiquiatria” ou “História dos saberes psiquiátricos”, todas essas palavras se fazem presentes na grande maioria das obras. Fato 2: é que ao observarmos com atenção, essas mesmas palavras, também se fazem invariavelmente presentes no que também convencionamos hoje como “História da escravidão”, a rigor, a “História do período escravista no Brasil” ou “História dos escravizados no Brasil”.

Pondera-se também que ao longo dos percursos históricos do Brasil contemporâneo, tanto nos dias atuais mais próximos, quanto há cerca de 100... 120 anos, as experiências de relações raciais e doença mental têm sido tema de amplos debates em distintos espectros e camadas da

sociedade. Seja no âmbito das discussões e projetos de nação entre médicos e políticos do séculos XIX e XX. Nas importantes reflexões literárias e dramáticas de Aimé Césaire. Nos ácidos e incontornáveis debates promovidos por intelectuais como Fanon e Mbembe. No “falatório” de Stela. E nos jornais e prontuários que veremos mais a frente. Juntas ou separadas, ambas inegavelmente foram produtoras de processos históricos de violências e desumanização de sujeitos.

Mas se por um lado os paradigmas da “*questão racial*” (mobilizada neste primeiro capítulo a partir do fenômeno da escravidão e da categoria raça) e da “loucura” têm sido tradicionalmente associados de forma nociva a certos indivíduos, também não seria possível questionarmos e, sobretudo, estruturarmos um pensamento em que tais paradigmas possam ser desenvolvidos nesses mesmos indivíduos considerando uma legítima preservação de seus agenciamentos, suas identidades e sua autodeterminação?

Sendo assim, esta reflexão crítica acerca de como a historiografia do Hospício vem sendo pensada desde seus primeiros anos até mais recentemente é justificada mediante a concepção de um estudo ou ainda que uma reflexão inicial que, de fato, também se propõe a (re)considerar e questionar um pouco mais a fundo as discussões quanto aos conhecidos – e ainda desconhecidos – “dispositivos de poder” e “poderes disciplinares” (VENANCIO; CASSILIA, 2010: 26). Para tanto devemos considerar os estudos voltados para a interrelação mútua entre processos de estruturação representativa da instituição e suas (re)ordenações sociais durante os anos de funcionamento, bem como observar a importância de pautarmos também produções que levem em conta as subjetividades de cada sujeito ali internado.

Loucura e Raça. Uma profundamente única em si mesma. Tão singular nas concepções e “manifestações” do ser e do sujeito e que ao longo do tempo vem sendo concebida a partir do olhar investigativo da Psiquiatria, entendida como uma constituição de forma “articulada entre ciência e uma política assistencial” (VENANCIO; FACCHINETTI, 2018: 356 – 402). A outra, convencionada essencialmente para originar “corpos de extração” e ferramentas socioclassificatórias de sujeição, isto é, corpos “inteiramente expostos às vontades de um senhor” (MBEMBE, 2018: 42). Por vezes um tanto abstratas, por outras concretas até demais, loucura e raça, neste trabalho, correm paralelas e na mesma medida justapostas.

De um lado, um campo na historiografia de um conhecimento científico e especializado da medicina, “que produz teorias, cria conceitos, debate hipóteses” (VENANCIO; FACCHINETTI, 2018: 356 – 402). Onde os primeiros percursos em território brasileiro se deram inicialmente em meados do século XIX, nos âmbitos caritativo e

assistencialista religioso dedicados a uma parcela de indivíduos estigmatizados e, naturalmente, incômodos dentro das malhas sociais. Com o tempo, esse campo também seria provocado a se autorrefletir quanto aos seus “lugares de consenso” e como estes seriam formados, suas fontes de credibilidades, de quais formas seus atores podem ou poderiam ser percebidos, que negociações seriam possíveis, e quais problemáticas e agendas estariam em questão em cada um dos períodos históricos.

Do outro, um campo que desde o fim dos anos de 1970 vem sendo ressignificado, tanto pelo surgimento a cada dia de novas produções que adotam a ação fundamental das vivências do negro – tanto nos tempos de cativeiro, como no longo “pós-emancipação” – para a construção social e política do Brasil. Desde as clássicas interrelações entre os aspectos do trabalho e da cultura, passando por seus modos de vida e mentalidades, processos de dominação, sentidos da liberdade, redes de sociabilidade, mecanismos do controle senhorial e as narrativas de suas trajetórias; todos agora bem focados para o papel do negro enquanto um agente social nesta sociedade historicamente marcada pelo sistema escravista. O desafio, sempre presente, está no reavaliar cada fonte documental disponível sob uma nova perspectiva do corpo escravizado e nas relações sociais nele construídas ao longo desses mais de cinquenta anos de produção (MACHADO, 1988: 143).

Possibilidades, essa é a palavra. *A priori* me parecia simples considerar que na construção desta dissertação, sobre estes dois temas em conjunto, prontamente os caminhos da leitura me apontariam para uma grande e diversa quantidade de produções. Só que não. Creio que tal associação ainda permanece um tanto obscura com relação as produções. Todavia, para o prosseguimento desta discussão consideramos mais duas premissas que tornam-se aqui necessário, antes de tudo, ressaltarmos.

A primeira é que a presente convergência de tais temáticas – visando uma avaliação da historiografia do Hospício – apresenta-se como uma abordagem relativamente recente na historiografia brasileira. A segunda é estar na lembrança de que a delimitação para esta discussão se concentra no caso específico do Hospício de Pedro II e da província do Rio de Janeiro; ainda que haja um número considerável de produções que tratam desta temática em outras instituições e/ou especificidades pelo Brasil (ODA; DALGALARRONDO, 2005) e, que efetivamente irão se fazer presentes em outros debates ao longo desta dissertação. Enfoca-se aqui então uma instituição específica de uma região específica, talvez mais narrada do que a própria Santa de Casa de Misericórdia, o espaço fundamental para as primeiras concepções de aspectos históricos de assistência a saúde nos séculos XVIII e XIX.

Ao examinar parte da bibliografia que se refere ao Hospício de Pedro II atravessado pelas dinâmicas do sistema escravista foi concebido em um primeiro momento a divisão das produções em dois grupos e, como já foi mencionado acima, estes serão analisados mediante suas especificidades teóricas e metodológicas.

O primeiro grupo é denotado sob a perspectiva de uma história institucional, na qual os alienados desempenhavam um papel coadjuvante, ou seja, o foco estava nos médicos, juntamente com seus projetos e produções, é claro. E os grandes protagonistas deste espetáculo foram, durante um bom tempo, as ações científicas e filantrópicas por parte da medicina e dos médicos (ENGEL, 2001). Já o segundo se aproxima muito mais na perspectiva da História Social focando nas vivências e tramas individuais dos “loucos” e de suas famílias e/ou redes, refletindo quanto a seus perfis sociais, suas agências e trajetórias durante os anos de internação.

1.1 Das Histórias da Instituição:

Falaremos primeiro quanto à história institucional, inaugurada, justamente, a partir dos olhares médicos do fim do XIX e início do XX. De acordo com Edler, os mesmos estavam muito mais preocupados com a preservação das memórias de suas práticas profissionais e a exaltação da medicina de sua época. O que também não significa dizer que tais projetos e proposições entre as elites médicas não se apresentariam como divergentes (EDLER, 1998: 169 – 186).

Podemos aqui facilmente lembrar de nomes importantes como os médicos (e antigos diretores) Nuno de Andrade (1851 – 1922)⁹ e João Carlos Teixeira Brandão (1854 – 1921)¹⁰, que em suas trajetórias profissionais no hospício cunharam suas produções pautadas em uma concepção científica que objetivava desvincular-se cada vez mais do “senso comum e progredir, (...) no tempo linear cronológico em direção ao futuro, (...) sempre um baluarte na construção de um mundo melhor.” (VENANCIO; FACCHINETTI, 2018: 359). Venancio e Facchinetti levantam também outro aspecto que pode ser alinhado a nossa reflexão, que seria com relação a certas características das obras desses profissionais. Trata-se da concepção para um genuíno projeto, não necessariamente homogêneo, mas essencialmente fundamentado na valorização das concepções científicas e, estruturado a partir da formulação de grandes

⁹ Médico adjunto do hospício a partir de 1877 e Diretor Geral entre os anos de 1881 e 1882.

¹⁰ Médico facultativo do hospício a partir de 1884 e Diretor Geral do serviço sanitário do mesmo de 1887 até 1892.

compêndios do conhecimento sobre alienação, por exemplo, ou em importantes consensos sobre grandes feitos e descobertas dentro deste campo.

“Nessa perspectiva a doença mental aparece como um objeto científico que paulatinamente foi sendo por eles constituído, como razão prática para o enaltecimento da disciplina científica e da prática assistencial, dando sentido às suas trajetórias profissionais.” (VENÂNCIO; CASSILIA, 2010: 26).

Nesse sentido, considerar cada uma das produções, de cada um dos médicos que passaram pelo Hospício, pela Faculdade de Medicina ou pela Academia Imperial na busca por possíveis associações entre uma etiologia de doença mental (GONÇALVES, 2011) e corpos pretos e pardos escravizados seria uma tarefa absolutamente exaustiva e digna de uma outra tese. Incontáveis – e bastante relevantes – também são as produções que tratam desta temática, não só no quesito da psiquiatria, mas na medicina em geral¹¹.

Todavia, o objetivo aqui é traçar apenas um pontapé inicial e em linhas gerais para as principais características das produções e projetos (neste caso ainda realizados só por parte dos médicos) relacionados ao Hospício e as perspectivas voltadas para a *questão racial*. Não podemos, de fato, esquecer que nas trajetórias de cada um desses médicos há também suas “medidas de contemporaneidade” junto ao pensamento social vigente do período escravista e que devem ser entendidas e problematizadas criticamente enquanto produções científicas de seu tempo.

Seguindo mais à frente na linha temporal, até aproximadamente meados dos anos de 1970, grande parte das produções sobre a história da instituição permaneceu no âmbito dos médicos, por vezes se afastando ou aproximando, ora mais, ora menos, de abordagens triunfalistas, evolutivas e lineares para as lógicas institucionais. Entretanto, é preciso ressaltar que mesmo diante dos horizontes sombrios e limites do autoritarismo promovido durante o período político da ditadura civil-militar, esses autores, nomeados pela historiografia de “continuístas” (VENANCIO; FACCHINETTI, 2018: 366 – 372), teriam suas produções e análises balançadas a partir dos trabalhos do filósofo Michel Foucault.

Pensando o Hospício de Pedro II e sua fundação como marcos da psiquiatria médica no campo assistencial e científico brasileiro (UCHÔA, 1981 e ARRUDA, 1987), a principal obra deste novo contexto a ser mobilizada é a produção conjunta dos intelectuais Roberto Machado, Ângela Loureiro, Rogério Luz e Kátia Muricy. Nela, a medicina social é descrita como a ênfase para o enquadramento da sociedade dentro de uma “norma médica” (MACHADO *et al.*, 1978). Para tanto foram mobilizadas como suas fontes um total de 73

¹¹ Ver, por exemplo, PORTO, 2006; FIGUEIREDO, 2007.

obras (entre folhetos, artigos e livros) acerca de psiquiatria e higiene mental, juntamente com regimentos, relatórios e estudos sobre o HPII, publicados a princípio em periódicos médicos nacionais (EDLER, 2020/2021) a partir de olhares interdisciplinares, tais como os da Psicologia, Filosofia, Saúde Coletiva e Psicanálise.

Para Edler, importante historiador que tem desenvolvido pesquisas voltadas para o enfoque na medicina brasileira no século XIX e sua respectiva historiografia, esta obra se caracterizaria por um projeto prático e teórico, que buscou tanto introduzir nas produções brasileiras uma instrumentalização teórica foucaultiana inicial, como aplicar o conceito de “*medicalização*” como um modelo interpretativo que alçaria os saberes médicos as instâncias de “controle social”. De acordo com o historiador, a argumentação da obra *Danação da Norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil* encarava a medicina como um saber cuja atividade a tornava veículo de “dominação de classe”, intensificando os “dispositivos de poder” e estabelecendo a medicina social brasileira com a chegada do século XIX.

Ou seja, novamente, ainda que não estivessem mais entre os produtores, os grandes atores (objetos de investigação) foram os saberes médicos psiquiátricos e a circulação de suas teorias, fundamentadas nos ensinamentos de Pinel e Esquirol, sobretudo, este último, quanto às suas exposições da necessidade de se conceber tratamentos morais para o meio social. Afinal, segundo Edler, é somente por intermédio da patologização dos comportamentos do louco que seria possível torná-lo “medicalizável”, já que o paradigma da loucura era tido como o “mal da própria civilização” e era mais do que necessário sua manutenção. Apesar de a figura do Hospício ser encarada potencialmente enquanto um marco importante para no processo de “transmutação” da “loucura” em “doença mental”, na interpretação dos autores desta obra curiosamente, não existe a percepção do hospício enquanto uma instituição necessariamente a ser medicalizada e, sim, como um legítimo laboratório social.

Desta forma, ao longo da obra e na experiência empírica com as fontes, em suas análises estas acabam por sugerir também, na realidade, uma “transmutação institucional” já que, conforme sua consolidação, as práticas difeririam fortemente das teorias e das diretrizes para as quais fora idealizado (EDLER, 2020/2021). Assim, o hospício, enquanto um “lugar de cura”... “Lugar de ordem”... Um “lugar de cabeça”... Acabaria por se tornar a própria anomalia. Mas o que a escravidão teria a ver com tais concepções?

Bom, partindo das premissas apresentadas nas linhas anteriores, conclui-se que para esta respectiva historiografia era indispensável a formação de uma sociedade disciplinar a todo custo. E se é fato que os indivíduos escravizados já estavam inseridos em lógicas de controle

social muito antes da edificação do hospício, todavia é necessário entendermos que ainda que muitos dos aspectos argumentativos de Machado e seus colaboradores possam hoje já ter sido alvo de críticas, como “o apoio e o espaço dos médicos no poder do Estado”, esta produção se mostra importante para refletirmos também a profunda interrelação entre a

“penetração da medicina na sociedade que incorpora o meio urbano como alvo de reflexão e da prática médica, e a situação da medicina como apoio científico indispensável ao exercício do poder do Estado. (...) O médico torna-se cientista social, integrando à sua lógica e estatística, a geografia, a demografia, a topografia, a história; torna-se planejador urbano; as grandes transformações da cidade estiveram a partir de então ligadas a questão da saúde (...)” (MACHADO *et al.*, 1978: 155).

O que pretende-se chamar atenção é que mesmo nos dias de hoje, onde já foram levantados novos argumentos historiográficos quanto a densidade dos espectros de poder da classe médica no século XIX – seja explicitando o caráter heterogêneo desta classe, seja no enfoque para as demais negociações com outros grupos sociais, inclusive pacientes – acredito que ainda não seja possível afirmar, a partir de *Danação da Norma* ou de suas revisões, se efetivamente a figura do hospício teria ou não representado mais um artifício dentro das dinâmicas de poder já existentes sobre pretos e pardos na sociedade. Ou tampouco se os poderes médico, senhorial e imperial poderiam, de fato, estar articulados em “medidas de controle” e/ou de “classificação sociorracial”, dada por certa conveniência em nome do bem estar social e sanitário.

Afinal, mesmo com todo o material de fontes, o olhar argumentativo dos autores não estava diretamente voltado para as classes subalternizadas, e muito menos para uma perspectiva de racialização dos contextos analisados. A questão é que, mais uma vez, o foco ainda se mantém na figura médica e haveria de se manter assim até o final do século XX seja a maior ou menor intencionalidade repressiva dos seus poderes avaliados nas pesquisas em direção a um controle social médico.

Seguindo nossa análise, o segundo trabalho a ser discorrido é a obra do médico psiquiatra Manoel Olavo Teixeira. Em sua tese de doutorado intitulada *Deus e a ciência na terra do sol: o Hospício de Pedro II e a constituição da medicina mental no Brasil*, defendida em 1998 ao Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o médico articula suas hipóteses em direção aos conflitos despendidos em meio as disputas pelo poder administrativo na instituição (TEIXEIRA, 1998). Nesse sentido, como novidade, nem os médicos, nem as visões “dominantes” para seus projetos de controle estão no enfoque da discussão do autor. Na realidade tal visão vem a ser justamente questionada em sua análise, muito mais voltada para as contendas no cotidiano entre a ciência e a religião.

E apesar de construir uma discussão direcionada para os embates dentro do hospício com uma abordagem voltada para a ascensão da cientificidade psiquiátrica no âmbito intelectual do Brasil; de acordo com Ribeiro (2016: 12–13), torna-se necessário uma atenção especial para a conjuntura específica e as intencionalidades das fontes ao qual o médico fundamenta grande parte de suas denúncias. Para a historiadora há um certo perigo na argumentação do autor, por ter sido construída apenas a partir de artigos e relatórios médicos dos anos de 1880 e que tratariam de uma problemática específica desta década, colocando em pauta de relativização os conflitos ocorridos entre os médicos e a atuação das irmãs de caridade. Não obstante, com relação as fontes, Ribeiro também salienta que a natureza de tais relatórios já possuía objetivos notórios quanto a um propósito de legitimação das ações e práticas dos psiquiatras contrariamente aos interesses das irmãs. O curioso é que, apesar de ter sido escrita justamente por um médico, a importância da consideração desta obra para nossas discussões é percebermos, mais uma vez, a partir das contradições destes principais autores, a figura do Hospício de Pedro II não como uma instituição de caráter absolutamente coeso e linear, mas sim podendo ser avaliada mediante a ótica das controvérsias.

Outro aspecto muito significativo para a presente discussão seria a forma como o autor sugeriu os alicerces da medicina mental no Brasil sendo, de fato, então profundamente marcada por alteridades sociorraciais. Entretanto com relação à questão das internações e ao público-alvo para o Hospício, em meio as suas análises, a sua respectiva sugestão acabou por se encaminhar em direção a uma lógica inversa. Já que de acordo com o médico as internações não estariam voltadas diretamente para a população negra (especificamente a escravizada); a construção e o desenvolvimento da instituição em sua visão teria um traçado voltado principalmente para as elites brancas.

Sendo assim, novamente o alerta nos trabalhos de Ribeiro – aos quais também trataremos mais a frente – fazem jus a essa questão. Para uma historiografia mais recente (RIBEIRO, 2016 e SILVA, 2019), de fato, há uma baixa no número de internações entre indivíduos negros e um panorama de branqueamento no perfil sociorracial dos internos nesta última década. Tais premissas, contudo, só são aceitas por Ribeiro mediante uma grande investigação (com o uso de outras fontes inclusive) ao longo de todas as demais décadas de funcionamento do hospício. Ou seja, a crítica desta autora à conclusão limitada e datada de Teixeira nesse aspecto é fundamentada justamente porque o autor encara o hospício de um modo geral e quase que homogêneo para todas as outras décadas.

Nesse sentido, a questão acima denota uma importância não pela questão quanto a um possível baixo quantitativo de atendimento entre escravizados negros e “mestiços” mediante

as prováveis desvantagens entre senhores e o Império; mas sim para uma reflexão – para muitos até essencialmente primária – quanto as limitações de cada fonte, recorte e/ou abordagem dentro dos objetivos e conclusões de cada pesquisa. Além da prudência em avaliarmos “quem”, “quando”, “porque” e “para que” determinado registro foi criado, também torna-se mais do que necessário termos em mente, sobretudo, o “porquê” de querermos mobilizar este determinado registro e quanto o mesmo agregará nas respectivas proposições de nosso trabalho.

Gostaria agora de mobilizar talvez a mais importante obra no que diz respeito a uma historiografia do hospício: o livro *Delírios da Razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)* da historiadora Magali Engel, publicado em 2001, advindo de sua tese de doutorado defendida em 1995. Apesar de trazer à luz importantes vivências e ideários da loucura na cidade do Rio de Janeiro por intermédio de enfoques para os “loucos”, o que ainda segue “na frente” – até em seu próprio título – é o destaque para os debates quanto a construção do poder dos médicos ao longo dos séculos XIX e XX. Dividido em duas partes: *Arquitetura da Trama e Territórios Conquistados*, o livro segue os caminhos e tensões políticas e legislativas desde antes da fundação (1841) e inauguração oficial (1852) do Hospício de Pedro II até o ano de 1930, renomeado Hospital Nacional de Alienados (HNA)¹².

Entre suas principais proposições estão: avaliações mais profundas para os processos de mutação na concepção científica de “loucura” em “doença mental”; a investigação de novas proposições para os já trabalhados “mecanismos de controle senhorial”, mediante a análise da expansão das possibilidades de reclusão dos indivíduos, seja pela criação de novos espaços asilares, seja pela nova inserção no estigma de “doentes mentais”. E, por fim, na tentativa de uma ponderação mais atenta e mais crítica para as repercussões das abordagens voltadas para o “*saber e o poder*”, desta vez tomando por base as distribuições e trocas sociais do cotidiano carioca, já pressupondo possíveis relações de dominação.

Decerto que são verdadeiramente inegáveis as contribuições desta obra na construção da história dos saberes psiquiátricos seja por seus recursos narrativos, ou por conta de novas abordagens junto as fontes. Para nossa pesquisa tais contribuições se traduzem na percepção das aproximações e movimentações de distintos eixos administrativos monárquicos junto a novas concepções e formas de encarar a loucura, conjuntamente com as respectivas demandas dos alienistas. E também na reflexão sobre em quais medidas esses mesmos eixos se

¹² Sua nomenclatura posterior com o advento do golpe republicano e a desanexação da Santa Casa de Misericórdia. Decreto nº 142-A, de 11 de Janeiro de 1890. Desanexa do hospital da Santa Casa da Misericórdia desta Capital o Hospício de Pedro II, que passa a denominar-se Hospício Nacional de Alienados. Disponível em: <[D142-A \(planalto.gov.br\)](http://D142-A(planalto.gov.br))>. Acesso em: 20/11/2020.

diferenciariam nas reorganizações administrativas republicanas, aqui nos atentando para as possíveis limitações viabilizadas devido ao fim do sistema escravista.

Ao considerarmos que a obra já completa 20 anos desde sua concepção, muitas foram as críticas no sentido de ambiguidades na concepção de “uma medicalização da loucura” *versus* uma “medicalização do hospício”; de uma generalização das ações e práticas no grande projeto de poder dos médicos, na direção das “estratégias de controle” da população miserável (com o alargamento dos sentidos e da inteligibilidade das doenças mentais); e principalmente do aspecto bastante homogeneizador quanto as internações – quase que indiscriminadas – dentro do hospício. Respectivamente, sobre essas principais críticas é possível mobilizar o trabalho de Gonçalves (2011) que traça um panorama sobre como a alienação estava sendo encarada pelos médicos em suas produções fora dos muros do hospício, indicando que essa preocupação com a loucura não deve ser reduzida apenas a esfera do hospício. E por fim, novamente recorreremos as contribuições de Ribeiro (2016), por propor um quadro bem mais multifacetado para as formas de entrada na instituição que traspassam as “estratégias de controle” e figura policial, incluir em seu trabalho a participação das famílias dos pacientes nas estratégias e negociações para internação, além de traçar um perfil bem detalhado das internações no Pedro II.

Entretanto, para a argumentação desta pesquisa a reflexão crítica da obra é voltada muito mais para o que encaro como “fluxos e silenciamentos da loucura”. Ou seja, na visão de Engel, a loucura sempre esteve presente nos diferentes “tipos” do cotidiano carioca. Muito bem arranjados à luz do dia, entrelaçados nas distintas camadas sociais. Tolerados. Sugerindo até que por vezes fossem bem quistos. Entretanto, conforme o avanço das narrativas de cada trajetória e a articulação com processos que trazem a conformação do Hospício de Pedro II, percebe-se que, muito longe da tolerância, a narrativa da historiadora acaba por reforçar justamente um entendimento no sentido contrário. E independente dos anos aos quais as trajetórias remontam – alguns anteriores a fundação da instituição e outros seguindo por toda a segunda metade do século XIX –, o que temos são narrativas permeadas de uma triste perseguição e estigmatização de indivíduos, seja por conta de seus comportamentos, de suas indumentárias, de sua condição social, ou do conjunto de ambos.

Dito isso, como já foi descrito na introdução deste trabalho, também intenciona-se revisitar tal questão quanto aos “fluxos” do cotidiano por intermédio de registros de imprensa. Dessa forma essa perspectiva inicial – e referencial – é importante sim para delimitarmos os lugares de concordâncias e discordâncias com a obra.

Já com relação aos “silenciamentos”, estes se apresentam mais próximos aos debates raciais dentro da obra e a forma como a autora os concebe. É bem verdade que em certo momento há uma promoção de discussões acerca das motivações para as internações de escravizados na instituição. De acordo com Engel, ao avaliar os dados disponíveis a partir de Relatórios Ministeriais do Império, além de perceber algumas imprecisões e a ausência de uniformidade nos mesmos, a autora também sugere que tais características apontariam para um baixo quantitativo de indivíduos racializados e, sobretudo escravizados, justamente por acreditar que “por menores que fossem as despesas com a manutenção de um escravo internado no hospício, tais gastos não faziam parte da lógica escravista” (ENGEL, 2001: 223).

Não obstante, é certo que também podemos identificar o “lugar racial” de determinados personagens narrados no seu primeiro capítulo. Mas o fato é que esse não é o fio condutor de sua argumentação e tampouco os objetivos fundamentais sugeridos pela historiadora. O que até então não se trata de um problema em si. Na realidade, a crítica e a problematização se constrói mediante seu enfoque específico no que tange suas análises para as internações no hospício. O foco encontra-se somente na população pobre, sem que houvesse uma problematização aprofundada acerca de aspectos raciais da mesma; como se o recorte de classe bastasse e fosse unicamente possível para a construção de uma nova chave explicativa e descritiva para as dimensões de saúde da população oitocentista na antiga corte do Rio de Janeiro.

A última e mais recente produção a ser mobilizada para este primeiro grupo é a obra *A assistência a alienados na cidade do Rio de Janeiro (1852 – 1930)* do psicólogo William Vaz. E apesar de também trazer as discussões para a virada entre os séculos, e retomar discussões relativamente¹³ novas como as dinâmicas da cidade e outros espaços de atuação do poder psiquiátrico dos médicos, como o Asilo da Mendicidade e as Casas de Saúde particulares, na visão do autor, os grandes atores – mais uma vez – são os saberes médicos e o enfoque está nos processos que constituíram não só a ocupação e controle físico dos espaços hospitalares e asilares, mas também a sua modificação em lugares simbólicos de poder (OLIVEIRA, 2017).

A principal contribuição para esta perspectiva analítica é refletirmos que a argumentação de Engel – quanto a não racialização e ênfase no controle social – ainda se perpetua em trabalhos recentes como este publicado em 2017; o que só será diferente em trabalhos específicos que se dedicaram a romper essa visão e optaram por outras matrizes analíticas (GONÇALVES, 2011 e RIBEIRO, 2016), e não por acaso anteriores aos de Vaz.

¹³ É importante salientar que esses debates já haviam sido levantados na tese de Gonçalves anteriormente em 2011, aos quais também discutirei mais adiante neste capítulo e ao longo dos outros.

E é justamente nesse ponto que quero chegar. O que tem caracterizado este primeiro grupo de produções – as quais se detém exclusivamente nas questões relativas ao controle social – não é só o enfoque massivo na perspectiva médica como objeto de análise. Mas sim, uma concepção por anos cristalizada de que a instituição e todas as suas reverberações foram movimentadas em um grande processo de suspeição, pelo simples e singular objetivo de eliminar do meio social “qualquer um”, cujos comportamentos se apresentassem desviantes ou subversivos as normas vigentes.

Considero que a manutenção de tais concepções seja de aspecto, no mínimo, insatisfatório. Afinal, por essa abordagem, há uma invisibilização massiva das trajetórias de enfermos e pacientes, não restando espaço para pensar sobre seus agenciamentos ou negociações sociais nas experiências de doença; poucos são os nomes e a cor é nenhuma. Onde até a prática médica muitas vezes tem sua historicidade e sua subjetividade inexplorada, arrolada a um grande grupo social: aparentemente homogêneo, muito bem articulado e dedicado unicamente aos seus próprios interesses. Porém, dito isso, também não creio que negligenciar totalmente a história institucional do HPII e seus legítimos impactos para o desenvolvimento de assistências e terapêuticas ou de um efetivo controle de indivíduos, seja o percurso mais prudente a ser tomado. Entretanto, como já disse no início do capítulo, essa discussão pode e deve ser melhor problematizada.

Sendo assim, quais os caminhos têm sido possíveis para superar determinados espaços de ausência dessa historiografia? Desta forma, chegamos ao segundo grupo, caracterizado por uma proposta de abordagem mais próxima da História Social, considerando os perfis sociais, as vivências individuais dos internos e de suas famílias e/ou redes, e a reflexão para em que medidas suas trajetórias e agenciamentos durante os anos de internação se apresentam em meios as fontes.

1.2 Das Histórias dos Internos

Nesse sentido, temo como exemplo a dissertação de mestrado de Michelly Vieira intitulada *As cores da loucura no Rio de Janeiro imperial (1844 – 1888)* defendida em 2019 e as teses de doutorado de Monique Gonçalves – *Mente sã, corpo são: disputas, debates e discursos médicos na busca pela cura a “nevroses” e da loucura na corte Imperial (1850 – 1880)* – e de Daniele Ribeiro – *Os sentidos do Hospício de Pedro II: dinâmicas sociais na constituição da psiquiatria brasileira (1842 – 1889)* – defendidas respectivamente em 2011 e 2016, têm sido importantes referências na proposta de considerarmos cada vez mais as experiências sociais no hospício sob o enfoque majoritário para os internos. Ainda que tratar

mais especificamente desse grupo como um protagonismo temático, ou apresentar seus perfis, não signifique, “falar diretamente” pela perspectiva desse grupo, só a mobilização de abordagens que superem as “tradicionais” proposições historiográficas e metodológicas para o estudo do hospício e da loucura, já nos coloca em um caminho mais aproximado com relação à produção de uma história mais plural e concebida sob diferentes pontos de vista.

A par do fato da tese de Monique transpassar os muros do hospício, ao analisar os debates com relação à alienação na Academia Imperial de Medicina e na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (GONÇALVES, 2011), as pesquisas das historiadoras mencionadas utilizaram fontes inéditas, documentações dos internos da instituição – tanto relatórios, quanto prontuários e livros de matrícula.

Cabe aqui ressaltar o importante movimento de abertura ao acesso e consulta, a digitalização de dados, a higienização, acondicionamento e reorganização técnica (ainda em curso) desta documentação por parte dos principais arquivos desta temática durante as últimas duas décadas, sobretudo, o Arquivo Permanente do Centro de Documentação e Memória do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira (CDM – IMASNS); acontecimento esse que, sem dúvida, possibilitou o prosseguimento de caminhos analíticos mais distintos das produções que discutimos no primeiro grupo.

Primeiramente, destaco a tese de doutorado, defendida no ano de 2016, no Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, pela historiadora Daniele Ribeiro que também se debruça sobre a investigação de narrativas voltadas para os internos.

A autora apresenta fortes discordâncias frente a alguns argumentos de Engel, haja visto sua discussão a respeito da forma com teria se dado a política de internações na instituição, sem que necessariamente ocorresse uma “caça as bruxas”, ou melhor aos pobres, por parte da polícia; ou que os diretores e facultativos aceitassem tais internações de maneira totalmente indiscriminada, sem quaisquer incidências de negociações ou tão pouco entraves burocráticos e/ou administrativos entre os mesmos e as famílias dos alienados.

Acerca do caráter vanguardista quanto a mobilização dos prontuários do hospício, é preciso novamente pontuar que Ribeiro utilizou fontes “mais completas” do que aquelas as quais Engel teve acesso, em especial um quantitativo significativo de dossiês de pacientes internados no período imperial, com documentos diversos sobre os mesmos. E apesar do uso de prontuários hospitalares na historiografia não ser um dado inédito (BERTOLLI FILHO, 1996), ao lançar mão de uma associação entre uma “História da loucura” junto a tal recurso de

fontes – para essa instituição específica – a historiadora acabou por encaminhar dessa forma seu percurso diferencial.

Pode-se ressaltar como sua tese principal a concepção de um cenário muito mais complexo dentro e fora do hospício do que teria sido trabalhado nas obras anteriores. Sem contar para a adoção de uma abordagem para o “controle social” não mais compreendendo-o enquanto uma entidade sem forma e dissipada pela cidade. A começar por um aprofundamento nos debates quanto ao projeto inicial de edificação do hospício, não mais encarado unicamente mediante uma visão tendenciosa para a classe médica. Segundo ela, representariam no entanto “um movimento de reestruturação de poder da Santa Casa” e que ao mesmo tempo também acabou dialogando tanto com as demandas dos médicos (em sua busca por maiores influências no quesito da cientificidade) como com os setores administrativos imperiais (nas adequações aos paradigmas modernos europeus) (RIBEIRO, 2016: 218).

Há também uma exploração bastante relevante para esse cotidiano da vida asilar. Além de reflexões fundamentadas em “projetos de controle” e “reclusão de corpos”, somos apresentados a aspectos de como a idealização do hospício realmente se deu na prática do dia-a-dia. Junto as regras de funcionamento, pressupostos terapêuticos, etiologia de doenças, e as classificações médicas para a alienação mental, o empenho na descrição destes aspectos também foi decisivo a partir das articulações sobre os limites para as entradas e saídas na instituição.

Mais do que entradas e saídas, esses limites ao longo da análise de Ribeiro se aproximam das perspectivas de cidadania na corte do Império; haja visto que em sua argumentação determinadas regras, estatutos ou condutas poderiam naturalmente ser reordenados ou relativizados, dado o respectivo trânsito de influências e/ou interesses dispostos em determinada situação, quer fossem sociais, profissionais ou políticos. A exemplo disso, Ribeiro sugere que o “corpo médico e o próprio discurso em torno do hospício impactavam na demanda que se criava sobre a instituição e nos argumentos que seriam utilizados para viabilizar as internações.” (RIBEIRO, 2016: 219).

Portanto, além de acabar dando ênfase para as complexas dimensões que circunscrevem o hospício, a autora também contribui para uma problematização mais densa de um imaginário social construído por parte da historiografia anterior – presente até os dias de hoje – acerca de como se dariam as inter(n)ações dentro de um hospício.

Também é importante mencionar em todo este diferencial, que a autora apresenta um capítulo específico em parte de sua tese, tanto para iniciar os debates com relação as

classificações raciais presentes nos prontuários – ao qual também há interesse na presente pesquisa – como para avaliar aspectos da existência da população preta e parda, escravizada e liberta neste espaço de saúde. Todavia, ao traçar determinados panoramas sociais específicos quanto a profissões, requerentes de internação, locais de resistência, distribuição de diagnósticos, formas de saída geral entre todos internos, Ribeiro acaba por demonstrar que a complexidade institucional por ela analisada em parte seria caracterizada por um sistema controverso e, em certa medida, um tanto segregador.

Ora mais, ora menos, a manutenção das grandes estratificações sociais¹⁴ e raciais presentes na instituição demandaria, para autora, de um conjunto de códigos sociais – explícitos e implícitos – muito bem delimitados. Afinal, se por um lado poder-se-ia parecer louvável a imagem *universal* a ser alcançada nas proposições do Regimento Interno, é no convívio diário entre as elites e os indigentes, entre brancos, pretos e pardos, entre libertos, livres e escravizados que as “faces da segregação” puderam ser apontadas pela autora durante todos os anos de funcionamento do hospício ao longo do período monárquico (RIBEIRO, 2016: 217).

Desta forma, tratando-se de um estudo bastante descritivo e com múltiplos apontamentos para diversos vieses; a própria autora já salienta em suas considerações finais que seu trabalho adquire uma finalidade, muito mais de abertura de portas e/ou debates do que efetivamente uma proposição de conclusão e total encerramento de estudos sobre a temática. O que nos leva a próxima produção deste grupo.

Caminhando um pouco mais em nesta avaliação historiográfica, o mais recente trabalho quanto ao tema, vem a ser a dissertação de Mestrado defendida por Michelly Vieira ao Programa de Pós-graduação em Relações Étnico Raciais do Centro Federal de Educação Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ). Trabalho esse que mais se aproxima em contribuições para a minha pesquisa visto que reflete criticamente no campo da história da assistência a saúde mental do “negro”. Ao longo de sua argumentação, Vieira se fundamenta principalmente em dados seriais, obtidos também por meio dos Dossiês de Internação para construir toda uma exposição das internações desses indivíduos, refletindo também acerca das faixas etárias, gênero, profissões, evasões, personagens requerentes, diagnósticos, formas de entrada e saída em geral, bem como suas trajetórias socioespaciais de origem e as principais questões ocupadas por indivíduos pretos na instituição.

¹⁴ Engel (2001) em certa medida também aponta para um determinado aspecto de “estratificação”, seja a partir do próprio regimento e/ou nas divisões entre as classes.

Assim como Ribeiro, mas com foco especificamente para a população negra do hospício dentro das dinâmicas do sistema escravista, a historiadora também faz uso de prontuários e de maneira semelhante inicia e conclui suas análises basicamente nos mesmos marcos, tratando da fundação até o advento da abolição (Ribeiro inicia dois anos antes e se adentra mais um ano a frente). E apesar de não explicitar com muita clareza o que entende enquanto “população negra”, visto que uso de tal termo não era empregado entre os prontuários do hospício, ainda sim podemos ressaltar alguns eixos argumentativos trabalhados pela historiadora e psicóloga.

Dentre eles, o mais relevante ao meu ver seria com relação a análise das formas de ingresso desta população no hospício. Ao considerarmos que a historiadora se coloca em certa concordância com as teorias de “controle social” e “limpeza urbana” propostas por uma historiografia antecessora, a mesma por outro lado procura desenvolver suas articulações de entendimento de uma população como alvo de assistência, mediante outros caminhos analíticos (SILVA, 2019: 11 – 49).

Ao fundamentar-se na hipótese de maior perspectiva de vulnerabilidade entre os “negros” livres, suas principais conclusões remontam tanto a intensa participação da figura policial como principal instituição responsável pelas internações, como também na atuação de senhores e familiares no requerimento das mesmas. Com isso se distancia então de chaves explicativas mais voltadas para a necessidade de intervenções por conta de crimes e/ou vadiagens. Outro eixo argumentativo importante é com relação a frequência desses indivíduos na 3º classe da instituição. O que, por si só, já representaria maiores possibilidades na concepção e na demonstração dos cuidados e terapêuticas diferenciados para este grupo específico nesta classe, bem como um maior entendimento de certas dimensões e negociações quanto ao pagamento pelo tempo de suas estadias no hospício (SILVA, 2019: 155 – 160).

Decerto que a possibilidade de acesso a novas fontes talvez seja o elemento mais notável para concebermos uma importante virada nas abordagens das pesquisas que avaliamos ao longo desse capítulo. E ainda que o primeiro grupo possa ser caracterizado a partir de uma inclinação para a perspectiva médica, é também possível sugerirmos que muitas das análises promovidas por estes, justamente, se detiveram em suas respectivas abordagens por conta das limitações informativas de suas próprias fontes.

Na oportunidade de identificar, quem os internariam? De quais regiões viriam? Número de mulheres, homens, crianças, velhos. Quando e como se dariam suas altas? Ou falecimentos? Por quanto tempo se fizeram presentes no hospício? Formariam relações? Tinham ou tiveram filhos? Detinham posses ou uma alta posição na sociedade? Inúmeras são

as perguntas, respostas e, sobretudo, os caminhos a serem percorridos na busca por uma entendimento amplo das mesmas. E, sim, também está mais do que certo, que tanto os recortes raciais quanto os de gênero, de classes sociais e faixas etárias têm sido fundamentais para a construção de uma história mais diversa e, principalmente, mais crítica no que se refere ao campo da assistência à desarranjos mentais.

A despeito dessas duas obras, opto por não gastar muitas páginas deste capítulo relatando todos os eixos de todas as suas discussões. Justamente por entender que se tratando de obras com grande importância no quesito referencial, muitos dos outros aspectos de seus debates também se farão presentes nas argumentações e articulações junto as fontes a serem trabalhadas nesta pesquisa.

Também é importante ressaltar que ao entrar em contato com parte da respectiva bibliografia apresentada neste capítulo, me senti desafiado, afinal parte dos meus objetivos e hipóteses discorridos no item da introdução apresentam proposições um tanto semelhantes com as já desenvolvidas por Ribeiro e Silva, por exemplo. Mas se o título sugere histórias de “cabeça & pele”, neste primeiro capítulo, para entendermos um pouco melhor a perspectiva de um debate racial dentro do Hospício de Pedro II no século XIX torna-se, antes de mais nada, necessário debatermos e refletirmos sim, em primeiro plano, o lugar das principais produções historiográficas já desenvolvidas sobre esta temática. Somente depois podemos estabelecer críticas, proposições e aproximações no sentido de suprir as ausências e/ou problemáticas das mesmas.

Após ler e refletir sobre essas obras, no que diz respeito aos conteúdos e formatos de escrita, ressalto também que tanto um grupo, quanto o outro apresentam elementos importantes para a conformação dos saberes históricos conjuntos entre uma “história da psiquiatria” e dos debates voltados para a “*questão racial*”. Entretanto, para além das questões já levantadas para cada um dos grupos e produções, acredito que ambos acabam por ser caracterizados por duas importantes limitações as quais também gostaria de mencionar.

A primeira é com relação ao lugar das “relações raciais” dentro de toda essa discussão. Nesse sentido o que parece haver é que o refletir sobre aspectos da presença de pretos, pardos ou escravizados no hospício sempre se faz em um lugar a parte, seja em uma discussão, tópico ou capítulo específico... ou até ao longo de toda um dissertação como o caso de Silva. O que parece é que dada a intencionalidade do enfoque para este grupo, parte de suas interrelações cotidianas e essenciais enquanto “grupo racial” e com outros “grupos raciais” tendem a ser negligenciadas.

Como se “a invenção do negro” não tomasse como referencial oposto de brancura. Como se a construção de um escravizado não demandasse da constituição de sujeitos livres. Como se pertencessem a um grupo social basicamente estático e isolado, onde breves discussões ou quantificações expositivas bastariam para avaliar e considerar todas as suas dimensões de complexidade. Classifico esse aspecto como no mínimo perigoso, ainda mais quando tratamos de um paradigma igualmente complexo como as percepções históricas da loucura.

Já a segunda pode ser inserida em uma reflexão voltada mais para a metodologia que a construção de um debate em si. No que diz respeito aos caminhos de análises e representações de dados nas fontes, avalio que muitas dessas obras (principalmente as do grupo de trabalhos mais recentes) acabam por usar de gráficos e tabelas apenas para um viés expositivo, absolutamente simplistas e quase que de modo “instrumental” como em outros tempos o uso de iconografias representou para a historiografia. O que quero dizer é que, além do diálogo com a narrativa das fontes ser bastante rarefeito em nome da descoberta de um tão sonhado perfil, também não há sequer questionamentos sobre as dimensões humanas (salvo o caso da dissertação de Michelly em alguns aspectos), acerca “do que” ou “de quem” a respectiva documentação outrora representou.

Parte da conclusão que chego é que tanto mobilizar uma perspectiva única entre os sujeitos com fontes administrativas, como considerar unicamente perfis sociais a partir de prontuários pode revelar certos perigos na escrita. Afinal, como pensar uma argumentação sem que a visão sob os atores sociais seja estritamente unilateral? Como tratar prudentemente de cada dado serial a ser contextualizado e problematizado? Como escrever sem cair nas armadilhas tênues de uma grande obra expositiva como resultado final?

É fato que não existem receitas ou manuais prontos para pesquisas perfeitas. Se é que as mesmas existem. Todavia, a principal questão deste capítulo (e que se pretende demonstrar ao longo de toda a dissertação) é para nos atentarmos que, independente da abordagem escolhida ou das questões e objetivos iniciais levantados, o foco almejado para a obtenção de uma pesquisa mais sofisticada e completa é uma operação historiográfica que deseja ir além do que está praticamente evidente em cada fonte e/ou dado. Não se trata de invenções ou conjecturações a partir do que não está descrito efetivamente ou de novas proposições estatísticas mirabolantes, mas simplesmente de um olhar mais atento – e respeitoso – para os textos, contextos e, sobretudo, cotextos.

Bom, para ser mais explícito, permitam-me então exemplificar tal premissa nos próximos capítulos. Trataremos agora de um percurso inicial dedicado a promover problematizações, sem o caráter de uma crítica pela crítica, mas que na mesma medida também busque por

soluções. Assim, parte dos eixos dos capítulos II e III também dialogarão com essas duas principais “limitações” aqui discorridas, na busca por um trabalho atento, passível de novas (auto)críticas, e sem de modo algum pretender dar conta de todas as lacunas nos horizontes desta temática.

CAPÍTULO II – A LOUCURA NA LIBERDADE: Investigando os discursos e representações de alienação acerca de pretos e pardos pelo Rio de Janeiro escravista.

“[...] Decerto essa liberdade não é absoluta: [...] Na verdade nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras de negociação” (LEVI, 1996: 179 – 180).

O capítulo a seguir objetiva avaliar como se deram as concepções de determinados elementos discursivos de identificação racial, em paralelo com longo processo de reconhecimento e estigmatização da loucura na corte do Rio de Janeiro durante a segunda metade do século XIX. Se em um primeiro momento avaliamos em quais aspectos e eixos a historiografia temática se encaminhou até agora, neste segundo capítulo nos concentraremos na avaliação e reflexão das fontes, na busca por uma investigação e discussão a respeito da “loucura na liberdade”, ou seja, os debates sobre como alienação mental e raça estavam sendo mobilizados, alinhados e representados fora dos muros do Hospício de Pedro II.

Esse percurso analítico se justifica por entendermos que antes de debatermos as práticas e vivências de internação e classificação racial dentro de um dos mais importantes ambientes asilares do Império, torna-se necessário discutirmos como essas mesmas questões estariam reverberando pela cidade, com a intenção de correlacioná-las junto as transformações, não apenas sociourbanísticas, mas também entre as mentalidades populacionais. Além disso, pretende-se, efetivamente, redirecionar o enfoque para as camadas mais populares e “leigas” e não promover uma discussão sobre o estatuto do pensamento médico sobre a loucura veiculado na imprensa.

Afinal, a presente análise vai totalmente ao encontro da simbólica epígrafe do texto de Levi, já que, se por um lado, alguns trabalhos vão se apresentar a partir de um sistema normativo de controle – traduzido tanto no espectro das dinâmicas escravistas como em face do avanço do poder dos médicos sobre a loucura – a discussão aqui pretende justamente lançar seus olhos para as brechas desse sistema, para as “possibilidades de escolha”, para as negociações das regras sociais do contexto urbano. E, ainda que tais brechas em uma primeira leitura não se apresentem evidentemente explícitas, é no olhar mais atento que o “teatro do cotidiano” se desvela. É no “teatro das resistências” que os códigos sociais são questionados e não mais focando-se em dicotomias simplistas entre escravizados e senhores, entre loucos e médicos, e sim, nos modelos e interações de vidas, muito mais complexos – e fluidos – o que de fato tem sido sugerido apenas introdutoriamente pela historiografia mais recente, como já mencionado.

Para tanto, serão mobilizados como fontes, registros de um total de oito jornais de ampla circulação no período, todos referentes a espacialidade em questão¹⁵. Todos disponíveis em formato digitalizado na base de consulta da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Dentre eles estão: *Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal* (1); *Diário do Rio de Janeiro* (2); *Jornal do Comércio* (3); “*Jornal da Tarde* (4); *O Globo: Órgão da Agência americana Telegraphica dedicado aos interesses do Comércio, Lavoura e Indústria* (5); *O Fluminense* (6); *Gazeta da Tarde* (7) e o *Monitor Campista* (8). Também serão utilizados alguns trechos dos Relatórios Ministeriais do Império¹⁶ para dialogarem com tais registros de imprensa.

Com relação aos processos utilizados para a construção desta discussão, podemos dividi-los em uma metodologia para a busca e sistematização dos registros e outra metodologia para a estruturação do debate. Com relação à primeira, refere-se a forma como a pesquisa foi feita, ou seja, já que tratamos de duas grandes temáticas em paralelo (percepções e manifestações de alienação e a “*questão racial*”), o método utilizado para a sistematização destas fontes foi uma busca e associação onomástica na base de consulta da Hemeroteca Digital por palavras-chave como “branco”, “branca”, “preto”, “preta”, “pardo”, “parda”, “negro”, “negra”, “cruzada”, “cruzado”, “mista”, “escravo” e “escrava” juntamente a termos como “louco”, “louca”, “alienado”, “alienada”, “doido”, “doida”, “hospício”, “hospício de alienados”, “Hospício de Pedro II”. Com a finalidade de encontrar registros cotidianos que tratassem destas temáticas em conjunto.

Para segunda, optou-se por promover uma análise diacrônica, ou seja periodicizada, repartindo as discussões e as narrativas dos registros por décadas (indo da década de 1850¹⁷ até a década de 1880¹⁸). Essa escolha pode ser justificada por acreditar que dado o baixo quantitativo entre os registros, pautar uma análise sincrônica, dividida por respectivos “episódios”, não seria o caminho mais prudente para investigarmos a distribuição dos discursos entre os anos. Além disso, considero também o aspecto da facilidade para o entendimento das transposições temporais e a perspectiva continuada, entendendo que não necessariamente a linha editorial – e até mesmo o funcionamento – de cada jornal

¹⁵ Com exceção do *Monitor Campista*, cujo motivo encontra-se desenvolvido ao longo do texto.

¹⁶ Disponíveis na plataforma on line *Center of Research Libraries – Global Resources Network* <<http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>>.

¹⁷ Década da finalização da edificação do Hospício de Pedro II.

¹⁸ Última década do regime escravista, do governo monárquico, e por conseguinte do *modus operandi* do Hospício de Pedro II antes de sua desanexação da Santa Casa de Misericórdia.

permanecerá o mesmo ao longo dos anos, nem suas motivações e principais características nos registros. Levantadas todas essas questões iniciais partimos para os relatos.

2.1 Anos 1850:

O primeiro registro que pretende-se mobilizar consta no *Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal*¹⁹. Sobre este jornal, alguns autores (ABREU; TOGNOLO, 2015: 200) vão ressaltar a percepção da importância deste periódico, visto que mesmo estando aproximado abertamente aos ideários liberais, conseguiu manter-se em funcionamento por cerca de duas décadas; levando em consideração que o aspecto da descontinuidade quanto a circulação foi muito presente em grande parte dos jornais da época (HEINEBERG, 2008).

Desde sua fundação, era composto por um total de quatro páginas, divididas em cinco colunas. Nas primeiras duas páginas eram fixadas seções distintas, dentre elas, as relacionadas ao “Interior” e ao “Exterior”, “Variedades” e ao “Rio de Janeiro”, este último dividido em: “Folhetim do Correio Mercantil” e “Notícias e Fatos Diversos”. A terceira era destinada as seções de “Avisos” (muitas vezes relacionados a Marinha), “Anúncios”, “Leilões”, “Publicações a Pedido” e “Correspondências”; e a última, tomada majoritariamente por anúncios. Ainda quanto ao formato, a divisão entre cada comunicado era feita somente por intermédio de um travessão. Nos primeiros anos, sua edição era realizada em francês aos domingos; os fatos eram discorridos apenas no seu aspecto “sequencial”; e o tom e o léxico adotados eram quase sempre formais, sem o emprego de alusões cômicas e/ou do uso de gírias (RIBEIRO, 2005: 2).

Segundo Ribeiro (2005: 9), a respeito de uma percepção historico-midiática deste jornal, é importante perceber o fenômeno do hipertexto em que há uma amalgama entre a ficção e os certos fatos noticiosos. Mais do que isso, os fatos com o tempo iriam adotar características muito pontuais, preferencialmente narrados quanto ao emprego de ironias e, sobretudo, pela crítica de certos costumes e aspectos urbanos como: o excesso de bebidas da população, a falta d’água nas freguesias, a presença e atuação de capoeiras e a necessidade de pavimentação das ruas.

Esse primeiro relato não foge muito desses parâmetros. Na edição referente aos dias 03 e 04 do mês de agosto do ano de 1851, meses antes do término da edificação e inauguração oficial do hospício, o que parecia ser apenas uma denúncia comum referente as tradicionais

¹⁹ Em circulação desde 02 de janeiro de 1848 e, permanecendo em funcionamento até 15 de novembro de 1868.

demandas urbanas, como à iluminação pública no fim do Beco das Carmelitas, logo iria se converter em uma situação bem mais digna de nota.

A análise parte de um pedido de comunicação ao Chefe de Polícia, que ressaltara tanto a necessidade de reposição de um poste caído desde abril daquele ano, como a negligência por parte das autoridades que até aquela data ainda não haviam tomado providências de colocar um novo,

“(...) estando o tal caminho às escuras, com grande perigo das pessoas que por ali transitam por não terem outro remédio.

Havia mais do que as preocupações com o crepúsculo e os transeuntes do Beco. Poucas linhas abaixo, o verdadeiro perigo indicado neste anúncio tomará seu devido lugar, mediante as reclamações, um tanto inflamadas, quanto a presença de uma “preta louca” que estaria a “andar vagando” constantemente na antiga Praça dos Lázarus, e que pelo “bem da humanidade” e da “civilização” o inspetor do respectivo quarteirão deveria finalmente tomar as devidas medidas cabíveis, afinal já

(...) que por duas vezes para esse fim me tenho dirigido ao inspetor de quarteirão respectivo, mas este não tem tomado a necessária providência, não sei por incúria ou desleixo, ou se por morar [ilegível] muito arredado do quarteirão de que é inspetor, segundo me informam.”²⁰

Assim, o que fica notório em um primeiro momento é que mesmo antes da construção de uma instituição especializada, a necessidade de intervenções em sujeitos racializados incômodos, dentro de um espectro de proximidades com a “alienação”, já pairava nas mentalidades e discursos pelo “bem” do meio urbano. As demandas urbanas como iluminação pública poderiam claramente aparecer associadas em um mesmo anúncio com denúncias de indivíduos pretos e pardos entendidos enquanto loucos somente pelo fato de estarem a vagar pela rua. A partir daí, os registros tendem a se sofisticar e a cada vez mais estar imbuídos de outros aspectos para além da raça e da loucura.

Sendo assim, passados quase dois anos após esse primeiro evento narrado acima, o *Correio* voltaria a ocupar suas páginas para denunciar a loucura e o incômodo de sujeitos racializados ao bem-estar público: dessa vez em um pequeno trecho de um exemplar matinal de domingo do dia 05 de maio de 1854. Nesta data o que ocorre não é só o aparecimento da figura do Hospício enquanto uma instituição detentora da chancela do conhecimento científico sobre a loucura, mas a primeira descrição em um relato, das ações que tornariam um

²⁰ *Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal* – 03 e 04 de Agosto de 1851 (Domingo e Segunda), Edição 00183(1). Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional. Ver Anexo I.

indivíduo, um ótimo candidato ao hospício. Afinal, se no caso da Praça dos Lázaros a “preta louca” em questão estaria apenas vagando, desta vez:

“Peça ao Exm. Sr. chefe de polícia providencias para que faça recolher ao Hospício dos Alienados uma preta louca que acha-se de há muito tempo metida no corredor de uma casa da rua do Fogo²¹, *apouquentando* constantemente com palavras indecentes e injuriosas a algumas familias da vizianhança. Além desta preta (que se diz louca) existe no mesmo corredor uma sucia de pretos de ganho que fazem ali sua morada permanente.”²²

A primeira questão para levantarmos é com relação a um certa curiosidade quanto ao termo utilizado para se referenciar ao recente hospício – visto que tal alcunha só seria aderida cerca de quarenta anos mais tarde com o golpe republicano – demonstrando que o termo “alienado” não percorria apenas no âmbito científico mas já estaria também em bom uso dentro das esferas populares.

Contudo, o que julga-se mais importante neste relato são outros dois aspectos que aparecem mais para o fim do registro. O primeiro, quanto aos debates a partir da pequena e potente expressão entre parênteses: “que se diz”. Se por um lado não há dúvidas não sobre uma classificação racial, por outro, temos a dimensão das dúvidas quanto a veracidade da alienação. Não obstante a essa questão, o que pode também ser percebido no uso de tal expressão são as brechas para a percepção e um entendimento de agenciamentos entre esses sujeitos.

Afinal de contas, em que medida estar associada a manifestações de loucura poderia significar liberdade para essa preta? Significaria garantia de sua “liberdade de expressão”, tornando moralmente “relevável” o uso indiscriminado de sua linguagem dita “indecente” e “injuriosa”? Significaria uma das várias estratégias sociais de autopreservação de si e dos seus, no sentido de escapar de medidas mais enérgicas contra a perturbação da ordem pública? O fato é que, se o chefe de Polícia haveria de ser acionado, não é incorreto refletir em uma balança de “ganhos e perdas”, que a cadeia, os castigos físicos e até a força poderiam representar como destinos muito possíveis para esta preta. Sendo assim, antes hospício do que a morte.

Com relação a este aspecto Grimberg no capítulo “Castigos físicos e Legislação” do *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*, publicado em 2018, discorre sobre a implementação do Código Criminal (1830) e sua complementação pelo Código do Processo Criminal (1832). Para a historiadora, ambos representariam mudanças significativas ao longo

²¹ Atual Rua dos Andradas.

²² *Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal* – 21 de Maio de 1854 (Domingo), Edição 00139(1). Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional. Ver Anexo I.

do século XIX, não só na consolidação de punições mais exemplares a escravos (açóites e ferros, penas “de galês” e de morte), mas também na divisão e classificação entre os “tipos de crimes”. Primeiro teríamos os crimes de ordem pública (contra a natureza pública instituída, o Imperador e o Império, ou seja, rebeliões, insurreições e/ou revoltas que dependeriam de sua abrangência); depois, os crimes de ordem privada (contra os indivíduos ou a propriedade); e por fim, os crimes policiais (contra a civilidade e os “bons costumes”) (GRINBERG, 2018: 147). Esse últimos também incluiriam práticas como capoeiragem, “vadiagens”, prostituição etc. Dadas as notórios tensões sociais deste registro, por uma lógica de medo e suspeição natural devido ao agrupamento desses indivíduos, a tal “sucia de pretos” citada pelo impresso também não deve ser esquecida em meio a denúncia, mesmo que não possamos afirmar que mantivesse uma relação direta com a respectiva “preta louca”.

Nas duas notícias, as denúncias não apresentam a identificação do nome do denunciante, nem quem ou qual funcionário do jornal haveria de ter escrito e, muito menos os devidos nomes das “pretas loucas”. Aspecto esse que denota uma certa “invisibilidade nominal” em que suas cores e condições serão muito mais dignas de notas do que seus respectivos nomes. Fato que irá se repetir durante todas as décadas, salvo pouquíssimos casos aos quais discorrerei mais a frente.

Cabe ressaltar também, que no cabeçalho do jornal junto a tabela de preços, constaria um aviso aos respectivos comunicados e artigos de “conveniência geral”. Estes poderiam ser colocados de modo gratuito e as assinaturas deveriam ser feitas no endereço “Rua da Quitanda, nº13” (RIBEIRO, 2005: 1). Ou seja, se por um lado não é possível adentrar a respeito da identidade dos denunciante, em certa medida podemos conjecturar sobre a relativa facilidade para o acesso a denúncias neste veículo informativo. Além disso, podemos ponderar que não necessariamente o denunciante representasse a clássica lógica de antagonismos, muito bem personalizada por sujeitos de uma determinada elite *versus* a população escravizada; mas efetivamente também poderia se tratar de algum indivíduo cujos os recursos eram poucos, mas a insatisfação era muita. Vejamos como se dão mais relatos desse período em outros jornais.

Dois anos mais tarde, na manhã de 24 de abril de 1856, o que tomaria um pequeno espaço em uma de suas quatro páginas do *Diário do Rio de Janeiro*²³ era um acontecimento ocorrido cerca de dois dias antes.

²³ Fundado em 1 de julho de 1821, permanecendo em funcionamento interrompido por alguns até que em 31 de outubro de 1878, encerra definitivamente suas atividades.

“Foi ante-ontem presa por um pedestre uma preta louca que vagava pela rua do Passeio.

Informam-nos que diariamente percorre a rua da Conceição, soltando altas vozes palavras ofensivas à moral, uma mulher ainda moça, de cor parda, que parece também sofrer de alienação mental. Chamamos para esse fato a atenção de autoridade competente.”²⁴

Assim como no *Correio*, as divisões entre um relato e outro no *Diário* também se apresentam muito pouco demarcadas. Neste exemplo, o que temos é um primeiro registro quanto a mobilização da categoria de “cor” e, mais ainda, um exemplo dos possíveis sentidos das classificações raciais sendo evidentemente aplicado.

Ao passo que no primeiro – e brevíssimo – relato trata-se novamente de uma “preta louca”, desta vez, a percorrer pela rua do Passeio, a única informação da narrativa é ter sido presa por um pedestre desconhecido, sendo ignorados quaisquer motivos e/ou contextos para o melhor entendimento do leitor. A única justificativa possível para o entendimento de tal ocorrido e a forma absolutamente vaga conforme é descrito o evento, seria o fato de se tratar – simplesmente – de uma “preta louca”. Não há necessidade alguma de explicação, somente a intervenção foi precisa.

Enquanto isso, no segundo caso, referente a Rua da Conceição, as “palavras ofensivas à moral” soltas “em altas vozes”, logo são – quase que gentilmente – suavizadas. Afinal tratar-se-ia de uma “mulher ainda moça”, para quem, não despretensiosamente, os termos “cor” e “parda” foram empregadas. Este sim é um exemplo, que chama “a atenção” dos redatores. Desta vez, não é necessário polícia, nem desconhecidos.

E apesar de na descrição ambas poderem se encaixar no espectro da alienação mental é notório a desproporção nas preocupações não só com uma descrição dos fatos mas também nos devidos cuidados e ressalvas a serem tomados. Ou seja, ainda que o foco esteja no estigma e na preocupação com a devida alienação, quanto tratamos de “cores” e “raças” o sujeito identificado como pardo será naturalmente melhor visto, estará melhor situado e, por consequência, melhor representado em discursos²⁵.

Pouco mais de um ano depois, entre as manchetes do *Diário*, teríamos o primeiro caso encontrado de uma descrição mais detalhada quanto a loucura, classificação racial e condição social a partir de um único evento específico. A notícia datada do dia 24 de julho de 1857,

²⁴ *Diário do Rio de Janeiro (RJ)* – 24 de Abril de 1856 (Sábado), Edição 00116(1). Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional. Ver Anexo II.

²⁵ É importante ressaltar a existência de um historiografia que se dedica a investigar essa questão em outros contextos.

trazia os eventos ocorridos cerca de uma semana antes, entre os transeuntes da antiga Rua Direita²⁶. Na tarde daquele sábado, lá pelas 15 horas,

“(…) um preto louco, escravo de fulano Guimarães, tendo-se armado com uma acha[sic] de lenha, acometia pessoas que passavam (...)”

Tamanha era a fúria do preto. Nem pedestre que por ali se achava tentou prendê-lo; recuou. Nem o senhor Castro, o inspetor do respectivo quarteirão, de pouca utilidade, muita ajuda demandou. Somente depois de algum tempo e com a ação de “várias pessoas”, é que conseguiram “apoderar-se” deste homem e “entregá-lo a força pública”.

Do “fulano” Guimarães nada sabemos. O que sabemos para o fim deste relato é que novamente a figura do hospício é evocada, tomando espaço não só enquanto o motivo da revolta e da fuga do preto, como também enquanto a única e mais óbvia dentre as soluções para a confusão.

“(…) a força pública que, como é de uso, apareceu quando já de pouca utilidade podia ser.
Consta-nos que esse preto fugiu da casa de seu senhor, de onde tinha de ser conduzido para o Hospício dos Alienados.
(A REDAÇÃO).”²⁷

Esse registro vem a ser o único dentre os jornais encontrados que menciona a provável autoria do relato, além de ser também a primeira menção a um escravizado e de como se dariam as tensões motivadas a partir de uma possível internação no hospício.

É mediante a rebeldia desse indivíduo que também identificamos certas opiniões políticas da “REDAÇÃO” que muitas vezes poderiam passar despercebidas. Tamanho é o enfoque para a confusão promovida pelo preto após sua fuga e rejeição à internação, que quase não notamos o tom sutil atribuído ao “como é de uso”, quanto ao papel ineficiente das autoridades policiais. O que não fica explícito é se tal crítica se apresenta para a necessidade de repressão a conflitos públicos em geral ou para a repressão específica a indivíduos racializados aparentemente alienados.

Adentrando um pouco mais no perfil do *Diário*, mais do que sua associação a importantes nomes como Machado de Assis, José de Alencar (editor chefe no ano em questão) e Quintino Bocaiúva desde sua criação na década de 20 dos oitocentos, é importante considerarmos para nossa discussão que a partir de 1845, o jornal passou por reformulações em suas diretrizes. No início se destacava por um aspecto essencialmente informativo, inclusive, para o âmbito da escravidão, ao publicar diversificados anúncios de aluguel, venda e compra de

²⁶ Atual Rua 1º de Março.

²⁷ *Diário do Rio de Janeiro (RJ)* – 24 de Julho de 1857 (Sábado), Edição 00200(1). Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional. Ver Anexo II.

escravizados. Neste novo cenário, a ampliação se desenvolverá “em todos os sentidos”. Muitas das matérias dispunham de um caráter abertamente político, no qual as opiniões dos redatores eram praticamente escancaradas (MARENDINO, 2014: 2); aspecto esse que poderia explicar a autoria da crítica à atuação das forças policiais ser, naturalmente, creditada em letras maiúsculas da redação.

Pensando ainda quanto à circulação e à reverberação para as notícias, um outro elemento a ser discorrido, desta vez dialogando com o *Correio*, é com relação a acessibilidade, não só de possíveis denunciadores pobres, mas de leitores também. De acordo com Marendino (2014: 3), a partir do ano de 1830 ocorreu um aumento de 20 réis no custo de uma edição avulsa, totalizando um custo diário de 60 réis até os anos de 1850. Em comparação com outros jornais em circulação cujos preços pautavam-se em cerca de 100 réis, essa característica já denotaria um importante diferencial quanto a distribuição.

Na análise da autora – por conta da grande quantidade de anúncios pagos e dos preços baixos –, o jornal renderia um considerável potencial tanto em números de exemplares a serem vendidos, bem como no alcance popular de fato. Haja visto a ocorrência de criativos apelidos populares como o “Diário do Vintém” e o “Diário da manteiga”, este último devido à sua proporção de seus valores com os custos do item alimentício (MARENDINO, 2014: 3). Passamos agora para o debate quanto aos registros encontrados ao logo dos anos de 1860.

2.2 Anos 1860:

Nesta década foram encontrados somente dois registros. Com relação ao baixo quantitativo identificado e das poucas linhas de cada registro, o que poderia em primeiro momento sugerir tanto uma invisibilidade de tais questões para a sociedade nesse período ou quem sabe simplesmente uma baixa ocorrência de eventos, é, na realidade, a partir da análise de cada um, que outras duas importantes discussões acabam por ser desveladas entre as camadas do cotidiano. Discussões essas que se alinham respectivamente a conformação da cientificidade do alienismo e que também perpassam pelos debates aqui objetivados quanto a mobilização das categorias de “raça” e “cor”.

O primeiro relato é pertencente ao *Jornal do Comércio*²⁸. Conhecido por seu longo período de atividade – cerca de 188 anos ininterruptos – e reconhecido pela historiografia pela dificuldade em se estabelecer uma linha editorial única para tal periódico. Sua aparente notoriedade informativa, “não se envolvendo em polêmicas”, nem em “paixões e disputas

²⁸ Fundado em 01 de outubro de 1827, permanecendo em funcionamento até – surpreendentemente – 29 de outubro de 2016.

partidárias”, tem sido alvo de estudos que remontam ao seu caráter político conservador e moderado, mediante suas defesas dos interesses imperiais (SILVA, 2017: 15).

Acerca das análises de Ramos com relação as inclinações políticas do jornal, embora possa ser inserido entre os poucos jornais “não partidários” brasileiros, é possível também percebermos um certo compromisso institucional. A historiadora ressalta que entre a sua composição, muitas vezes, foi possível identificar debates parlamentares e atos do Executivo por intermédio de seções como “Câmara dos Senhores Deputados”, “Assembleia Geral” e “Parte Oficial”, fora os constantes elogios as instituições brasileiras e as diversas manifestações pela continuidade da monarquia (RAMOS, 2015:147).

Quanto ao relato, o que temos é um “*mao encontro*”, no qual novamente identificou-se a ocorrência do uso do termo “pardo” e, mais uma vez, um protesto frente a necessidade de interferência da esfera policial. Entretanto, a principal novidade está em uma associação que se fará presente em grande parte das esferas dos debates psiquiátricos, perdurando até final do século e adentrando até meados do século XX. Trata-se das interrelações entre a prática do consumo de bebidas e a loucura.

“GAZETILHA

MAO ENCONTRO – Continua a parda louca ou ebria, de que há dias falamos, nas ruas costumadas correrias; distribuía bofetadas por quem lhe desagrade e insulta a quem procura incomoda-la. De novo pedimos à polícia que a recolha a lugar próprio.”²⁹

Referente ao dia 23 de fevereiro de 1862, o primeiro aspecto notado na “Gazetilha” de domingo foi a primeira identificação do uso de subtítulos para evidenciar o respectivo evento ou a temática em si. Entretanto, mais do que essa percepção inicial, o que creio ser o aspecto mais importante para considerarmos nesse registro são os múltiplos eixos de possibilidades de análise apresentados neste pequeno relato. Proponho então uma divisão em quatro principais eixos.

O primeiro quanto ao “elemento de recorrência” no relato, afinal, “há dias” que o jornal teria comentado a respeito do incômodo, tornando a tensão entre os reclamantes e a reclamada ainda maior neste momento. Tratando em termos metodológicos, não foi encontrado nenhum outro registro anterior neste jornal ou em outro que remetesse diretamente a estes eventos. Em segundo plano também é possível voltarmos nossa observação para a questão quanto aos debates de gênero e as ruas.

²⁹ *Jornal do Comércio (RJ)* – 23 de Fevereiro de 1862 (Domingo), Edição 00054(1). Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional. Ver Anexo III.

De acordo com Carvalho (2006: 187), quando tratamos do gênero feminino e sua presença nas ruas, as “costumadas correrias” para a mentalidade da época se tornam um verdadeiro ultraje. Para o historiador, é possível pensarmos as ruas inseridas dentro de uma lógica de pensamento voltada essencialmente para a insalubridade e para a insegurança, no qual o “mundo de desordem” só poderia estar essencialmente vinculado ao âmbito masculino (GAGLIARDO, 2016: 74).

Com relação ao terceiro aspecto a ser abordado, assim como no ano de 1854, também é possível redirecionarmos o enfoque não para os denunciadores ou para a linha editorial do jornal, mas sim para a dimensão de agência neste relato. Se por um lado havia a questão das bofetadas e insultos, estes não provinham simplesmente do nada. Ao longo da leitura também entramos em contato com uma reação de “causa e efeito”, ou seja, se a presença desta mulher poderia acabar em denúncias e incômodos, esses mesmos incômodos estariam presentes em ambas as partes.

Esta dimensão de resposta “a quem procura incomoda-la”, já foi evidenciada por Engel (2001: 47), com relação às reações de agressividade e acessos de fúria como reflexos legítimos das provocações cotidianas nas ruas advindas por parte da população. E mesmo que estivessem entre as “marcas registradas da loucura para o senso comum”, para a historiadora seria justamente por meio de armas, insultos, gestos obscenos e bofetadas e toda essa agressividade que poderíamos conceber também um domínio e um saber dos loucos acerca de sua própria loucura.

O quarto e o mais extenso eixo advém, justamente, da pequeníssima expressão “ou”, já que a partir dela é que podemos evidenciar as dúvidas sobre as possíveis condições de embriaguez ou de loucura da parda em questão. Para a historiografia desta temática, as interrelações entre o consumo desmoderado do álcool, as manifestações de loucura e as noções médicas quanto aos prejuízos à saúde e ao bem-estar individual e coletivo são debates que se estenderão até a primeira metade do século XX.

Pensando em um histórico da estigmatização e a racialização de tal prática, primeiro é preciso diferenciar neste caso a “embriaguez” de “alcoolismo”. Efetivamente, na legislação da Corte jamais foi considerado por crime estar ébrio. A questão é o que a prática estava por representar neste período. Entre brigas, insultos, bofetadas e vadiagens, a inquietação dos médicos sanitaristas do Império brasileiro, especialmente na Corte do Rio de Janeiro, estaria voltada não só para uma estruturação do que poderia representar criminalidade de fato, mas para as ameaças a moral higiênica e aos padrões culturais europeus tão imperativos de serem adquiridos (SANTOS; VERANI, 2010: 401 – 420).

De acordo com Santos, o termo “alcoholismo” data do fim dos anos de 1840. Teria surgido como conceito a partir da obra do médico sueco Magnus Huss que o encarava enquanto uma questão de saúde pública típica de Estados nórdicos. Com o título de “*Alcoholismus Chronicus, eller chrnisk alkoholsjukdom*”, traduzido por “*Alcoholismo Crônico ou Doença alcoólica crônica*”, a prática desmoderada adquiria ares, por definição, de uma intoxicação apta para causar lesões e sequelas por todo o corpo. O que Costa também chama a atenção é para o fato curioso de que em sua análise o médico só privilegiou os efeitos nocivos em bebidas “destiladas”, negligenciando o exame e as considerações às bebidas fermentadas por considerá-las mais higiênicas (SANTOS, 1995 e COSTA, 2008: 190).

No caso brasileiro, segundo Costa, os mesmos termos e os mesmos ideários levariam um pouco mais de tempo para se tornarem hegemônicos tanto entre as classes médicas, como nas esferas populares, visto que durante o século XIX o uso de bebidas compostas por álcool enquanto terapêutica medicamentosa ainda era bastante costumeiro. De acordo com o levantamento de Ribeiro (2016: 235), entre o quadro de soluções e substâncias presentes nas prescrições médicas do próprio hospício, entre limonadas purgativas, guaraná e cevada, foi também relatado a administração de vinhos como uma terapêutica muito bem aceita.

Retomando com as contribuições de Costa, outra questão que pode ser somada a esta discussão é com relação a vulgarização das proposições de Francis Galton, que também geraria impactos para a mudança na percepção do consumo de álcool, com ênfase – não por acaso – para o consumo popularmente difundido da cachaça enquanto uma substância essencialmente nociva (COSTA, 2008: 191).

Nesse sentido é possível afirmar que no ano do relato em questão, tanto as dúvidas do “ou” quanto o “recolhimento ao lugar próprio” já indicariam uma associação entre os espaços destinados especificamente para o tratamento e a cura da loucura e a concepção de espaços de reclusão necessários para o problema dos bêbados incômodos, o que na mesma medida também cada vez mais legitimaria então uma necessidade dupla de sofisticação e intensificação das ações e medidas profiláticas de exclusão em ambientes asilares na Corte. Sendo assim, o que me parece é que para entendermos um pouco melhor a concepção de tais ideários, é necessário uma percepção multidirecional deste estigma. Ou seja, não entende-se aqui uma transposição de valores fundamentados primeiramente entre a classe médica e em seguida repassados e aderidos de forma orgânica em seu devido tempo para as outras demais esferas.

Loucos e bêbados estão pelas ruas. Médicos e autoridades sanitárias estão pelas ruas. A tensão está pelas ruas. Portanto, não acredito em um único percurso ou direcionamento mais

ou menos certo para a conformação desta associação. Admite-se aqui processos muito mais complexos e fluidos. A busca por uma origem não é um dos objetivos deste capítulo, mas sim, o olhar para os contínuos processos e desdobramentos em cada troca de sujeitos.

Não longe disso, acredito também que a avaliação da historiografia muito tem a corroborar para esta premissa. Novamente, conforme apontam as análises de Ribeiro (2016: 146 – 166) entre as décadas de 1850 e 1880 as bebidas alcoólicas também estariam, de fato, entre as principais causas e diagnósticos nas internações no Hospício de Pedro II. Todavia, não somente devido a causas “morais” mas às orgânicas também. Afinal sua condenação também poderia ocorrer mediante seus efeitos no funcionamento de órgãos específicos do corpo.

Outro elemento levantado pela historiadora é o fato de que em sua discussão para a década de 1850, o consumo de bebidas alcoólicas se encontrava muito mais alinhado cientificamente às causas de outras enfermidades do que a uma tipologia de alienação específica; e ainda é muito pouco representativo visto que foram encontrados apenas 3 casos de *delirium tremens*, em que a causa consta como “álcool”. Já na década de 1860, entre os 711 casos investigados, o baixo quantitativo da década anterior sobe agora para 26 casos, ao passo que de acordo com a autora é somente a partir desta década em que há pela primeira vez a ocorrência, entre 4 casos com uso termo “alcoolicismo”. (RIBEIRO, 2016: 146 – 166). O que demonstra que a interrelação entre ciência e cotidiano não acontece de forma unilateral, trata-se de uma jornada de mão-dupla.

Seguindo com a década de 1860, a segunda notícia em um primeiro momento não haveria de trazer nenhuma verificação nova, visto que apresenta certas similaridades com algumas das notícias anteriores. Novamente se trataria do *Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal*, agora em seus últimos anos de atuação, com a presença do Hospício de Pedro II na descrição. Mais uma vez refere-se a

“uma preta louca que era ali encontrada pelas ruas, dirigindo insultos aos transeuntes e as famílias das casas por onde passava, foi ante-ontem recolhida pela polícia ao Hospício de Pedro II.

(...)

Ontem de manhã apareceu boiando junto ao cais do arsenal de marinha, o cadáver de um homem branco, o qual foi remetido para o depósito da respectiva subdelegacia.”³⁰

Entretanto o que quero chamar atenção é com relação a uma reflexão metodológica e ao mesmo tempo histórica deste registro. Ao longo da etapa da sistematização de dados, foi

³⁰ *Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal* – 1865, Edição 00167(1). Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional. Ver Anexo III.

investigado também, mediante o método de associação de termos raciais e referentes à loucura, a categoria sociorracial de “branco”. Entretanto, não fora encontrado um registro sequer desta agregação de termos em todas as cinco décadas do recorte temporal. Nesse sentido, o que avalio, em um primeiro momento, é que quando tratamos das categorias associadas à loucura no cotidiano das ruas, ao concebermos o indivíduo “não-negro”, não é percebida necessidade de uma determinada especificação racial.

Ou seja, pelo menos no exame dos jornais de ampla circulação no recorte temporal, não foi verificada narrativas à respeito de “brancos loucos”. Há somente “loucos”. Visto que todos os termos utilizados ao longo da busca (“louco”, “louca”, “alienado”, “alienada”, “doido”, “doida”), de fato, também aparecem “solitários” dentro de seus determinados registros de eventos, sem que em nenhum momento estivessem acompanhados da categoria “branco”.

No mínimo, o que temos aqui é uma constatação e um exemplar que só tem a corroborar com o principal objetivo estabelecido, no que tange a reconstrução e entendimento dos sentidos que o uso das categorias de “raça” e “cor” podem nos trazer para entender determinados contextos e temáticas; aqui, especificamente, de uma associação histórica com vivências, saberes e manifestações acerca da alienação mental na cidade do Rio de Janeiro do século XIX.

A priori esse achado pode parecer um grande truísmo. Mas se analisarmos bem, não estamos diante de um fato tão dado, se tratando do século XIX. Para além da recorrência deste termo, pretende-se aqui chamar a atenção para as suas intencionalidades. Quando e quais perspectivas discursivas permitem que um indivíduo deixe de ser apenas um indivíduo, para ser um “indivíduo branco”?

Busco mais do que evocar o trato da branquitude enquanto mais uma categoria de pertença étnico-racial para tratar dos privilégios simbólicos e materiais (CARDOSO; MÜLLER, 2017: 19) dentro de um sistema de normatividades e opressões presentes até os dias atuais. Pretendo mais do que reavaliar sua invisibilidade na historiografia brasileira, enquanto parte desse sistema e um legítimo propulsor de práticas racistas e racialistas. Afinal, se nos movimentos historiográficos mais recentes procura-se resgatar trajetórias – verdadeiramente louváveis e necessárias – de “cientistas pretos”, de “médicos pretos”, de “intelectuais pretos”, de “artistas pretos” e até de “indivíduos pretos”, é porque outrora esse mesmo movimento tratou de esgotar (in)conscientemente as trajetória de “cientistas”, “médicos”, intelectuais”, “artistas”, e “indivíduos”. Evoca-se a invisibilidade da branquitude para nos atentarmos que as perspectivas de atenção à saúde poderiam representar, de fato, um

dos poucos percursos possíveis para identificarmos algumas das intencionalidades e historicidade de admissões e representações sociais para o uso da categoria racial “branco”.

Portanto, é nesse sentido que o relato acima pode adquirir dimensões maiores. Se no primeiro parágrafo da fonte há uma recorrência de eixos já percebidos em anos e relatos anteriores (o que por si só também não deixa de se apresentar como um dado importante), no parágrafo seguinte podemos encarar enquanto uma “pista” para compreendermos especificamente quais sentidos e/ou situações o termo “branco” estaria sendo historicamente mobilizado em perspectivas de saúde. Afinal, o “ser branco se expressa na corporeidade, isto é, na brancura, e vai além do fenótipo” (CARDOSO; MÜLLER, 2017: 19).

Na continuação do relato o que temos é uma narrativa com relação ao encontro de um cadáver no cais³¹ do arsenal da Marinha. Pensando fora de um domínio de classificação institucional (que veremos no próximo capítulo, no debate junto aos prontuários), fora de um discurso voltado para uma “espetacularização da loucura” – como em muitos dos casos – e preocupado com a informação efetiva do fato, o que podemos refletir sobre esta questão é com relação a este evento específico, no qual, sem nomes ou referências, é mais do que preciso uma descrição objetiva da corporeidade do cadáver. Desta forma, o que temos é um dos poucos casos em que o termo “branco” foi admitido em nome da identificação e, sobretudo, de uma diferenciação racial imperativa entre corpos, ainda que mortos.

Permitam-se agora que avancemos para a próxima década, justamente porque tal debate não se encerrará nas discussões para os anos de 1860.

2.3 Anos 1870:

Juntamente com a década de 1850, os anos de 1870 são os que mais foram reunidos registros. O primeiro refere-se ao ano de 1872 no *Jornal da Tarde*. E, apesar da pouca informação que temos a respeito deste veículo, sabe-se que além de circular pela corte do Rio de Janeiro, a notícia em questão tratou do município de Niterói.

“Niterói. – Pedem-nos que reclamemos a atenção da autoridade competente para uma preta louca, por nome Alexandrina, a qual além do mal que sofre deu para embriagar-se; e neste estado percorre as ruas mais públicas, insultando indistintamente [sic] quem encontra e proferindo as expressões mais torpes, injuriosas e obscenas.”³²

Optou-se por apresentar tal registro não para explicitar a recorrência da questão de gênero e a categoria “preta”, que estão longe de ser os últimos neste capítulo; não para a reflexão

³¹ Coincidentemente ou não, essa situação também é bastante recorrente entre pretos e pardos nos registros de encontro de cadáveres ao longo do século XIX.

³² *Jornal da Tarde (RJ)* – 1872, Edição 00057(1). Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional. Ver Anexo IV.

igualmente recorrente e emblemática quanto a sua presença nas ruas; ou mais uma vez para questão – neste exemplo muito bem delimitada – entre manifestações associadas à loucura e o consumo de bebidas alcoólicas. Se nos anos de 1860, havia dúvidas, neste caso os dois aspectos agora aparecem igualmente estigmatizados e justapostos.

Para além disso, optou-se por tal registro porque a reportagem apresenta duas importantes particularidades. A primeira já salientada nos parágrafos iniciais nos remete a questão da espacialidade. Mais do que estar alinhada a eventos ocorridos em outros municípios da província, importa pensar que tal notícia atravessou as águas da Baía de Guanabara chegando aos olhos e ouvidos da corte do Rio de Janeiro. Desse modo, aparece a questão sobre em que medida poderíamos pensar em circulações mais extensas e mais amplas – de intermunicipais, passando por interprovinciais, até chegarmos as transnacionais – entre os ideários e representações a acerca de uma loucura (intencionalmente) racializada.

A segunda particularidade motiva-se do fato que, dentre todos os registros mobilizados, temos finalmente o contato e o conhecimento do único registro com presença do nome da pessoa a quem as denúncias se referem. Contudo, nossa reflexão não termina neste único dado, pois as questões quanto uma identificação nominal também serão recorrentes nesta década. Assim vejamos como os próximos registros dialogam com o caso de Alexandrina.

Desta vez, analisaremos novamente o *Diário do Rio de Janeiro* que, a partir desta década, passa a ter uma pequena e esporádica, seção dedicada a narrar trajetórias e situações cotidianas onde especificamente a loucura seria o grande enfoque da seção. Vejamos como foram dispostos os casos ocorridos nos anos de 1874 e 1876, respectivamente:

“Capoeira. – Ante-ontem, às 5 horas da tarde, na rua do Lavradio, João de Medeiros Jordão ia na frente da música do 1º batalhão, armado de canivete, fazendo exercício de capoeiragem. Foi levado à presença do desembargador chefe de polícia.

Cousas de doudo. – Ante-ontem, as 3 horas da tarde, um preto alienado, que vagava pela praça de General Osório, arremessou uma pedra contra o preto Roberto, escravo de F. Gomes, com tal vontade, que atirou-o por terra.

O ferido foi conduzido para uma botica e o *doudo* levado à presença do subdelegado.

Tentativa de suicídio. – João da Silveira Escobar, português, morador em um quarto da estalagem nº 89 da rua do Monte, tentou, ontem às 12 [sic] horas da tarde, suicidar-se, dando um golpe de navalha no pescoço. Atribui-se esse ato de loucura a atrasos pecunários.

Foi conduzido ao hospital da Misericórdia, e o subdelegado tomou conhecimento do fato.”³³

Nesta outra edição as colunas vizinhas encontram-se alteradas. Ou seja, ainda que durante a pesquisa a respectiva seção tivesse aparecido na busca somente duas vezes, tal mobilidade

³³ *Diário do Rio de Janeiro (RJ)* – 17 de Agosto de 1874 (Segunda), Edição 00227(1). Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional. Ver Anexo IV.

também poderia indicar que a respeito desta seção, não haveria uma certa regularidade; sendo que sua evocação só seria feita conforme fosse necessário.

“*Cousas de doido*. – Um indivíduo de nome João Luiz andava meio *torto* do juízo e ante-hontem lembrou-se de querer endireitar a cabeça de Antonio Carneiro Tavares de Sant’Anna, que ficou ferido.

O Agressor foi entregue a polícia.

Escravo turbulento. – Na rua do Príncipe dos Cajueiros ante-ontem à noite, o escravo Casimiro, pertencentes a Custódio da Silveira, incomodava os transeuntes provocando-os, e por isso foi levado a polícia.”³⁴

Quanto a questão das ausências e controvérsias de identificações nominais nos participantes dessas duas narrativas, comecemos pelo primeiro relato. A notícia remete-nos aos eventos ocorridos no dia 15 de agosto de 1874 e o infortúnio ocorrido com o preto Roberto acaba por nos dar mais pistas sobre como poderiam estar organizadas as dinâmicas sociorraciais discursivas do período escravista. Ou seja, ao longo da narrativa do evento, mais do que nome da vítima, é possível saber inclusive, o nome e o sobrenome do seu senhor. O que até então se trataria de nenhuma novidade com relação aos padrões da época acerca de escravizados e senhores. Entretanto, como já foi dito, tratamos aqui de dois eixos temáticos em conjunto. Sendo assim, quando nos voltamos novamente para os personagens inseridos nestes dois âmbitos, sobre o autor da pedrada, apenas sua classificação racial bastaria. Ou melhor, fora necessário também a soma da alcunha de “alienado”.

Durante a escrita deste capítulo, ao longo de toda a análise destas fontes, em um primeiro momento me pareceu cabível aceitar tais ausências. Afinal, não seria muito difícil refletir sobre o porque de um determinado jornalista não se dar ao trabalho de investigar nomes de sujeitos alvos de denúncias e muitas vezes descritas por tamanha violência. A resposta estaria na própria pergunta, justamente porque se tratariam de denúncias em que levaria-se-ia em conta a natureza violenta do evento. Quem haveria de se arriscar a levar pedradas simplesmente para descobrir um nome?

Contudo, esse caminho analítico cai por terra ao entrarmos em contato com o relato seguinte. No ano de 1878, temos o contato com a narrativa sobre João Luiz. Nela, além sabermos seu nome e a respeito de seu juízo “meio torto” e da tentativa de “endirei-te” da cabeça do pobre Antonio Carneiro Tavares de Sant’Anna, não sabemos absolutamente nada a respeito da classificação racial de João.

O que quero chamar atenção neste aspecto – no mínimo curioso – é que salvo o caso de Alexandrina, quando a raça (ou a condição social, como o caso de Casimiro logo abaixo) e a

³⁴ *Diário do Rio de Janeiro (RJ)* – 1876, Edição 00308(1). Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional. Ver Anexo V.

loucura se fazem presentes, o nome é totalmente negligenciado. Ou seja, não trata-se aqui de teorizarmos sobre qual poderia ser a classificação racial de João Luiz, mas inserir a narrativa de seus eventos em uma discussão mais ampla, que em certa medida acaba por destoar de todas as demais deste capítulo, já que diferentemente das outras narrativas, no caso de João, o próprio jornal haveria de sugerir que estaríamos tratando de “um indivíduo”.

Assim como nos registros da década de 1860, neste exemplo, o que temos é novamente um diálogo voltado para a importante questão das dimensões de invisibilização, que tensionam-se discursivamente entre o *nominal* e o *racial*. Na concepção de *sujeitos* e, mais ainda, de *sujeitos raciais*, no caso dos “não-negros” (afinal não podemos admitir a obviedade da brancura de João Luiz) o uso de um nome parece por si só já excluir a necessidade de uma demarcação racial. Já entre pretos e pardos, o que ocorre é justamente o contrário. A raça e a cor nas demais narrativas avaliadas parecem se sobrepor à necessidade de relatar-se um nome. Afinal, antes de “indivíduos” tratam-se de pretos, pardos, alienados.

Tenho para mim, que nesta altura das discussões acerca de raça, loucura e escravizados, conceber um debate estritamente voltado para a percepção da importância das ausências nominais poderia parecer uma questão de caráter, no mínimo, “emocionado”. Afinal, quantas importantes produções acerca da história de indivíduos negros ao longo do século XIX no Brasil, já não se apaziguaram e seguiram com o desenvolvimento de suas proposições historiográficas ainda que suas fontes se ausentassem do relatar o nome destes indivíduos? Decerto que *a priori* também poderia me contentar com este aspecto apenas enquanto um triste dado histórico: os jornais de ampla circulação não se dedicariam a investigar ou a representar os nomes dos possíveis alienados pretos e pardos! Fim. Muito fácil, só que não.

Assim como na introdução, é preciso reforçar a escolha por possibilidades analíticas outras. Ao me propor a teorizar acerca de representações de sujeitos dupla e/ou triplamente estigmatizados, me parece no mínimo necessário por em pauta mais duas importantes questões para este debate.

Primeiro, é com relação a concebermos não só a historicização das categorias e dos eventos, mas da produção das fontes em si. Neste caso, na construção de verificações metodológicas por e para uma “História da imprensa” já foi mais do que posto que nenhuma informação (ou ausência dela) deve ser encarada com puro acaso ou simplesmente como uma revisão de ocorrências. Estas não se apresentam apenas como causa e consequência “direta de acontecimentos”, mas pelo contrário também remontam diretamente a tomada de decisões legítimas de cada veículo de comunicação. Ou seja, nenhum jornal seja contemporâneo ou

oitocentista, escolhe e organiza suas notícias sem o uso de um “filtro” próprio (ZICMAN, 1985: 90).

Em segundo lugar, é como esse caráter de intencionalidade latente em cada jornal e notícia pode ser aproximado a uma concepção mais ampla de distinções raciais, ou melhor, de como a aplicação da “*raça*” poder ser entendida para além de um simples objeto e/ou categoria histórica. A respeito disso, a discussão promovida por Mbembe nos traça um importante caminho de reflexão. No entendimento do historiador, podemos dizer que

“a *raça* é uma das matérias-primas com as quais se fabrica a diferença e o *excedente*, isto é, uma espécie de vida que pode ser desperdiçada ou dispendida sem reservas. (...) a unidade de medida da diferença e da inimizade, o critério determinante da luta pela vida, o princípio de eliminação.” (MBEMBE: 2018: 73 e 105).

Conforme essa premissa, *raça* se traduziria então na idealização do *excedente* e no “princípio da eliminação”. Aquilo que por essência condicionaria as sobras. Sombras. E não tão longe disso, ao nos concentrarmos em jornais, ou seja, em discursos e representações, neste quesito o autor também sugere refletirmos a partir de uma alegoria semelhante. De acordo com o pensamento de Mbembe, assim como em todo jogo de luz e so(m)bras, há um estabelecimento de lacunas, abismos simbólicos e concretos entre o sujeito e sua representação (MBEMBE: 2018: 241 – 243).

Assim, não é necessário nomes para sombras. Não há nomes para a desrazão. Nem para o *excedente*. Contudo, mesmo com a profunda “dissônciancia entre o sujeito e seu duplo fictício refletido pela sombra”, Mbembe também ressalta que a sobreposição entre o reflexo e o sujeito é concebível, mas jamais poderá ser uniforme (MBEMBE: 2018: 243).

Entendidas estas duas questões, de fato, ainda se torna pouco provável identificarmos o porquê de tantas notícias se oporem a registrar nominalmente os indivíduos. Menos ainda podemos generalizar esse dado, entendendo e redirecionando o aspecto de intencionalidade dos registros em um caráter geral a ser aplicado para toda imprensa carioca oitocentista. Entretanto, é a partir dessas duas questões levantadas acima, que nossa atenção quanto a respectiva problemática pode ganhar um *status* minimamente legítimo, sem cair em possíveis armadilhas ou críticas de ordem retórica, metodológica ou ideológica quanto aos percursos escolhidos nesta análise. Em todo o caso, passamos agora para a reflexão de outro aspecto presente nas duas chamadas, respectivamente, que também demandam nossa atenção.

Trataremos agora da investigação para a criação e manutenção da seção *Cousas de Doudo* e como esta nos ajuda a perceber não só a disseminação de outros termos associados a loucura para além de “louco” ou “alienado”, mas também de uma possível “naturalização” da

loucura no meio urbano da corte do Rio de Janeiro. Hipótese essa, já sugerida por Engel, no primeiro capítulo de seu livro intitulado *A Liberdade no Espaço Público: vivências e convivências* (ENGEL, 2001: 21 – 53).

Para a historiadora, esse contexto foi explicado mediante a concepção de uma linha tênue, a qual poder-se-ia encarar a presença dos loucos pela cidade tanto mediante uma perspectiva positiva de popularidade, sendo alvos da admiração, compaixão e respeito entre os “sãos”, quanto pelo sentido negativo, admitindo o aspecto constante dos escárnios, das rejeições e das agressões. Esse viés analítico – também discorrido brevemente nos parágrafos anteriores – se desenvolve na medida em que na articulação de Engel (2001: 47) o simples “(...) fato de esses personagens circularem livremente pelas ruas da cidade significava que os loucos conseguiram manter certo saber e certo poder sobre si mesmos e sobre sua loucura.”. O que por sua vez explicaria o uso da expressão “tragicômico” para caracterizar a loucura até o último quartel do século XIX na cidade do Rio de Janeiro.

Em poucas palavras, a análise da historiadora é voltada para o entendimento da existência de uma diferenciação, muito bem construída e verificável ao longo do tempo por intermédio de seus personagens, entre os exemplares de razão e os da loucura. Mas em nenhum momento tal diferenciação eliminará todas as probabilidades quanto a coabitação, e nem tão pouco que trataria de um processo estritamente teleológico ao qual em um determinado período poderia ser mais ou menos intenso e possível. Entretanto ao examinarmos mais diretamente a seção, os aspectos de aceitação, proteção e simpatia também não foram de forma alguma percebidos.

Se por um lado, em um primeiro olhar poderíamos interpretar que só a existência desta seção jornalística já poderia de fato corroborar para a hipótese das boas convivências e de uma naturalização da loucura, um olhar mais atento para sua disposição em meio as notícias vizinhas acaba por revelar um percurso analítico contrário, mostrando que uma relativa convivência “pacífica” (contraditória inclusive nos próprios relatos de Engel³⁵) poderia ser amplamente questionada. Afinal, a partir de uma lógica de proximidade entre seções e assuntos seria um tanto notável o porquê das tais “*Coisas de doudo*”, tão “popularizadas” e devidamente aceitas, estarem associadas justamente ao lado de manchetes sobre “Capoeiras”, “tentativa de suicídio” e escravizados “turbulentos”? Práticas essas altamente reprováveis não só na corte mas por todo o vasto território imperial, no que tangeria ao seio dominante das mentalidades brancas e católicas.

³⁵ Ver, por exemplo, as narrativas das páginas 26 a 28, 30 e 32.

Por fim, o último caso a ser tratado na década de 1870, remete ao *O Globo: Órgão da Agência americana Telegraphica dedicado aos interesses do Comércio, Lavoura e Indústria*. Apesar das rarefeitas informações no que diz respeito a história e ao perfil deste veículo informativo, o aspecto que este relato nos traz de diferente, é com relação a ser o único dos casos em que temos uma indicação da respectiva denúncia ser formalizada por um dos assinantes do próprio jornal.

“Preta Louca. – De um nosso assinante da rua Príncipe dos Cajueiros recebemos a seguinte comunicação:

“Pedimos-lhe, Sr. redator, que interceda em nosso favor para que a autoridade competente laxe seus olhos para uma preta louca, que existe entre esta rua e a travessa das Partilhas e a rua S. Lourenço, a qual não deixa sossegar os miseros a que ela se acha.”.³⁶

No título da notícia, a acusação de mais uma “preta louca” de promover desassossegos aos “miseros a que ela se acha”. Além da necessidade de tomada de providências por parte das “autoridades competentes”, a edição de quarta-feira, do dia 26 de maio 1875, também acusa outro fato curioso. Coincidentemente ou não, a notícia remontará ao mesmo logradouro do “escravo turbulento” da notícia anterior, com o espaçamento entre os eventos de cerca de um ano. Sendo assim, independentemente da aparente movimentação nesta rua ser descrita, diga-se de passagem, de forma um tanto intensa quanto aos acontecimentos, ao longo destes anos é possível perceber que a mesma também contaria com olhares e ouvidos atentos, insatisfeitos e prontos para denunciar quaisquer entraves sociais em nome do bem-estar público.

2.4 Anos 1880:

A década de 1880, se caracteriza por refletir casos onde a loucura por mais racializada que estivesse, também pode ser posta em questionamento juntamente com os debates religiosos, morais e caritativos. Também é a década em que as descrições dos registros tornam-se mais “curiosas”. Veremos a seguir três casos que tomaram as páginas d’*O Fluminense*, da *Gazeta da Tarde* e do *Monitor Campista* nesta década, mas antes falaremos um pouco quanto ao perfil destes três jornais e suas particularidades.

A começar pelo *O Fluminense*³⁷, que foi fundado por expoentes da Guarda Nacional no município de Niterói e, durante o período imperial, o jornal circularia amplamente por toda a Corte do Rio de Janeiro também. Nos anos iniciais era publicado três vezes na semana (domingos, quartas e sextas) e, a partir do ano de 1892, começaria a ser publicado todos os

³⁶ *O Globo: Órgão da Agência americana Telegraphica dedicado aos interesses do Comércio, Lavoura e Indústria (RJ) – 26/05/1875 (Quarta), Edição 00143(1). Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional. Ver Anexo V.*

³⁷ Fundado em 08 de Agosto de 1878, permanecendo em funcionamento até o dias atuais.

dias. Quanto ao seu perfil, apesar de no editorial de inauguração conter a difícil promessa de que o jornal não se deixaria “cegar pela paixão partidária”, sua trajetória também pode ser remontada junto a algumas controvérsias nesse sentido político. Desde o seu surgimento, já estaria envolvido nos âmbitos político-partidários, tendo seus dois fundadores³⁸ ligados ao partido Conservador. Com a ascensão ao poder do partido Liberal somada a saída de um deles da direção, o jornal iria adquirir oficialmente o *status* de oposição. Concentrando-se, de fato, nas preocupações com a província (principalmente nas benfeitorias para Niterói) mas não deixando de aproximar-se dos ideários conservadores³⁹.

Nesse sentido suas principais seções caracterizaram-se por “Ronda das ruas”, “Plantão”, “Polícia”, “Noticiário”, “Ocorrências”, “Hospedes e Viajantes”, “*Miscellania*” e poemas enviados por leitores (publicados até as primeiras décadas do século XX). Nos anos finais do século XIX, esse jornal cada vez mais irá ganhar ares ditos “noticiosos” (MATHEUS, 2013: 53 – 54).

O relato presente em suas páginas é, sem dúvida, o mais curioso por conta de sua narrativa. A publicação do dia 11 de março de 1881, tratou de uma denúncia para dar conta de uma “preta louca”, em cuja descrição da edição de sexta-feira constava também a necessidade da intervenção da polícia “em nome da caridade devida aos desgraçados” e da “moralidade pública”. A preta estaria a vagar pelas ruas da cidade e, frequentemente, teria sido avistada “na rua da Imperatriz, próximo à praia”. Decerto que, até então, nada há de novo a respeito dessa narrativa, mas o que chama atenção é a justificativa para a mobilização da polícia, com relação ao enfoque para como a preta estaria por andar. Afinal, no fim das contas, de acordo com o registro, a respeito de suas vestimentas foi dito “que as vezes traja quase como Eva no paraíso, antes de pecar”.⁴⁰

Já o caso do *Monitor Campista*. Com o título recente de “terceiro jornal mais antigo em circulação no país” e uma circulação, nesta época, de duas vezes por semana (terças e sextas), a história desse veículo informativo desde o começo é dotada de conflitos. Segundo Chrysostomo, alguns autores irão remontar a sua fundação ao período de julho de 1838 a partir da fusão do *Campista* (04/07/1834) com o *Monitor*; enquanto outros descrevem o início

³⁸ Francisco Rodrigues de Miranda e Prudêncio Luís Ferreira Travassos.

³⁹ Verbete Fluminense, O. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – Fundação Getúlio Vargas (FGV) – Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/fluminense-o> >. Acesso: 07 mar 2020.

⁴⁰ *O Fluminense (RJ)* – 11 de Março de 1881 (Sexta), Edição 00442(1). Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional. Ver Anexo VI.

de suas atividades especificamente para 04 de julho de 1838 mediante uma fusão entre o *Campista* e o *Recompilador Campista* (CHRYSTOMO, 2011: 85).

Ainda sobre os trabalhos que se dedicaram a estudar o jornal, de acordo com a geógrafa, a atuação do *Monitor* por vezes tem sido associada aos movimentos⁴¹ – fracassados – de candidatura da cidade de Campos ao título de nova capital da província. Para ela, esse alinhamento pode ser explicado por conta de suas estratégias de apelo, focadas na propagação dos problemas da cidade, mas que diferentemente da *Gazeta*, detinham um papel de disseminação de ideários favoráveis a uma “necessidade de maior investimento por parte dos governos provincial e central” (CHRYSTOMO, 2011: 69).

No entanto, para além da mobilização de uma “coletividade campista” e de suas manchetes caminharem para demonstrações do cotidiano visando o apoio do poder legislativo municipal para o avanço de tais movimentos, a questão inicial para a mobilização deste relato é percebermos como a loucura e a raça também poderiam desempenhar a função de mecanismos retóricos nesta matéria; principalmente se percebidos articulados com o projeto editorial que buscava chamar a atenção, tanto para um cenário aparentemente “crítico” da cidade, como para a provocação de um “sentimento de abandono” entre os cidadãos de Campos, conforme foram descritos nos trabalhos da autora (CHRYSTOMO, 2011: 69). Vejamos agora a notícia referente a edição dos dias 20 e 21 de fevereiro do ano de 1882.

“A pedido
Pedido à polícia
Louco ou inválido

Acha-se todos os dias assentado nos degraus da escada fora ou nos de que entra para o interior da cadeia pública desta cidade, um infeliz preto que de espaço a espaço, prorompe em tremendas descomposturas, não só contra as pessoas que por ali passam, como em outras que estão em suas casas, pronunciando-se, quase sempre em termos obscenos, o que é uma imoralidade, não só para a sociedade em geral, como para a guarda que faz o serviço da cadeia desta cidade, que se ve obrigada, em tal caso, a ser testemunha passiva de tais atos; nestas circunstâncias, pois, o dito infeliz preto, louco ou inválido, já se acha no caso de ser remetido, ou para a casa dos loucos da província, ou para algum dos hospícios de inválidos; providencia esta que se espera do digno delegado de polícia dete termo, que tão zeloso de certo, se há de mostrar pela causa da caridade e do bem público.”⁴²

Por último, a *Gazeta da Tarde*⁴³, fundada pelo abolicionista José Ferreira de Menezes, acabou por se diferenciar de todos os outros jornais aqui avaliados; justamente por representar

⁴¹ Esse movimentos são dotados de várias fases, características e vão desde a década de 1850 até meados da década de 1920 no século XX.

⁴² *Monitor Campista (RJ)* – 20 e 21 de Fevereiro de 1882 (Segunda e Terça), Edição 00041(1). Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional. Ver Anexo VI.

⁴³ Fundado em 10 de julho de 1880, permanecendo em funcionamento até 23 de novembro de 1901.

ao longo dos seus 21 anos de atuação uma importante proposta editorial voltada, tanto para o abolicionismo, quanto para o confronto direto junto à escravidão na Corte do Rio de Janeiro.

De acordo com a historiadora Ana Flávia Pinto (2015: 1 – 6), o perfil desse veículo pode ser entendido mediante as preocupações de seus redatores com as dificuldades passadas por indivíduos escravizados em busca da liberdade e de uma vida digna. A autora também destaca que entre as principais características desse impresso estariam a constante atenção para as ameaças à cidadania de libertos e livres, a denúncia aos “preconceitos de cor” e ao “ódio da raça”, uma articulação pautada em “argumentos pseudocientíficos e em episódios do cotidiano” e, principalmente, no uso de uma “estratégia de apelo ao constrangimento público”.

Não é para menos a notícia datada do ano de 1888, reproduzida na cidade do Rio de Janeiro mas que havia sido compartilhada da *Gazeta de Campinas*; cujo título é aqui entendido tanto como um questionamento, como uma provocação para o uso de certos métodos ditos “modernos(?)” a serem utilizados no controle de alienados.

Consta o caso de outra “preta louca” que, na freguesia de Atibaia, “quis atirar-se” em um rio. A manchete pede honrarias e condecorações ao delegado de polícia pelo gesto de caridade em seu ato “tão humano” de resgate à preta, visto que a mesma surpreendentemente se acharia “costurada a um saco” e, de acordo com o decorrer do relato, “nem que dessemos tratos à imaginação, seríamos capazes de descobrir uma camisola de força de tal ordem”.⁴⁴ Os desdobramentos quanto ao salvamento da preta ou quaisquer informações acerca de como a mesma haveria de parar no tal rio e dotada de tais amarrações infelizmente não fora descrito.

Mais do que a questão a inegavelmente curiosa da narrativa d’*O Fluminense*, das aspirações de poder e influência política em Campos, ou espanto das autoridades no episódio de Atibaia, a mobilização destes relato se apresenta no sentido de investigarmos os discursos voltados para o aspecto da caridade. Primeiro é necessário situarmos muito bem esse termo para evitarmos possíveis confusões conceituais. Deste a década de 1980, os estudos deste eixo assistencial tem despertado o interesse de historiadores, justamente porque estaria fundamentado enquanto ação e confronto para as dimensões de pobreza, já muito averiguadas por todo o país (SANGLARD; FERREIRA, 2018: 147 – 148).

Em seu trabalho, Sanglard e Ferreira, levam em conta o aspecto da mediação por parte da figura das irmandades e da Igreja para diferenciar as ações de caridade, das ações filantrópicas. Os autores também propõem, não somente, considerarmos essa chave

⁴⁴ *Gazeta da Tarde (RJ)* – 1888, Edição A00192(1). Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional. Ver Anexo VII.

explicativa, muitas vezes voltada apenas para os discursos e atuações como simples reflexos de obrigações religiosas e morais. Com essa perspectiva também poderíamos estar negligenciando as motivações legítimas e as agências de cada sujeito histórico adepto a esta prática. Mais do que isso, os autores também dão destaque para as interpretações quanto aos aspectos sociais e políticos, ao passo de que mediante a promoção de uma análise histórica das práticas e discursos caritativos seria possível também avaliarmos os “relacionamentos interclasse”, ou seja, enquanto “uma política para os pobres e uma política entre elites.” (SANGLARD; FERREIRA, 2018: 148 e 149).

Apesar da narrativa d’*O Fluminense* e do registro acerca da preta como “Eva” ter um forte apelo cristão, não há qualquer indicação quanto a um viés religioso do possível denunciante ou do próprio jornal, muito menos nos outros dois registros. No caso do salvamento da *Gazeta da Tarde*, decerto há um apelo moral, mas nada muito significativo. Nesse sentido, pensarmos, assim como sugerem os autores, quanto as dimensões sociais e políticas talvez possa nos trazer mais respostas e considerações sobre os três casos, principalmente o do *Monitor Campista*.

A partir do trabalho de Weidling, é possível perceber que os processos de modernização do pensamento e da prática caritativa seriam marcados por longas e graduais distinções entre pobres e doentes (WEIDLING, 1991: 190 – 206). Somado a este dado, as percepções de Engel quanto as questões socioeconômicas do cotidiano dos alienados também apresentam contribuições, visto que para a autora estes indivíduos, em sua grande maioria, viveriam no espectro urbano da miséria e da pobreza. E independente de suas redes afetivas e familiares ainda estarem conservadas, em muitos dos casos, sua subsistência dependeria apenas “do recebimento de esmolas, alimento e até mesmo um teto para se abrigarem nas casas das famílias vizinhas e amigas.” (ENGEL, 2001: 47 – 48).

No caso do *Monitor Campista*, o que chamo atenção é que para além das principais características já presentes em outros registros como: a ausência de identificação nominal do reclamado e a descrição de suas “tremendas descomposturas” e a pronúncia de “termos obscenos”; é possível destacarmos outros importantes elementos na narrativa deste evento. Primeiro é com relação a seu território de perambulação do indivíduo denunciado. Afinal, apesar das denúncias de imoralidade, a livre circulação do “infeliz preto” pelo interior da cadeia pública e a atitude passiva dos guardas poderia então indicar a existência das redes afetivas de ajuda descritas no trabalho de Engel.

Outro aspecto a ser levantado, conforme as proposições de Weidling, seria com relação as dúvidas e a necessidade de explicitar uma diferenciação quanto ao caráter da loucura *versus* a

invalidez deste preto. Em ambos os casos é necessário a tomada de providências em nome da “caridade e do bem público”, seja para mandá-lo a um “hospício de inválidos” ou para “casa de loucos da província”. Caminhemos um pouco mais na percepção e análise dos elementos da narrativa, para além de uma inversão curiosa entre os termos usados para tais instituições. Essa questão também permite-nos pensar a respeito dos possíveis fluxos interprovinciais já trabalhados pela historiografia (RIBEIRO, 2016; SILVA, 2019) quanto aos requerimentos e motivações de internações no Hospício de Pedro II entre pretos e pardos. Aspecto importante com relação a cidade de Campos que ainda se fará presente nesta dissertação.

Prosseguindo com as discussões para os anos de 1880, também foram encontrados nesta década dois registros referentes as sessões de obituário, com relação a duas mulheres “brasileiras” “de cor parda”. Ambas foram descritas como “alienadas”. A primeira consta na *Gazeta de Notícias*, na edição terça-feira do dia 22 de julho de 1884⁴⁵. Uma “asilada” (não foi informado em qual instituição), de 20 anos e falecida por conta de uma diarreia. A segunda igualmente “asilada”, só que no *Asylo de Mendigos*, cerca de 30 anos “presumíveis” e descrita como “furiosa”, falecida por inanição em uma segunda-feira no dia 5 de outubro de 1885⁴⁶, informação essa publicada n’*O Paiz* na mesma data. Mais uma vez, a utilização da cor sobrepõe-se ao uso nome. E todavia esses tipos de registros, apesar de poucos, também nos mostram que o panorama racial dos falecimentos em instituições asilares históricas também pode ser investigado, avaliado e problematizado não somente a partir de prontuários ou de Relatórios Ministeriais.

Após a explicitação e discussão entre múltiplos eixos de percepções e os elementos narrativos ao longo de cada década, passamos agora para uma síntese das principais verificações deste capítulo e uma reflexão final sobre como as mesmas podem se encaixar entre os objetivos e hipóteses propostos, bem como estabelecer uma ligação com os debates dos capítulos anterior e posterior.

Desta forma ainda que tenha sido empregada uma breve avaliação de aspectos formais e materiais (número de páginas, primeira página, nome do jornal, sistema de títulos), históricos (origem, data da fundação, fundadores e proprietários, fases distintas, conexões político-ideológicas), econômicos (preço, difusão, tiragens) ou de clientela, o grande enfoque esteve na metodologia de verificação da presença (e ausência) de categorias e “unidades-tema” (nomes, assuntos e tipo de descrição).

⁴⁵ *Gazeta de Notícias (RJ)* – 22 de Julho de 1884, Edição 00204(1). Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

⁴⁶ *O Paiz (RJ)* – 05 de Outubro de 1885, Edição 00276(1). Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

Assim, o primeiro aspecto a ser discorrido quanto aos resultados é com relação a distribuição de “gênero” e “cor” nos registros e uma avaliação para a recorrência do gênero feminino nas notícias. Entre os 15 registros aqui levantados, 11 tratam-se de mulheres, dos quais 7 referem-se as “pretas loucas” e os outros 4 para mulheres de “cor parda”. E sim, entre todos os casos a palavra “cor” só foi mobilizada junto ao termo “pardo”, neste caso “pardas”. Quanto aos 4 homens restantes, todos foram identificados como pretos; e a “condição social” de escravizado só foi percebida neste grupo e em apenas dois dos casos.

Acerca deste levantamento, ao dialogarmos com a historiografia sobre a presença de pretos e pardos no Hospício de Pedro II, o que é percebido é um aspecto inverso, justamente porque dentro dos muros da instituição a população negra de 1852 até 1888 se manteve majoritariamente masculina (SILVA, 2019: 77 – 79). O interessante é que se pensarmos no ponto de vista da condição social específica de “libertos”, assim como nos registros de imprensa, o quantitativo feminino se mostra superior (SILVA, 2019: 77 – 87).

Sobre este fenômeno, é preciso ressaltar que tal verificação também pode servir como um contraponto as tradicionais produções historiográficas que apesar de passarem a singularizar em seus trabalhos as vivências de indivíduos racializados – cativas e/ou livres – no século XIX, em muitos dos casos (com exceção da dissertação de Silva, 2019) acabam ainda por não se atentar a uma discussão junto aos recortes de gênero.

O segundo aspecto, trata da presença, em grande parte das narrativas, das figuras do hospício e da polícia. Acerca desta última, podemos destacar que, se por um lado, poderíamos novamente retomar a questão das teorias de “controle social” mediante a sua mobilização nos registros; por outro, é por intermédio do diálogo com os trabalhos de Ribeiro (2016: 157) que procura-se aqui uma maior atenção para os perigos de uma possível generalização desta classe. Afinal, pouquíssimas são as informações que as fontes aqui usadas indicam sobre como se dariam as devidas “patrulhas” nas freguesias e ruas relatadas, como seria cada etapa dos processos de envio até os hospício ou se efetivamente a determinada denúncia foi de fato bem sucedida, resultando em uma internação.

Mais do que isso, atenta-se também para o fato de que muitos dos registros aqui avaliados remeterem-se a eventos que tratariam de sujeitos com atitudes voltadas para a âmbito da desordem como “bêbados”, “vadios” ou indivíduos agressivos em geral, perfil cujo enfoque policial, de fato, era maior. Contudo a historiografia também já verificou que este mesmo perfil não foi o que permaneceu como o inquilino mais comum nos anos de funcionamento do período monárquico; justamente por conta tanto das vagas no hospício se encontrarem desde sua fundação em grande concorrência e revisão, como por parte do intenso empenho médico

em firmar a instituição nos pilares da cura, procurando negar a entrada indiscriminada de indivíduos como esses (RIBEIRO, 2016: 158).

Ainda sobre o hospício, é importante salientar quanto a forma como este é descrito nos registros, assim como no Relatório Ministerial de 1852, o qual o descreve enquanto um

“(...) importante estabelecimento, que as suas proporções monumentais reúne todas as condições higiênicas, que poderiam desejar-se para o piedoso fim a que é consagrado, já presta pois bem util serviço não só ao município da Corte, como também as províncias, das quais serão a ele remetidos os infelizes que perdem o uso a razão.”⁴⁷

Em todos os casos em que aparece (não por menos majoritariamente na década de 1850), foi percebido um caráter de grande expectativa para a instituição em meio as denúncias. Seja por conta de um ideário moderno quanto a validação científica já presente nas ruas ou entre os redatores dos jornais; ou com relação ao seu aspecto de “estabelecimento de caridade”, conforme quase sempre esteve disposto nos Relatórios Ministeriais.

Por último, quanto aos resultados de nossas investigações e análises voltadas para as representações e discursos acerca das manifestações de alienação em indivíduos pretos e pardos pela cidade, não me parece cabível e tampouco aceitável terminar a presente discussão em uma redução de que tais discursos remeteriam apenas a uma circulação de ideias entre – e para – indivíduos brancos pertencentes a um grupo estritamente letrado.

Novamente, procuro recorrer a historiografia para tornar esse percurso analítico mais coeso e mais completo, conforme foi sugerido no capítulo I. Nesse caso, as discussões de Gagliardo (2016: 37 – 41) acerca das interações entre civilização e imprensa na Corte oitocentista muito agregam a nosso debate. O historiador avalia quanto as dimensões de circulação, a partir da leitura dos trabalhos de Pina (2002), Lustosa (2006), Morel e Barros (2003) e declara que mesmo com os elevados índices de analfabetismo, as notícias e as ideias em meio ao cotidiano acabariam por encontrar outras formas de propagação. Assim, para o autor poderiam ser concebidos outros formatos de transmissões culturais principalmente mediante a um aspecto de oralidade, no que tange tanto as mentalidades, como as negociações sociais ocorridas nestes jogos de discursos.

Nesse sentido, o termo “ampla circulação” entre os periódicos é muito bem empregado. Afinal há uma proposição de que a leitura de jornais deixa a dimensão privada e pode ser estabelecida no âmbito coletivo. Conforme essa perspectiva, foi possível considerarmos mais alguns aspectos que só contribuem para o melhor entendimento da circulação de ideias

⁴⁷ Relatório Ministerial do Império referente ao ano de 1852, publicado em 1853. p. 24. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/720968/per720968_1852_00001.pdf>. Data de acesso 07 mar 2020.

associativas entre indivíduos racializados e a loucura, dentre eles estão: um olhar atento para a realização de “leituras coletivas” em locais específicos da cidade (LUSTOSA, 2006: 275); segundo, a compreensão dos possíveis “leitores” em variados graus de intelectualidade, incluindo também os analfabetos e em distintos gêneros, raças e classes sociais (MOREL; BARROS, 2003: 39 – 40); e por fim, a consideração das “marcas do discurso oral” presentes nos próprios jornais e impressos “para serem lidos em alto e bom tom como se a voz narrativa fosse do próprio leitor” (GAGLIARDO 2016: 40; PINA, 2002: 161).

Assim, a partir destas importantes contribuições, no caso da presente pesquisa também foi admitido que os discursos de imprensa, objeto de nossa avaliação, bem como suas reverberações seriam dotados de certa “polifonia social”, no qual múltiplas são as vozes e múltiplos podem ser os ouvidos. E para nos aproximarmos um pouco mais de uma percepção mais ampla quanto aos processos e contextos que envolvem nossa temática especificamente, alinhamos essa admissão as proposições dos autores Rafael Huertas e Michel Ignatieff, que muito contribuíram nos debates envolvendo medicina psiquiátrica e sociedade.

Ignatieff (1987: 191) privilegiou em seu trabalho a importância das “pessoas comuns” ao considerar que a gênese das instituições e das classificações para a alienação teriam seu ponto de partida justamente em meio à sociedade, afinal, anteriormente, às internações ou a *medicalização*, os indivíduos enxergados como “loucos” já poderiam ter sido alvo de uma “marginalização” em suas próprias comunidades e/ou famílias. Já Huertas (2009: 40) irá corroborar esta premissa, desenvolvendo suas análises para as agências percebidas entre as camadas populares, ou seja, considera que de fato existem determinadas “condutas morais” e/ou “modos de sujeição” entre as concepções médicas e os indivíduos. Entretanto estes são percebidos em um quadro horizontal e interrelacional, em que tanto a sociedade (o que também incluirá os “loucos”), como os poderes médicos governamentais são dotados de propensões e reivindicações a todo momento em um estado constante de impactos e negociações mútuas.

Agora que situamos em linhas gerais todas as nuances e premissas que perpassam e fundamentam nossa avaliação, quanto aos resultados, o que observo a partir de toda análise das narrativas das fontes e da bibliografia de referência foi um processo de sofisticação de mecanismos retóricos de suspeição racial – ora explícitos, ora implícitos – a partir da justificativa da loucura.

Conforme já avaliou Chalhoub (2012), a lógica de suspeição não estaria somente voltada para o escravizado, mas para os indivíduos pretos em geral, dadas as orientações dos estigmas específicos quanto a cor e a outros símbolos sociais, como a indumentária, por exemplo,

presentes em grande parte da segunda metade do século XIX. E no mesmo sentido da discussão acima quanto as negociações mútuas entre as classes médicas e as camadas populares da sociedade, estas lógicas também poderiam ser percebidas em ferramentas e agentes do governo imperial, bem como por intermédio de indivíduos “comuns”.

Em nosso caso, a conclusão para a existência desses processos pode ser justificada mediante a presença de diferentes aspectos retóricos em meio as narrativas. Aspectos esses que iriam desde os mais tradicionais como a ressalva para a agressividade ou periculosidade de tais indivíduos nos eventos e passando pela dimensão de uma necessidade de intervenções de praxe em nome do bem público e/ou da caridade. Teriam também os mais diretos, que indicariam a atenção a uma certa malícia desse indivíduos “que se dizem” loucos, dos bêbados pouco diferenciáveis e na formação de ajuntamentos ou “sucias” potencialmente perigosas. Por fim, até os mais sutis no que tange uma maior clareza e preocupação para a descrição dos eventos, haja vista as questões das ausências nominais e a suavidade empregada nos casos referentes aos de “cor parda”.

No entanto, acredita-se também que tais aspectos retóricos – *a priori* construídos sob o prisma da alteridade – acabam também por explicitar dimensões de agências entre esses mesmos indivíduos alvos de denúncias e da suspeição aqui avaliada. Como já foi discorrido, suas reações de agressividade e injúrias denotariam muito mais uma dimensão de respostas a seus provocadores. O “se dizer louco”, a promoção de coletividades e até a fuga descrita no caso do *Diário* em 1857 serviriam enquanto estratégias e negociações em direção à autopreservação, assim como o próprio consumo de bebidas alcoólicas na estrita ótica do lazer. Todas podem e devem ser inseridas no experienciar da(s) loucura(s) na(s) (ou seria das) liberdade(s). Nas performatividades e nas elasticidades sociais que o trânsito do cotidiano os exigiria.

Os mesmos são concebidos aqui sob perspectiva de continuidade, de adequação e movimento constante, por vezes sugerindo sofisticacões, por vezes transmutacões. E dito isto, não podemos perder de vista que na busca pelo melhor entendimento das interrelacões entre esses corpos e discursos socialmente construídos, cada uma das narrativas avaliadas dispõe de sentidos que só se fazem presentes igualmente em uma correlacão com as demais.

Assim, após todas discussões e propostas aqui refletidas, caminhamos agora para o próximo capítulo. Nesse sentido, nossa “deixa” e conexão se apresenta no questionamento de que do “lado de fora” já foi percebido um movimento – não necessariamente uniforme, intencional ou ostensivo, porém evidentemente presente – de alinhamento de suspeicões, evidenciadas por conta de mecanismo retóricos que admitem também autodeterminacões e

negociações. Após uma internação, ou seja, do “lado de dentro” dos muros dos hospício, sob os olhares mais próximos dos médicos é possível concebermos semelhantes negociações? Não só por parte dos indivíduos pretos e pardos mais entre médicos também. Ou no mínimo a presença de determinadas controvérsias desta questão; observáveis a partir de uma investigação agora voltada para as distribuições raciais ocorridas dentro da instituição e estabelecidas mediante as complexas lógicas de classificação sociorracial entre os anos finais do período escravista.

CAPÍTULO III – AQUARELA DE UM DUPLO CATIVEIRO? A “cor” e “raça” nas internações do hospício (1872 – 1888).

"(...) os mundos euro-americanos em particular fizeram do negro e da raça duas versões de uma única e mesma figura: a da loucura codificada." (MBEMBE, 2018: 13).

Essa história começa cerca de cinco anos antes do recorte desde capítulo, em fins da década de 1860. Era dia 03 de outubro de 1867, lá pelas tantas da tarde, quando mais um havia de chegar. Diante daquele suntuoso edifício, às margens da antiga Praia da Saudade dava-se a entrada de mais um alienado no Hospício de Pedro II, a mais antiga e mais célebre instituição de saúde destinada exclusivamente ao tratamento e cura de pacientes acometidos por moléstias mentais em toda a América Latina.

Retangular em sua planta baixa e formado por quatro grandes pátios internos, divididos em uma área central. O alienado em questão passara pelos três grandes portais até o grande átrio nobre, onde começava uma admirável escadaria, realmente digna de um palácio. Não por menos que, ao longo dos anos, o hospício ficara conhecido pela alcunha de “Palácio dos Loucos”. Até os dias atuais há controvérsias sobre o número total de internos que passaram por lá em todos os anos de funcionamento da instituição. Segundo os Relatórios Ministeriais do Império⁴⁸, também levantados por Engel (2001), em dezembro daquele ano o hospício contava com um total de 318 internos.

De qualquer forma, a trajetória do alienado em questão não começara na Corte do Rio de Janeiro. Cerca de uma semana antes, “nosso” “herói” era remetido do interior da província, mais precisamente do município de Campos, em virtude de certas denúncias que sobrevieram sobre este “homem pobre”. O nome em questão era Francisco Cabiúna. Preto, livre, brasileiro, com cerca de 56 anos de idade, solteiro, sem profissões indicadas e tampouco moléstias anteriores. E, como boa parte da população de sua época, também fazia uso de bebidas ditas “espirituosas”.

Acusado pelo delegado de polícia, Dr. José Joaquim Heredia de Sá, Francisco – apesar de sua “constituição” fraca – havia se tornado um tanto “incomodo e *mui* perigoso” e sendo nada mais, nada menos, que o promotor de “ataques de fúria” e “grandes alarmes” nas ruas da cidade em seus brados em “contínuo pela liberdade da escravatura”, chegando ao ponto, onde teria “causado suspeitas de insurreição”. Segundo o próprio delegado, a mesma já teria se encaminhado se “a polícia não andasse diligente.”.

⁴⁸ Relatório Ministerial do Império referente ao ano de 1867, publicado em 1858. ARQUIVO NACIONAL. Série Saúde/Ministério do Império. Cf. ENGEL, 2001.

Seu destino: a classe dos indigentes. Diagnóstico final: Mania. Data da alta (ou da libertação), assinada pelo médico facultativo Ignácio Francisco Goulart: 30 de abril de 1868; cerca de seis meses depois de sua internação. Seu destino fora dos muros do palácio: totalmente ignorado⁴⁹.

Lembrem-se bem que a instituição em questão nessa discussão era um Hospício. Sim com letra maiúscula e todo o estigma social que tal palavra venha a carregar. E que o “herói” em questão foi dito um alienado. Sendo assim, há de se convir comigo que pela lógica estamos falando de um clássico caso, ao qual poderíamos presumir inicialmente que se trataria de uma “internação justificada”, não é mesmo?

Fosse por conta da narrativa de seus eventos muito se aproximar com as já descritas no capítulo II, fosse por quaisquer apelos ou intimações anteriores dados a Francisco, não terem sido obedecidos, era o dever das autoridades, preocupadas com o bem estar moral da sociedade, legitimamente silenciar esse louco. Louco? Será mesmo? Bom, a resposta para os questionamentos quanto ao verdadeiro quadro de saúde mental de Francisco ou das reais intencionalidades nesta ou em outras denúncias e internações talvez jamais saibamos.

Entretanto, me pego refletindo sobre o quanto que em um primeiro olhar, esse fato, essa história-sensível, poderia representar um perfeito adubo para o solo fértil do imaginário popular contemporâneo sobre as práticas de saúde no campo da psiquiatria. Em que um sujeito preto escravizado (ou livre como neste caso) e o próprio Hospício surgem enquanto personagens-chave para determinadas narrativas cristalizadas e produções historiográficas, diga-se de passagem, talvez até um tanto emocionadas – quase que maniqueístas – no campo da História Social? Todavia reflito também que, na mesma medida, não deixa de chamar atenção ou ser no mínimo intrigante, um indivíduo preto, livre, sem quaisquer bens ou condições financeiras ser remetido gratuitamente, via polícia, por quilômetros de viagem até a distante Corte do Rio de Janeiro apenas para “cuidados” médicos – justamente em um hospício cujo número de internos já beirava a lotação fazia anos – e, por fim ser liber(t)ado apenas seis meses depois. Trancado. Curado? Sucesso. E próximo! Fim de papo. Fim da história. Ou quem sabe um recomeço.

Assim, a premissa da discussão deste terceiro capítulo é entendermos que a análise desta e de outras trajetórias pretas e pardas, em uma perspectiva histórica de saúde, pode e deve ser complexificada. Michelly Vieira, autora do mais recente estudo sobre o hospício e a escravidão no Rio de Janeiro (SILVA, 2019: 12), salienta logo no início de sua dissertação de

⁴⁹ Dossiê de Internação Francisco Cabiúna. HOSPÍCIO DE PEDRO II. Série: Internação. Subsérie: Dossiê de Internação. – Cx.13 – Prontuários 1867. Arquivo Permanente. CDM – IMASNS. Ver Anexo VIII e p. 80.

mestrado sobre a importância do lugar de discussão sobre a historicidade da “loucura do negro”, em parte específica do recorte para a “loucura e o sujeito escravizado”. E ressalta o quanto esse debate se torna ainda mais significativo no sentido da construção de novos espaços de discussão e de novas possibilidades de abordagem e reflexão, muitas vezes negligenciadas ou banalizadas pela historiografia brasileira como vimos no capítulo I.

Sendo assim, pensemos então: sob quais aspectos as trajetórias desses indivíduos poderiam impactar nas dinâmicas de consolidação e manutenção da(s) história(s) da instituição? Ou de quais formas é possível entender a experiência no hospício nas trajetórias desses sujeitos? Existiriam elementos específicos de um pensamento médico alienista sobre estes corpos negros? E por fim, seria possível pensarmos em termos como autodeterminação e/ou (auto)identificação racial com relação aos registros desses sujeitos na instituição?

Para tanto, neste último capítulo apresento, primeiro, um breve panorama acerca dos rumos da instituição nestes últimos dezesseis anos do período escravista, buscando entender e contextualizar tanto certos aspectos ao longo de seu funcionamento, como as possíveis tensões ocorridas nos últimos anos do HPII em perspectivas racializadas. Em um segundo momento, mediante a um debate junto às fontes mobilizadas, reflito quanto à complexidade de se estabelecer perfis sociorraciais diante do recorte proposto⁵⁰, pois para entender o panorama da existência desses indivíduos não basta apenas levantar perfis, mas, sobretudo, questioná-los dentro de toda uma discussão de ressignificações no quesito identitário histórico. Para isso, considero principalmente as categorias – populares e médicas – de “cor”, “raça” e “condição social” presentes nos prontuários e nos livros de matrícula da instituição, atentando para as dessemelhanças e controvérsias no que diz respeito aos processos de classificação e negociação étnico-racial ainda em construção no século XIX.

3.1. Do 18 de Julho ao 13 de Maio: entre denúncias e tensões

Desde seu decreto de fundação no dia 18 de julho de 1841, a história do Hospício de Pedro II é marcada por uma complexa interação de projetos e processos que acabaram por reverberar em experiências um tanto distintas das que teriam sido propostas em sua idealização original. Assim, entender determinados eventos e contextos no funcionamento da instituição também é importante para refletir sobre os processos históricos de construções identitárias sociorraciais, que fizeram e ainda se farão presentes em outras momentos desta dissertação.

⁵⁰ Como já mencionado na introdução, esse levantamento considera desde o ano de 1872 – passados 20 anos de inauguração e consolidação do hospício – até fim do regime escravista com a Emancipação em 1888.

Para contextualizar o Hospício, parto das últimas décadas do período escravista e de alguns outros debates secundários que andaram paralelamente aos de “cor” e “raça”, mas que não podem ser esquecidos. Entre eles estão as discussões sobre as condições de trabalho dos médicos; as instituições “concorrentes”; a opinião pública acerca do caráter de “depósito” da instituição e seus reincentes debates a respeito da superlotação. Todos esses elementos não foram acontecimentos isolados e sim um grande conjunto de eventos no denso cenário sistemático de baixo prestígio que vinha se intensificando desde os primeiros anos de funcionamento da instituição. Situação que chegaria ao seu ápice nas duas últimas décadas do Império. O hospício ainda haveria de passar por certas, ou melhor, “incertas” tensões.

Primeiro, no que diz respeito aos debates que mais suscitaram problemas para a administração do Hospício e que se referem à capacidade de internações da instituição e às perspectivas de cura. Trata-se de um processo em sequência: com a superlotação cada vez mais às vistas, o Hospício de Pedro II vai paulatinamente tomando o formato de um pomposo “depósito” de alienados. E com a menor rotatividade nas internações, a dificuldade em executar a repartição entre os internos de acordo com seus “tipos”⁵¹ era certa, negligenciando-se então os padrões dispostos desde o regimento interno do anos de 1852.

Os médicos, por sua vez, tinham como saída a concepção de novos projetos institucionais, como a implementação das colônias terapêuticas agrícolas na Ilha do Governador (VENANCIO, 2011: 35 – 52). Ao mesmo tempo, optaram por se mostrar firmes na intensificação das advertências contra determinadas internações no hospício, tanto no sentido das restrições ao aceite dos chamados “incuráveis” como pontuado por Ribeiro (2016) e Silva (2019), como nos manifestos contra a recepção indiscriminada de sujeitos classificados como “indigentes”, indo de encontro às “forças religiosas” que lá operavam⁵². Isso levou a uma mobilização um tanto cansativa e desgastante para a classe médica da instituição. Afinal, muitas eram as “forças” em operação e

“no caso do Hospício de Pedro II tratava-se de uma decisão compartilhada por várias outras instâncias de poder – o Provedor da Santa Casa, o juiz de órfãos, o chefe ou o delegado de polícia, os familiares, tutores, curadores ou senhores de alienados, etc. –, cabendo ao médico a tarefa de contribuir com uma avaliação científica acerca do assunto.” (ENGEL, 2001: 292).

⁵¹ Com relação a estes tipos, não necessariamente entende-se como tipos raciais, mas sim uma distribuição pautada nos diagnósticos, grau de violência e agressividade do indivíduo, a existência de moléstias contagiosas anteriores a internação e, naturalmente a classe social pertencente.

⁵² Para maiores debates quanto as tensões entre os médicos e as irmãs de caridade presentes no Hospício e a questão dos pacientes ditos “incuráveis”. Ver: RIBEIRO, 2016 e OLIVEIRA, 2017.

Esses mesmos médicos que lutavam por maiores espaços de poder pareciam não ter tanta influência como muitas vezes é sugerido. Para além das observações de Gonçalves (2011: 35 – 71) quanto as suas ausências em cargos públicos da Corte, nas produções e participações tanto na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro como na Academia Imperial de Medicina, demonstrando um relativo baixo prestígio, havia também as constantes queixas quanto ao baixíssimo número de facultativos presentes no hospício. Segundo Engel (2001: 251), no ano de 1886, por exemplo, havia somente cinco profissionais (três facultativos⁵³ e dois médicos) para um total de 308 alienados internos, “determinando que os contatos entre os primeiros e os segundos fossem extremamente superficiais”.

O Hospício de Pedro II acabou por se tornar de fato um laboratório, mas não com bons resultados. Tal situação não era exclusiva da Corte. Segundo o historiador Ricardo de Lorenzo, centros urbanos de outras províncias distantes também acabaram por reproduzir “a geografia da alienação” identificada na província do Rio de Janeiro. Como exemplo, temos o *Asylo da Santa Casa de Misericórdia* na cidade de Porto Alegre que já se “caracterizava por atender os alienados em situações de indigência, muitas vezes recolhendo indivíduos cuja real enfermidade era dúbia”, porém a deficiência de recursos, essa sim, era notória (LORENZO, 2007: 92 – 93). No caso de São Paulo, Oda e Dalgalarondo verificaram que o *Hospício Juquery*, no final dos anos de 1870, só contava com o total de um médico, dois enfermeiros, três guardas, um cozinheiro, dois serventes juntamente com o escrivão e o administrador; isso sem contar as denúncias quanto aos péssimos espaços e a fama de “Casa de Grandes Tristezas”. Em Belém, quanto ao *Hospício de Alienados de Tucunduba*, no ano de 1879, também foram percebidas as muitas ressalvas quanto a rarefeita mão-de-obra especializada (ODA; DALGALARRONDO, 2005: 983 – 1010). Teixeira e Cunha no artigo “As Origens do Alienismo no Brasil: dois artigos pioneiros sobre o Hospício de Pedro II” indicam que as impressões a respeito do hospício, até do outro lado do Atlântico, não eram lá das melhores. Os autores investigaram as dimensões “turísticas” do hospício enquanto um espaço de circulação não só de médicos estrangeiros, mas também de viajantes, figuras públicas e até de curiosos (TEIXEIRA; RAMOS, 2012: 364 – 381). Ao analisar dois importantes artigos⁵⁴ científicos escritos por dois médicos franceses: Philippe–Marius Rey (*L’hospice Pedro II et Alienés au Brésil* em 1875), do Asilo de Saint-Anne; e François Jouin (*Une visite à l’asile de*

⁵³ Sobre médicos e facultativos, a distinção estaria que os facultativos seriam aqueles que não atuavam no trabalho de cirurgião.

⁵⁴ Ambos traduzidos e republicados pela Revista Latinoamericana de psicopatologia fundamental e, disponíveis online.

Pedro II à Rio de Janeiro (Brésil) em 1880), Teixeira e Cunha apontam que apesar de ressaltarem a beleza arquitetônica do lugar, os médicos franceses em suas visitas ao HPII também não mediriam palavras para tecerem críticas às contraindicações da instituição frente ao atraso científico e à evidente falta de médicos.

Dessa forma, se o ideário básico em 1841 era que o Hospital da Santa Casa de Misericórdia – espaço de saúde onde oficialmente se recolhiam os enfermos antes da inauguração oficial do edifício do hospício – não oferecia instalações dignas para uma boa execução das práticas médicas alienistas e, muito menos, para a boa recuperação dos alienados. Passadas três décadas após o decreto de fundação, primeiro marco para o início na instauração do poder médico no âmbito da loucura, a situação realmente não se desenvolveu como esperado.

Havia também as impressões populares que vinham de fora dos muros do hospício, mas não fora da questão asilar e que acabaram também por provocar impactos nos portões do Pedro II. Dentre as principais, quero trazer dois exemplos distintos, praticamente opostos entre si: a *Casa de Saúde Dr. Eiras*, também situada no bairro de Botafogo e o *Asilo da Mendicidade*. A classe aristocrata cada vez mais se mostrava um tanto insatisfeita com os problemas de lotação e má distribuição entre os pensionistas. Diante dessa situação, a *Casa de Saúde Dr. Eiras* se apresentava como uma ótima alternativa, afinal, havia a promessa de um tratamento para alienação mental feito em um estabelecimento privado, longe dos olhares curiosos, igualmente especializado e que, na mesma medida, o enfermo não teria as vivências e impressões de uma vida em confinamento, nem das terríveis aglomerações e péssimas condições higiênicas, aos quais se aproximava o Pedro II (GONÇALVES, 2011: 64-67).

Já no Asilo seria praticamente o inverso. Fundado anos antes do próprio hospício, em 1834 e, conforme os debates quanto à lotação do Pedro II nos anos de 1870, ficaria responsável também por abrigar os alienados por ele negados, inclusive, sendo decretada a criação de um novo edifício⁵⁵ em 1875 sob novos regimentos para abrigar o novo contingente cada vez mais em expansão. Entretanto, com o aumento exponencial de indivíduos, não só alienados, mas também de velhos, menores e, claro, da mendicância, e as péssimas condições higiênicas e de saúde, em pouco tempo, logo acabaram por superar – e muito – o próprio Pedro II; o que não escapou das duras críticas feitas por diversos setores sociais, inclusive a classe médica, quanto às condições sanitárias presentes nas duas instituições asilares, algo

⁵⁵ Atual Hospital Escola São Francisco de Assis, pertencente à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

praticamente inaceitável para os novos padrões civilizatórios que os ventos do novo século estavam trazendo (OLIVEIRA, 2017).

No imaginário de políticos, governantes e sanitaristas nas últimas décadas do século XIX, o Hospício praticamente se instalaria então nesse contexto, fronteiro e preciso. Seria, ao mesmo tempo, taxado de um monumento explícito à deficiência quanto aos problemas de higiene pública, por um lado, e ainda se apresentaria como um “caminho para a civilidade”, ou seja, ainda como uma ferramenta possível para o desenvolvimento dos modelos de aperfeiçoamento moral e também material, por outro. Questão essa altamente cara entre os princípios essenciais para a concepção de um ideário de nação que beirasse a “altivez” e o “progresso” dos Estados europeus (CHALHOUB, 2017).

Na realidade, o que algumas obras, como a própria *Danação da Norma*, vão relatar é que mesmo com as batalhas médicas na imposição de sua racionalidade mediante projetos e/ou intervenções políticas, operando nas composições fundamentais de poder, antes do século XIX, não encontra-se, tanto no aparelho do governo colonial, tanto em instituições propriamente médicas, uma interrelação, ou melhor, uma intencionalidade evidente entre sociedade e saúde, como a que ocorreu no hospício e que “hoje chega a aparecer como óbvia e atemporal.” (MACHADO *et al.*, 1978: 154 – 158).

E se é a partir do entendimento de tal convergência que torna-se possível refletirmos quanto a novos “padrões” civilizatórios, ao qual a manutenção da instituição estaria fortemente ligada, também é possível pensarmos que essa enxurrada de novas demandas e significativas transformações nas mentalidades também não se ausentam quando tratamos dos indivíduos pretos e pardos dentro e fora do Hospício.

Nesse sentido, também é fato que tanto os indivíduos, como a administração da instituição, de certa forma poderiam ser inseridos nas incertezas sobre o que uma emancipação geral e eminente também haveria de trazer. E mais ainda, sabemos pois, que pouco mais de um ano deste evento, fora estabelecido o golpe republicano, trazendo consigo outras importantes reformas políticas e institucionais para o vindouro “Hospício Nacional de Alienados”. Entretanto, resalto que, mais importante do que desenvolvermos teleologias para instituição como hipótese, é preciso considerarmos o aspecto de uma transição agora inevitável, visto que dada a legislação do “Ventre livre” e de suas antecessoras, a escravidão em algum momento haveria de se findar.

Instituições em transição. Sujeitos em transição. Mas o que essa transição significaria de fato? Novas políticas e dinâmicas de internação? Um novo perfil sociorracial entre os internos? E sobretudo, estaria tudo isso representado ou traduzido nas fontes? Assim, é a

partir desses questionamentos e desta breve descrição dos controversos desdobramentos no cenário institucional do HPII que iniciamos a análise dos prontuários aqui mobilizados. Sem de fato nos esquecermos da proposta que visa novas verificações quanto as experiências de identificação racial dos internos percebidas a partir do diálogo e investigação das fontes.

3.2. Raça versus Cor: Revisitando Dados. Questionando Perfis

Primeiro esclareço que a partir deste momento os termos “raça” e “cor” adquirem um caráter mais associado a “categorias-objetos” dentro de micro-temáticas, do que efetivamente grandes conceitos socioculturais dentro da pesquisa. Ou seja, o movimento aqui se encaminha primeiro para o entendimento de cada categoria em sua respectiva historicidade e especificidades para os eventos dos quais estamos tratando. Depois essas categorias serão situadas dentro de uma discussão mais ampla quanto as experiências sociais na gestão pública de corpos no século XIX. Por fim, pretende-se descrever e analisar como as mesmas categorias foram mobilizadas nos prontuários do hospício.

Para tal exercício comecemos então pela “raça” enquanto uma categoria classificatória datada. É importante salientar que o fenômeno de classificações de indivíduos por intermédios de fenótipos é anterior a própria legitimação da “raça” como uma categoria científica, uma vez que nos séculos XVII e XVIII já foi possível a identificação de registros classificatórios entre determinados sujeitos, em distintas esferas do meio social colonial; todavia falarei disso mais a frente. A questão central é que alguns autores vão dar ênfase em como no século XIX a Antropologia física e a Biologia europeias estruturaram e cancelaram todo um ideário científico de identificação racial humana, no que tangeria a ideia de que assim como outras espécies do Reino Animal, os seres humanos também poderiam ser classificados em subespécies (GUIMARÃES, 2008: 64). Este argumento também estaria voltado para uma natural proximidade com determinados mecanismos de colonização e exploração, aos quais as nações outrora colonizadas, como o Império do Brasil, já estariam muito bem familiarizadas.

Porém, existem aqueles que sugerem também considerarmos que sob a invólucro da raça seriam incorporadas questões de natureza da cultura (SCHWARCZ, 2012: 33), já que junto a categoria estariam atravessados outros valores e crenças, sendo mais do que necessário uma genuína atenção voltada para o campo das identidades sociais e seus enfoques para os “discursos de origem”. Para Guimarães, no capítulo “Cor e Raça” da importante coletânea *Raça: novas perspectivas antropológicas*, a “raça” só faria sentido se fosse concebida como um conjunto de discursos que trariam “essencialidades” comuns de um determinado grupo de indivíduos e que, por sua vez, poderiam ou não, estar fundamentadas a respectivos

qualitativos morais, psicológicos, intelectuais, e claro, traços fisionômicos (GUIMARÃES, 2008: 65 – 66).

No caso do Brasil, essa discussão se traduz de forma ainda mais complexa, visto que, jamais foi posto em consenso diretrizes minimamente “oficiais” quanto a modelos científicos de descendência biológica, nem por parte do Governo Imperial ou da classe médica em si. Mas o que ocorre na segunda metade do século XIX, de acordo com Chalhoub (2012: 38 – 41), são preocupações do Império Brasileiro enquanto Estado em, de fato, conhecer os indivíduos que dele faziam parte. E logo no início dos anos de 1850 o Poder Executivo já receberia requisições para a coleta de “informações circunstanciadas” sobre uma grande variedade de temáticas, dentre as quais a “saúde pública” e a “população” não ficariam de fora.

Afinal, se um Estado moderno era aquele que mais representava os caminhos da “civildade” e, sobretudo, que se conhecia; para as esferas públicas do Império, o que pairava era no mínimo um desconforto quanto a possuir uma sociedade civil completamente desconhecida. Sendo assim a chancela da modernidade brasileira deveria ser alcançada de todas as formas possíveis, seja por meio de tentativas de censos, regulamentações experimentais, novas legislações e até mesmo via medicina (CHALHOUB, 2012).

Em *A Construção Nacional* o capítulo “População e Sociedade”, do mesmo autor, consta que cerca de um ano antes da inauguração do hospício, em junho de 1851, o gabinete do Visconde de Monte Alegre já mandara executar dois decretos nesse viés: o primeiro quanto a obrigatoriedade de um registro civil de nascimentos e óbitos e o segundo recomendando a realização de um censo geral do Império. O registro teria seu início no dia 1 de janeiro de 1852, contudo nos relatórios oficiais analisados pelo historiador, o que predomina são os embargos e revoltas, justamente por conta dos debates presentes nas “crendices populares” sobre a verdadeira natureza do registro, que “só tinha por fim escravizar gente de cor” e chegando a ser apelidada de “Lei do cativo” (CHALHOUB, 2012: 40 – 41).

Chalhoub presume que para os insatisfeitos – pretos e pardos livres/libertos – a quem as tais “crendices” se referiam, o que ocorreu foi uma associação com os eventos do fim do tráfico atlântico, em 1850, e o temor de uma nova necessidade de abastecimento para as demandas por mão-de-obra nos engenhos, o que poderia resultar em um grande processo de reescravização para esse grupo.

É interessante também pontuarmos que na investigação do historiador, com relação aos registros civis de recém-nascidos de condição livre somente eram considerados nos livros de registro “sexo”, “nome”, “nome dos pais” e “profissão” dos mesmos. Enquanto que para os

escravizados seriam o “sexo”, “nome”, “nome do senhor”, “nome dos pais” (somente em caso de casamento) ou só “nome da mãe”, “dia e lugar de nascimento” e, finalmente, a “cor”.

Refletindo em conjunto com as análises aqui mobilizadas de Chalhoub, a investigação da historiadora Ivana Stolze é importante para considerarmos que havia uma intencionalidade dos censos em organizar a população também em determinados discursos. Estes muitas vezes advinham de “combinações” entre aspectos e variáveis não só de “cor”, mas também de gênero, faixas etárias, naturalidade e condição social. Além disso, em sua obra *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*, ao analisar as manifestações dos entrelugares dos projetos e ações de “designar” e “designar-se” em uma sociedade diversa, Stolze ressalta que:

“embora só tenha havido um censo geral do Império em 1872 (no sentido de uma contagem dos habitantes), várias tentativas anteriores demonstram a preocupação com essa questão. Na verdade, houve sucessivos fracassos. De toda a forma, no âmbito provincial e da Corte, vários arrolamentos da população foram realizados, (...) apresentando-se o governo imperial imbuído da necessidade de conhecer a população por meio desse mecanismo.” (LIMA, 2003: 90 – 92).

Todavia a administração do Estado Imperial, ao se colocar cada vez mais próxima do advento da modernidade, também acabou por esbarrar em certos entraves no processo de racionalização dos fenômenos populacionais. E é nesse quesito que entramos nas discussões quanto a categoria “cor”.

O antropólogo Jocélio Santos no artigo *De Pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX* ao mobilizar os registros da Casa dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia discorre sobre a possibilidade de concebermos (não só a partir da História) uma “construção de um sistema modal de classificações”. Esse sistema linguístico escravocrata já se apresentava fortemente diversificado e flexível desde os tempos coloniais e, em dado momento, se manifestaria em consonância ou dissonância com a antiga metrópole portuguesa. Assim a “cor” aparece como um elemento-chave para tal flexibilidade.

Nesse sentido o autor também salienta para a existência de um conjunto relativamente ilimitado não só de cores, mas também de termos a serem utilizados; termos esses que poderiam ou não estar associados a sentidos outros. Sem contar que, nos primeiros anos do século XIX, em suas análises parece haver diferenciações sociais fundamentadas entre outros caracteres físicos como a boca, nariz, cabelos, testa, orelhas. (SANTOS, 2005: 115 – 137). E se em sua discussão o século XVII aparece marcado pela promulgação de uma “etnogênese” e o XVIII pelo início e propagação de determinadas ambiguidades classificatórias, o XIX na presente discussão estaria marcado justamente pela sofisticação dessas “ambiguidades” em

nome de negociações raciais desenvolvidas diante do cada vez mais próximo cenário de emancipação total.

Tanto pelo gradativo aumento de indivíduos identificados como libertos, quanto pelo uso das diversas nomenclaturas e termos identitários regionais – “cabras”, “caboclos”, “criolos”, “mulatos”, “morenos”, “mistos”, “mestiços” e, certamente os “pardos”⁵⁶ também, estes últimos podendo ser divididos gradativamente entre “escuros”, “claros” e até “disfarçados” no momento de sua identificação – o que tivemos nos anos finais do período escravista, o que acabou por ocorrer, foi uma progressiva dissociação da cor preta ao *ethos* de escravo.

A respeito deste fenômeno, a historiadora Hebe Mattos discorre acerca dos “silêncios de cor” no texto *Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil*. Sua argumentação é fundamentada na interrelação entre os sentidos de liberdade e cidadania – precárias e constantemente ameaçadas – com as experiências de determinações entre cores. Para a autora, durante a análise de suas fontes (registros paroquiais de batismo, casamento e óbito; e processos civis e criminais) tais experiências não se relacionariam – ainda – com teorias de branqueamento da nação intensificadas no século XX, mas sim estariam vinculadas a uma série de outros códigos e negociações culturais de resistência ao regime da escravidão, como: o papel da indumentária, a articulação em comunidades religiosas, a mobilidade socioespacial e até a manutenção de antigos laços senhoriais e de parentesco, a partir das relações comunitárias e pessoais, tudo isso na busca por evitar a dimensão de uma reescravização absolutamente possível.

Assim, é com base nesses silêncios e negociações que pode-se refletir sobre a categoria de “cor” enquanto uma ferramenta linguística socialmente construída a partir da polaridade branco/preto. Todos os demais termos citados nos parágrafos anteriores estariam inseridos num denso espectro de distanciamentos e aproximações baseado na “brancura social” e na miscigenação, cuja preocupação diga-se de passagem também já começava a ser traduzida nas agendas modernas do Estado.

De acordo com os trabalhos de Alencastro, a cidade do Rio de Janeiro estaria passando por um gradual processo de embranquecimento, o que também ficava muito atrás do Hospício (RIBEIRO, 2016: 80 – 85). No censo inicial de 1849, feito pelo recenseador Haddock Lobo, entre cada 10 habitantes do Rio de Janeiro, apenas 4 eram classificados como brancos. Já em 1872, ano do censo oficial do Império, por conta de estímulos a imigração portuguesa, esse

⁵⁶ Sobre esse termo especificamente, segundo Santos e dicionarizado por Moraes, remeteria a “cor entre branco e preto, como a do *Pardal*, podendo neste período também indicar um mulato (...).”. Ver SANTOS, 2005: 122.

número, acabaria por se transformar. Agora, de cada 10 indivíduos, 6 seriam encarados como brancos (ALENCASTRO, 1997).

Portanto, conclui-se aqui que nos últimos anos da escravidão e, por conseguinte, no fim do período monárquico, até o final do século XIX, diante de todo um projeto de racionalização populacional classificatório pautado nas – quase infinitas e nem um pouco recentes – clivagens da tez; tanto a categoria “cor” como a categoria “raça” devem ser compreendidas como categorias analíticas e ao mesmo tempo nativas. Ou seja, podem fazer sentido ou não quando alinhadas a uma determinada teoria, mas efetivamente são dotadas de uma elaboração histórica, cultural e local, se fazendo presentes tanto no âmbito representativo sociorracial, como exercendo intervenções no mundo real (SCHWARCZ, 2012: 34).

Para Guimarães, qualquer categoria, seja ela nativa ou analítica, na realidade só adquire sentido dentro de uma teoria específica, de um contexto ou de um momento histórico específico. Contudo, a maior importância está nas reflexões aplicadas a ela, visto que para o autor o perigo está em uma determinada “naturalização”, ou seja, uma categoria naturalizada seria aquela absolutamente nativa – uma vez que quanto mais nativa, maior será sua habitualidade e menor a sua passividade de críticas, e menos ainda a possibilidade de pensarmos nela enquanto uma categoria “artificial” constituída, se aproximando cada vez mais de um mero dado da natureza (GUIMARÃES, 2008: 63).

Discorridas as respectivas especificidades e historicidades de cada categoria, situando-as de forma mais ampla, tanto em como a categoria “raça” pode ser concebida por intermédio de determinados quadros científicos e de representação de hierarquias sociais e coletividades identitárias, ou como a categoria de “cor” se insere muito mais em um grande e complexo “jogo social de (auto)interpretações” absolutamente passível de ser relativizado. Vejamos agora algumas discussões sobre como essas duas categorias foram mobilizadas, compreendidas e, sobretudo, associadas às vivências e saberes psiquiátricos nos prontuários contidos nos dossiês de internação do Hospício de Pedro II entre início dos anos de 1870 até efetivamente o advento da abolição no ano de 1888.

3.2.1 Entre Cores e Casos:

O primeiro aspecto a ser trabalhado é a investigação da fonte de “fora para dentro”. E o que quero dizer com isso? Pretende-se primeiro discorrer quanto às motivações para escolha desta fonte, sobre as dimensões do uso de prontuários na produção historiográfica e sobre as importantes nuances de subjetividades que também as permeiam. Somente depois será realizado um trabalho de análise e descrição dos prontuários em “si mesmos”, ou seja,

enquanto uma documentação oficial de uma instituição de saúde, que assim como as categorias anteriormente analisadas, é perfeitamente dotada de uma historicidade a ser avaliada. Intenciona-se também observações quanto as suas dimensões de formatação, dos campos de preenchimento mais importantes para esta discussão no geral, bem como das suas reformulações ao longo dos anos de funcionamento do hospício, para enfim revisitarmos e problematizarmos determinados perfis e experiências sociorraciais no hospício.

Visto que estamos tratando das décadas finais do século XIX, em que a medicina e seus profissionais ainda se mantêm sob caráter essencialmente triunfalista, biográfico e linear, a mobilização de prontuários e dos dossiês de internação em geral como principal fonte se dá a partir da consideração de que ao mesmo tempo estes permitiriam, tanto uma investigação para esse pensamento médico, bem como de perspectivas de agenciamento de autodeterminação do “enfermo enquanto personagem social”, como indicado por Bertolli (1996) a partir das leituras de Foucault.

Bertolli (1996), no texto *Prontuários médicos: fonte para o estudo da história social da medicina e da enfermidade*, revisita e sofisticada os apontamentos feitos no artigo *História social da tuberculose: perspectivas documentais* (1992) a partir dos prontuários do *Hospital-Sanatório São Luiz Gonzaga* na cidade de São Paulo, em funcionamento entre os anos de 1932 e 1968. E mesmo se tratando de uma temporalidade distinta, importantes são as contribuições do autor acerca de como o uso de tal fonte se caracteriza na historiografia como um grande “sintetizador” da abordagem descrita no último parágrafo. Contudo, o historiador salienta que mesmo assim, naturalmente tais fontes também poderiam sofrer por ações e restrições temporais e pelo aspecto de se apresentar com poucos dados e um baixo quantitativo numérico.

No caso dos prontuários do Hospício de Pedro II, a situação – felizmente – caminhou para a direção inversa, já que no levantamento feito por Ribeiro, por exemplo, totalizaram cerca de 1.900 registros somente no CDM – IMASNS que, em sua grande maioria, ainda permanecem em um relativamente bom em estado de conservação, devidamente higienizados e disponíveis para consulta. Bertolli também discorre acerca da principal característica dessa fonte, que seria a diversidade das informações, já que a mesma poderia conter desde resultados de exames laboratoriais e físicos, passando por registros de identificação de pacientes, diagnósticos e dados etiológicos, históricos de moléstias anteriores e a evolução da moléstia principal até relatos mais subjetivos – diga-se de passagem bem mais interessantes – como reações do paciente a internações, rejeições de receber alta, erros médicos, dilemas e compromissos profissionais, padrões e perfis entre pacientes, explicações – ainda que

indiretas – de pacientes sobre as causas de suas moléstias. Tais elementos são visíveis também nos dossiês de internação do Hospício de Pedro II.

Com relação aos prontuários dos internos do Hospício, como já foi mencionado no item de introdução, encontram-se inseridos cada um dentro de seu respectivo Dossiê de Internação. Entre os anos de 1872 e 1888 totalizam cerca de 442 dossiês, todos identificados, sob a custódia do Arquivo Permanente do Centro de Documentação e Memória do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira (CDM – IMASNS). Esses dossiês consistem de uma variedade de tipos documentais, tais como: prontuários médicos, chamados de Papeletas – que até hoje servem enquanto orientação para uma das subséries de catalogação do fundo arquivístico ao qual fazem parte –, atestados de pobreza, exames médicos, ofícios, cartas de alforria e correspondências.

Cada papeleta possui específicos campos de preenchimento para informações do paciente. E a partir de sua análise, é possível a observação e promoção de questionamentos tanto de aspectos mais gerais, quanto aos relacionados ao caráter da saúde especificamente, como: sua “constituição”; seu “temperamento”, seu respectivo “diagnóstico”; as “moléstias anteriores”; as “causas”; os “remédios” e “terapêuticas” orientadas pelo médico; suas “dietas” alimentares; as datas de “entrada” e “saída”; datas de “falecimento”; nomes de médicos e suas respectivas “observações”. Há também aspectos que nos permitem traçar certo perfil social dos sujeitos presentes no hospício, como a “cor/raça” – neste caso o indivíduo poderia ser classificado não somente como preto, branco ou pardo, mas por uma série de nomenclaturas as quais discorrerei um pouco mais a frente; a “idade” do paciente; a “condição social”; seus pertences; sua “nação”; a “naturalidade”; a “residência”; “estado de família”⁵⁷; e a “profissão” do sujeito. Vejamos a seguir os modelos utilizados em cada década.

⁵⁷ Conhecido hoje como “estado civil”.

Modelo de Prontuário anos 1850.

PAPELATA N.º 1

185 2				N.º 34							
POBRE.				NOVO HOSPITAL.				ENFERMARIA N.º		LEITO N.º	
<i>Ignacia</i>				Clínica				Entrada <i>5 de Maio</i>		185	
								Sahida do		185	
								Fallecimento de		185	
Livro de Matricula N.º 1 folhas 6-								Estada no Hospital <i>238</i> dias			
Cór e raça <i>Breta</i>				Idade <i>50 p.</i>				Temperamento			
Condição social <i>Liberto</i>				Estado de familia <i>Solteiro</i>				Constituição			
Nação <i>Brasileira</i>				Profissões				Causa			
Naturalidade <i>N. de Janeiro</i>				Objectos em deposito				Molestias anteriores			
Residencia <i>M. Sabarte</i>								Traz de molestia		dias	
								Diagnostico <i>Alumia Permanente</i>			
DIETAS.				REMEDIOS.				OBSERVAÇÕES.			
DATA.	A.	J.	C.	DATA.	INTERNOS.	EXTERNOS.					
<i>Set 22</i>	<i>02</i>		<i>02</i>			<i>Bombar Lobaths</i>		<i>Trabado no espirito Acute - Opium trao vicio - Falleceu com aí 4 1/2 horas de trau No corpo de Pedro de gumto 15 de Novem bra de 1857 - <i>H. V. Barbosa</i> 3</i>			

Prontuário de Ignácia. HOSPÍCIO DE PEDRO II. Série: Internação. Subsérie: Dossiê de Internação. Prontuários 1857. Arquivo Permanente. CDM – IMASNS.

Modelo de Prontuário anos 1860

HOSPICIO DE PEDRO SEGUNDO.

CLASSE <i>Indigente.</i>		N. <i>102</i>
<i>Francisco Cabiúna</i>		
Livro da Matricula folhas <i>34</i>	Idade <i>56</i> anos	Molestias anteriores
<i>Indigente.</i>		
Côr e raça <i>Indio.</i>	Estado de Familia <i>Solteiro.</i>	Causa
Condição social <i>Serv.</i>	Profissão - - -	Diagnostico <i>Albinis</i>
Nação <i>Brazeleira.</i>	Entrou a <i>2</i> de <i>Set.</i> de 186 <i>7</i>	Sahio a <i>30</i> de <i>Abri.</i> de 186 <i>8</i>
Naturalidade <i>Cidade de Campos.</i>	Temperamento <i>meio</i>	Falleceo a de de 186
Residencia <i>Cidade de Campos.</i>	Constituição <i>fraca</i>	Estada no Hospicio dias
DIETAS.	OBSERVAÇÕES.	
	<i>Alto em 30 de abril de 1868</i> <i>Deputado</i>	

Autoridade que remette *Hospicio de Pedro Segundo*

Prontuário de Francisco Cabiúna. HOSPÍCIO DE PEDRO II. Série: Internação. Subsérie: Dossiê de Internação. – Cx.13 – Prontuários 1867. Arquivo Permanente. CDM – IMASNS.

Modelo de Prontuário anos 1870

Hospício de Pedro Segundo

2 ^a Classe		2 ^o Livro de Matricula fls. 41	N.º 908
Nome <i>Francisca Etelvina Marinho da Cunha</i>			
Filiação _____			
Côr <i>Sarda</i>	Nação <i>Portuguesa</i>	Constituição <i>fraca</i>	
Raça <i>cruz.</i>	Naturalidade _____	Estatura <i>alta</i>	
Condição social <i>Sem</i>	Residência _____	Entrou a 25 de Dezembro de 1874	
Idade <i>24</i> annos <i>p.</i>	Molestias anteriores <i>Alph. e lepra dos olhos - Syph. tertia</i>	Sabida de _____ de 18 _____	
Estado civil <i>Viuva</i>	Causa _____	Falleceu a _____ de _____ de 18 _____	
Profissão _____	Temperamento <i>Syph. b.</i>	Estada no Hospício _____ annos mezes e _____ dias	
DIAGNOSTICO		OBSERVAÇÕES	
<i>Momia. (Syph. tertia) Hallucinações; ideias de suicídio e de grandezas.</i>		<i>Alta a pedido em 11 de Setembro de 1875. Hospício era S. Pedro 7. Festa dos Carneiros.</i>	

Atestado do Dr. Antuânio Soares de Macedo

Atividade que remitta Sr. Dr. e Sr. Provedor a requerer do Director do Hospício de Pedro Segundo

17-11-1874 de atestado

Prontuário de Francisca Etelvina Marinho Cunha. HOSPÍCIO DE PEDRO II. Série: Internação. Subsérie: Dossiê de Internação. – DC17,54 – Prontuários 1874. Arquivo Permanente. CDM – IMASNS.

A principal característica das modificações nos prontuários ao longo dos anos é que parece ter ocorrido um duplo movimento entre o “conhecer mais” quanto ao paciente e o “o demonstrar menos” quanto à rotina e procedimentos da instituição. Neste sentido é visível que na passagem dos anos de 1850 para 1860 o campo detalhado da administração de dietas e remédios é suprimido e vão dando espaço para toda uma preocupação com o formato, desde os desenhos nas bordas, os maiores espaços nos campos, até enormes letras com o nome da instituição em maiúsculo no lugar do tímido *PAPELETA* dos anos 50.

Já no fim dos anos 60, esse duplo movimento segue avançando: as dietas e remédios são totalmente abandonados, juntamente com a preocupação com a forma para dar mais espaço ao preenchimento dos campos, sobretudo, os de “observações” e “diagnóstico” que a cada década só aumentaram. Segundo Ribeiro (2016: 67), esse fato se daria diante da “tendência de uma descrição mais densa e ampliada dos sintomas e das manifestações das doenças elaborada pelos médicos neste mesmo período”. Também é inserido um novo campo a ser preenchido na vertical com relação à “Autoridade que remete”, indicando a necessidade de se conhecer as origens das internações também nos prontuários e não só por intermédio de atestados e outros documentos adjacentes. Por fim, o sentido “do conhecer”, mais uma vez fez parte das transformações, com a adição do campo “filiação” e com o aspecto mais importante nessa discussão, à divisão do campo “cor e raça”.

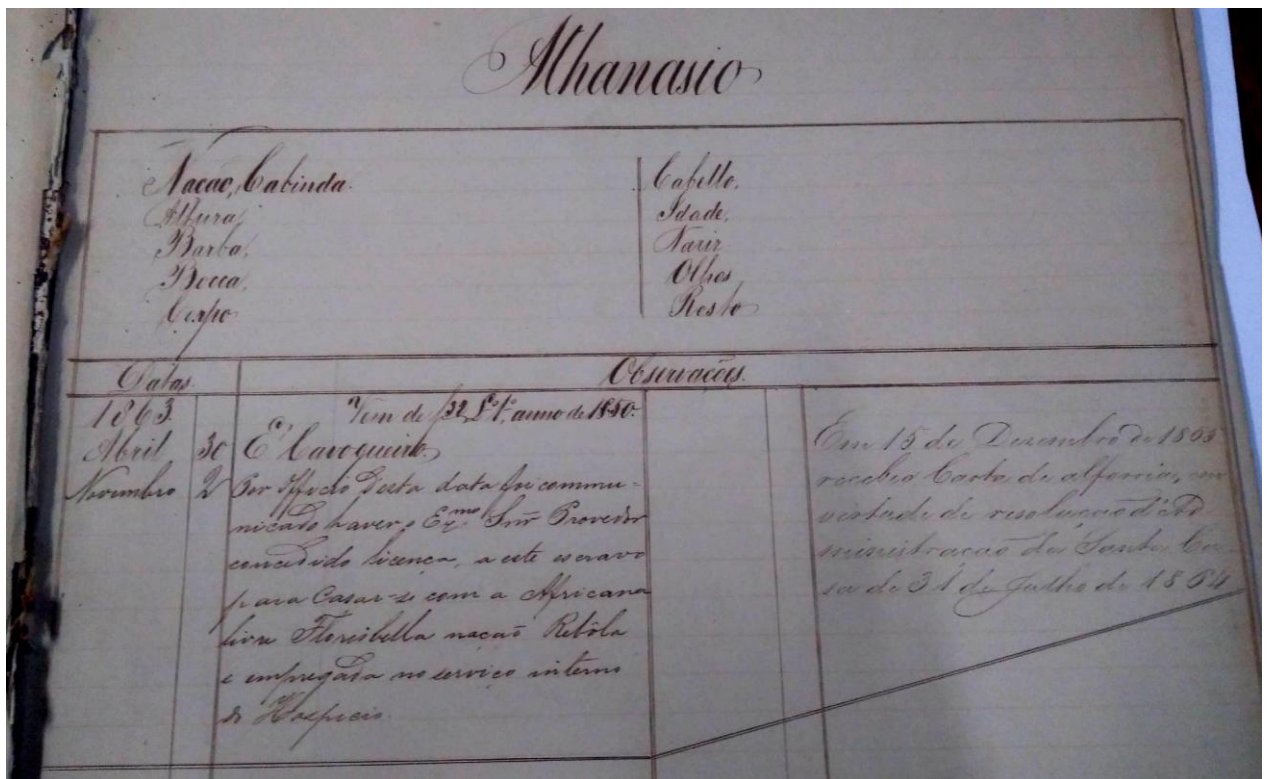
Nos prontuários de cada interno, desde sua fundação na década de 1840 até o final dos anos de 1860, é possível identificar um único campo denominado “cor e raça”, certas vezes preenchido também com um único termo. A partir da década de 1870 o campo é dividido em dois: “cor” e “raça”, isso até 1881 quando foram encontradas as primeiras fichas onde a categoria “raça” é totalmente suprimida e abandonada, restando apenas o campo “cor” e seguindo totalmente assim até a instauração da república e sua reinstitucionalização em Hospício Nacional de Alienados. Outra mudança quanto à forma nos anos de 1870 é a inserção na vertical do campo “Atestado”, que assim com as origens da internação era necessário obter um conhecimento rápido do médico que viabilizaria o atestado de alienação mental.

Assim, logo permanecem outras questões voltadas para a subjetividade desta fonte e das experiências de identificação: Por que alguns campos permaneceram e outros não? Quem preenchia tais prontuários? Como interpretar as rasuras e documentos anexos conflitantes presentes em cada dossiê? Afinal, tratar-se-iam de informações passadas pelos internantes/remetentes... Familiares, senhores ou a polícia? Ou quem sabe casos de

autoidentificações também teriam sido levados em conta, dado o perfil socioeconômico de cada interno.

Isso porque nem entramos no mérito de outras fontes administrativas dentro do Hospício que também trabalhavam com sistemas de classificação. Como o “Livro de Matrícula dos Escravos”⁵⁸ referente aos anos de 1863 a 1866⁵⁹, por exemplo, que remete aos trabalhadores escravizados apenas a serviço do hospício. Mesmo não possuindo qualquer descrição quanto à “cor” ou a “raça”, detinha um quadro de informações de cada escravo com as seguintes indicações de: “nação”; “altura”; “corpo”; “idade”; traços físicos de “boca”, “nariz”, “olhos”, rosto em geral, “cabelos” e “barba”, no caso masculino; e um campo observações específicas logo abaixo das gerais quanto a fatos e situações importantes que os administradores julgavam necessárias de serem registradas. Dito isto, até então não foram encontradas informações completas quanto a possíveis parâmetros epistemológicos utilizados para a criação reorganização dos campos nas fichas.

Modelo de página do Livro de Matrícula de Escravos – 1863 a 1866



Registro escravizado Mhanasio. HOSPÍCIO DE PEDRO II. LIVRO DE MATRÍCULA DE ESCRAVOS 1863 – 1866. Arquivo Permanente. CDM – IMASNS.

⁵⁸ HOSPÍCIO DE PEDRO II. LIVRO DE MATRÍCULA DE ESCRAVOS 1863 – 1866. Arquivo Permanente. CDM – IMASNS. Ver Anexo IX.

⁵⁹ Ainda que alguns registros do livro datam de anos posteriores a 1866.

Desta forma, para concebermos minimamente tais critérios optou-se por recorrermos à historiografia do tema, seguindo algumas possíveis pistas para o melhor desenvolvimento desta questão. A primeira estaria na leitura de parte da bibliografia que se concentrou nas investigações para os prontuários da Santa Casa de Misericórdia. Gandelman, no artigo *A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX* ao examinar o “Livro de Atas e Termos das sessões e deliberações da administração da Santa Casa da Misericórdia” argumenta que entre os anos de 1840 e 1850, a Santa Casa estaria passando por suas próprias transformações (GANDELMAN, 2001: 613 – 630).

A partir da importante provedoria de José Clemente Pereira foram discutidos e postos em prática determinados projetos para distanciar a Santa Casa do cenário catastrófico apresentado em seus relatórios⁶⁰. Entre as propostas, estavam: a separação espacial de outras instituições adjuntas como o Casa dos Expostos e o Recolhimento dos Órfãos, a construção de um novo cemitério no campo santo doado à irmandade em Ponta do Calafate, na freguesia do Caju, a construção de um novo edifício para o hospital e a edificação do HPII, que curiosamente foram inaugurados no mesmo ano.

Todavia, a maior contribuição da obra de Gandelman, foi com relação à exposição das propostas levantadas e discutidas nas reuniões da provedoria. De acordo com a autora, na manhã de 24 de agosto de 1841, entre as principais pautas discorridas havia a deliberação para a irmandade quanto à criação de “uma administração específica para o hospício”. O que em tese já nos distanciaria da sugestão de Ribeiro (2016) de que partes das fichas nos anos iniciais do HPII, por não conterem seu nome poderiam ter sido reaproveitadas da Santa Casa dada a sua proximidade administrativa.

Outro possível caminho para o entendimento das mudanças ocorridas entre os prontuários do hospício foi a investigação para trocas de saberes entre os médicos e diretores que por lá exerceram seu ofício e as produções intelectuais da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Gonçalves (2011: 190), ao analisar as principais teses sobre alienação mental que foram defendidas na década de 1870 (década das principais mudanças entre as fichas), demonstrou que, entre os formandos em medicina, a principal metodologia em vigor era das observações como uma forma de averiguação e até de uma complementação dos trabalhos de médicos estrangeiros. Principalmente no que diz respeito à dimensão de prognósticos, às terapêuticas e aos diagnósticos de alienados.

⁶⁰ O que também não impediria que em outros cenários melhores, a administração não se apresentasse também de forma negativa para obtenção de barganhas e ajuda do governo Imperial.

A autora chama atenção para como tais informações contribuiriam para duas de suas principais hipóteses: primeiro quanto ao “tratamento medicamentoso” no Hospício de Pedro II ser empregado no percurso em direção à cura total da alienação mental. E em segundo lugar, com relação a um comprometimento entre os médicos diretores pelo serviço sanitário do hospício no estabelecimento desse local, mais do que um “lugar de cabeça”, um “lugar de cura” (GONÇALVES, 2011: 190 – 191).

Assim, na realidade, chamamos atenção para as alterações entre a teoria e a prática. Afinal, se teoricamente no projeto inicial (e nas fichas iniciais) havia um direcionamento para importância dos medicamentos, terapias e, principalmente, para a cura; com o passar dos anos, na prática, dentro do hospício a historiografia já mostrou que a tão sonhada “cura” se mostraria um aspecto cada vez mais distante. Sendo assim, poderíamos conjecturar que um determinado abandono de campos com “remédios” e “dietas”, por exemplo, poderia ser minimamente justificado por uma adequação ao real e difícil contexto do hospício nos anos de 1870.

Gonçalves (2011: 191) no último capítulo de sua tese, no subtópico “Teses médicas defendidas nos anos 70”, também aborda os trabalhos desenvolvidos na relação entre alienação e “heranças e alianças” consanguíneas. Segundo a historiadora, essa temática permeava “praticamente todas as discussões referentes às afecções nervosas durante a década de 70”, tanto mediante um pensamento médico voltado para que determinadas heranças fossem avaliadas como um “exemplo de penetração mútua entre fisiologia e psicologia”, como de uma fenomenologia biológica que aumentaria a tipologia de cada “espécie” e por intermédio da qual os ascendentes transmitiam aos descendentes peculiaridades na aptidão e na organização.

A historiadora, inclusive, até identifica os primeiros relatos de trabalhos com referência a tese da degenerescência. Nesse sentido, a partir de tais preocupações também seria possível colocarmos em discussão hipóteses sobre como a circulação destas produções estaria de alguma forma ligada a deliberações institucionais para a criação e adesão do campo de “Filiação” e da divisão da “cor” e da “raça” durante o mesmo período. Afinal, ainda que não estivessem presentes nessas instituições, a busca por uma cientificidade ainda se mantinha e dependia totalmente do diálogo com outras instâncias e descobertas da medicina. Entretanto, a apresentação de tais associações tratar-se-ia apenas de uma grande hipótese.

Desta forma, mesmo com tais esforços, ainda não é possível afirmar com devida precisão os parâmetros epistemológicos para a determinação dos campos, sua metodologia de preenchimento e tampouco saber os critérios institucionais utilizados para os mesmos terem

sido abandonados. Também não foram localizados registros sobre qual seria o perfil mais indicado e aprovado para a escolha dos prováveis funcionários do hospício que haveriam de preencher cada ficha e muito menos se tal função utilizaria um determinado “manual” para a melhor execução da tarefa de classificar racialmente cada interno. Sendo assim, o que sabemos até o momento é que, correlacionadas ou não, certas controvérsias se fizeram presentes tanto na concepção dos prontuários efetivamente, como no desenrolar da vida cotidiana asilar da instituição.

Um caminho possível foi a análise de Schwarcz (2012: 102) para a relação entre as representações das cores e, sobretudo, de suas gradações na pele (não só no sentido de pigmentos mas em relação aos termos usados) na formação da sociedade brasileira. Sua discussão perpassa no caráter eventual de tais representações. Ao mobilizar as discussões do antropólogo Victor Turner (2005) no livro *Floresta de símbolos*, a autora também abre um espaço para este debate com relação a uma concepção interrelacional entre a anamnese e a classificação por cores no hospício. A principal contribuição de Turner e Schwarcz está na ressalva para a dimensão da emoção nos corpos humanos e da complexidade de que poderia ser uma simples experiência visual.

Mais do que isso, para Turner tratar-se-iam de classificações e clivagens cromáticas profundamente alinhadas as percepções de poder. Ou seja, em meio a um conjunto de hierarquias sociais traduzidas também nos modos de falar, nas indumentárias, nas residências, naturalidades e em como havia sido feito o requerimento de internação do indivíduo; as cores, de acordo com o antropólogo, agora acabariam por representar “experiências físicas intensificadas”. Experiências essas, que finalmente poderíamos então associar com a mobilização das categorias de “raça” e “cor” e a todo um mecanismo discursivo – altamente subjetivo – de identificação. Este por sua vez não estaria associado diretamente às cores da pele ou ao nível de mistura das mesmas, mas sim a um jogo de “diferenciação social, variável conforme o caso, na condição mais geral de não-branco” (MATTOS, 2009: 15 – 37) com o qual também poderíamos estabelecer relação com as discussões já abordadas no capítulo II. Vejamos agora, efetivamente, sem nos esquecermos do exercício constante de reflexão sobre as possibilidades de recuperação das subjetividades de cada sujeito, como a questão racial foi historicamente incorporada às dinâmicas sociais de classificação na instituição e em suas respectivas fontes.

As tabelas abaixo foram construídas a partir das informações dos prontuários/papeletas presentes nos dossiês de internação, sob a custódia do Arquivo Permanente do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira. Foram considerados os critérios

metodológicos a partir dos campos presentes nas fichas: “cor” e “raça”, juntamente com o campo de “condição social” no caso da Tabela 2. De acordo com as fontes e com a disposição arquivística e histórica de organização tanto do Centro de Documentação e Memória, como de sua tabela de consulta, quando unidos o(s) campo(s), poderiam ser preenchidos com os dois termos. Primeiro a cor, depois a raça ou quando se apresentavam separadas, cada uma em seu respectivo campo. Mesmo diante desse fato, optou-se por realizar uma amostragem a partir dos anos de 1870 (cujos campos já se encontravam separados, o que em hipótese evitaria possíveis erros com relação ao levantamento de dados), começando especificamente em 1872, ano da aplicação do censo oficial do Império e passados um ano da instauração de uma legislação que já visava uma emancipação gradual (Lei nº 2.040, assinada em 28 de setembro de 1871 e conhecida popularmente por Lei do “Ventre Livre”).

A Tabela 1 foi organizada de acordo com as informações identificadas. A “raça” na disposição vertical e a “cor” na horizontal. Dentre as cores reunidas ao longo dos anos, temos somente os seguintes termos: “branca”, “preta” e “parda” e quando não fora preenchida a relativa cor ou raça, usou-se o termo “NÃO CONSTA”. Em contrapartida (a historiografia sobre o uso da categoria “cor”) é possível notar inversamente a pluralidade das classificações de “raça”, visto que foram encontradas um total de 11 classificações que inclusive também possuem termos homônimos aos de cor, ambos preenchidos nos prontuários e conseqüentemente na tabela de consulta. Vejamos agora a distribuição dos internos por “cor” e “raça”, e em seguida por “cor” e “condição social” nos anos em questão.

Tabela 1. Distribuição Geral dos internos por COR e RAÇA, 1872 – 1888.

Cor	BRANCA	PRETA	PARDA	NÃO CONSTA
Raça				
CAUCASIANA	184	1	4	—
AMERICANA	2	—	—	—
BRANCA	5	—	—	—
AFRICANA	—	36	18	—
PRETA	—	1	—	—
PARDA	—	—	1	—
PARDA CLARA	—	—	1	—
CRUZADA	—	—	1	—
CRUZ	—	—	1	—
MISTA	—	1	14	1
NÃO CONSTA	102	16	38	13
Total	295	55	78	14

Fonte: HOSPÍCIO DE PEDRO II. Série: Internação. Subsérie: Dossiê de Internação. Arquivo Permanente. CDM – IMASNS.

No caso da Tabela 2, foi considerada somente a “cor” alinhada desta vez a categoria de “condição social”, outro campo presente nas fichas. Isso porque foram encontradas uma variedade nas nomenclaturas para o campo da “raça”, bem maior que a “cor”.

Tabela 2. Distribuição Geral dos internos por COR e CONDIÇÃO, 1872 – 1888.

Cor	PRETA	PARDA
Condição		
ESCRAVOS	10	1
LIBERTOS	12	2
LIVRES	26	63
NÃO CONSTA	7	12
Total:	55	78

Fonte: HOSPÍCIO DE PEDRO II. Série: Internação. Subsérie: Dossiê de Internação. Arquivo Permanente. CDM – IMASNS.

Logo de início, já podemos afirmar que quando nos referimos aos prontuários, não só a “cor”, mas também a “raça” parecem ter sido campos em que o interesse em seu preenchimento era grande. Dos 442 prontuários identificados entre os anos de 1872 a 1888: apenas 13 (2,94%) não constam informações, nem de “cor” e nem de “raça”, e somente em 1 caso consta informação somente da “raça” (ver na Tabela 1 “raça” Mista). Seja por questões sociais ou científicas, a primeira verificação é que no período em questão o hospício sempre teve seus olhos muito bem abertos para as classificações raciais de seus internos.

Por outro lado, os “silêncios de cor” podem não se apresentar diretamente nas fontes, mas curiosamente já foram objeto de outras interpretações historiográficas. Assim, antes de trazer quaisquer reflexões ou críticas advindas dos dados quantificados dos prontuários, é preciso dialogarmos com os debates e resultados já apresentados pela historiografia com relação as categorias de “cor”, “raça” e a população total do hospício.

Ribeiro (2016: 84 – 85), em sua análise, faz uma divisão por décadas, denominando seus gráficos metodologicamente somente com a nomenclatura de “cor”. Com relação aos anos 50, sua principal contribuição está na semelhante atenção para as preocupações dos funcionários no preenchimento deste campo específico, visto que, ao longo de toda a década, somente 7 casos não foram preenchidos. Também na exposição dos quantitativos, a distribuição foi quase de 50% de “brancos” para os outros 50% divididos entre “pretos” e “pardos” (com o número de pretos sendo quase o dobro do número de pardos), mobilizando também a categoria de “outros” para indivíduos e termos de baixa representatividade neste caso encontravam-se: 1 “cabra”, 2 “crioulas”, 2 “escuras” e 1 “morena”.

Já nos anos 60, a historiadora atenta para um crescimento no número de brancos e identifica a década como o período em que as categorias de “cor” passam a ser padronizada e

concentradas em “pretos”, “brancos” e “pardos”. Na década de 70 o crescimento de “brancos” chega aos 72% da população interna, destacando que nesta década pela primeira vez número de “pardos” supera o número de identificados como “pretos”, aspecto esse que segundo ela estaria associado a uma burocratização dos acessos ao hospício, o que reduziria o volume das entradas gratuitas, possivelmente também orientadas por certas negociações raciais.

Destaco também nesta década algumas informações referenciadas por Ribeiro, absolutamente relevantes para nosso estudo. A primeira e, sem dúvida, a mais importante é com relação a separação dos campos de “raça” e “cor”, evento esse que, segundo a historiadora, teria ocorrido coincidentemente a partir do ano de 1872, o que configuraria maior precisão a nossa análise. As outras duas referem-se a dois casos ocorridos anteriormente ao presente recorte, porém muito valiosos para a discussão que se dará alguns parágrafos mais a frente: primeiro com relação a um caso de um indivíduo em que o campo de “cor” foi considerado “branco” e na “raça” foi considerado “africana”, sem nenhum tipo de rasura em seu registro; o segundo com relação a um indivíduo que teve em seu prontuário o campo de “raça” preenchido duas vezes: uma por “americana” e outra como “índia”, mas sem informações quanto a “cor”.

Por último, nos anos 80, a historiadora termina por reafirmar que: “além da ampliação do público branco, entre os homens de cor, designados como pardos passaram a ter acesso mais facilitado que os pretos, justamente pelo lugar que ocupavam naquela sociedade” (RIBEIRO, 2016: 84 – 85). Mas sobretudo, também se coloca diante da real complexidade dos fenômenos classificatórios de cor e raça, salientando que apesar de considerar e referenciar os estudos quanto a associação de fatores sociais e redes de sociabilidades a modelos de classificação sociorracial, uma discussão mais aprofundada sobre este assunto não seria o foco de sua tese.

Já Silva (2019: 107 – 110), considerando que seu trabalho pressupõe um estudo racializado, no subtópico “As Cores da Raça”, no qual se propõe a discutir a questão das classificações, infelizmente não há uma explicação detalhada sobre seus critérios metodológicos para a distribuição das categorias a serem analisadas, visto que não fica explícito se seu levantamento considerou os campos classificatórios de todos os “não-brancos” ou não.

Seu levantamento foi de 1844 a 1888 e é representado a partir do gráfico com a nomenclatura de “Cor da pele”, onde os indivíduos encontram-se distribuídos em: “cabra” (1), “criolo” (2), “cruzada” (2), “morena” (1), “parda” (274), “preta” (499), com um destaque para a verificação das categorias: “clara” (1), “escura” (2), “parda clara” (8), “parda escura” (17) e

“preta escura” (1); totalizando cerca de 783 indivíduos nos anos de funcionamento avaliados (SILVA, 2019: 107 – 110).

Neste item, o debate – apesar de não trazer novas verificações em relação a Ribeiro e a historiografia – apresenta um importante enfoque que não podemos negligenciar, que seria o do fenômeno da escravidão enquanto fio condutor mais importante que a conceituação das categorias em si. Ou seja, a autora opta por traçar uma reflexão na qual a condição social ganha muito mais enfoque entre a argumentação desenvolvida e outras variáveis (faixa etária, gênero, etc) por ela analisada na busca por um perfil social desses internos. E ainda que também não aprofunde seu debate nesta temática de classificações especificamente, considerando toda uma admirável proposição expositiva de outros aspectos – não menos importantes – acerca da presença destes indivíduos no hospício ao longo de sua dissertação, é importante ressaltar também o formato como Silva opta discorrer sobre cada assunto.

Tratou-se de uma notável mobilização de pequenos relatos de indivíduos internos que justamente teriam sido organizados nas categorias levantadas. Estabelecidas as críticas e entendida a complexidade para a avaliação do uso de certos termos, torna-se mais prudente voltarmos nossa atenção para a presente análise e seus achados.

Para além da identificação de termos – no mínimo curiosos – como “cruz” e “cruzada” e “parda clara”, mais importante é considerarmos a existência de hierarquias entre as possibilidades de representação das tonalidades de pele. Ainda nas informações presentes nas tabelas, também chama-se atenção para algumas questões de interação entre os termos que não podem ser postas de lado.

É o caso da categoria de cor “brancos”, aparecendo quase que em sua totalidade na classificação “caucasiana”. Já os “Pardos” se apresentam mais divididos tanto entre os termos “caucasiano”, “mista”, curiosamente até na classificação “africana”. O que também chama atenção é que nas fichas muitos dos indivíduos classificados racialmente como africanos, possuíam sua naturalidade e nacionalidade descrita por “Rio de Janeiro” e “Brasileiro (a)”. O que indicaria que os critérios de classificação racial não necessariamente estariam relacionados diretamente a uma determinada localidade, mas a possíveis fenótipos – semelhantes ou mais próximos – de ideários e/ou imaginários associados a certas regionalidades mais gerais, como também é o caso dos 2 indivíduos de cor ‘branca’ classificados como “americanos”⁶¹.

⁶¹ Sobre este termo na fonte e na tabela de consulta não há qualquer informação se o mesmo neste caso estaria associado etnicamente a povos originários do Brasil ou do continente americano em geral, como no exemplo de Ribeiro; ou geograficamente a sujeitos “norte-americanos” provindos dos Estados Unidos.

Já o uso da categoria “pardo”, desde o capítulo II, tem revelado muito mais tramas se observarmos mais a fundo nas fontes. Mediante a observação das duas tabelas, podemos perceber que esta categoria se apresenta na posição de quase ausência para a “condição social” de escravizados, todavia na mesma medida torna-se perceptível um aspecto de “africanização” deste grupo com relação às distribuições de classificação da Tabela 1. E ainda com relação a essa questão do parágrafo anterior quanto às localidades *versus* classificações, o trabalho de Silva teria sinalizado que também haveria diferenciais na maneira como que os escravizados seriam classificados, em que os indivíduos africanos seriam mais identificados por seu local de origem e os escravizados brasileiros seriam mais definidos pela “cor” (SILVA, 2019: 110). Sendo assim, concedam-me um conciso “parêntese” para trazer aqui três relatos que só têm a corroborar com a premissa dos entrelaços de cor na instituição.

De início temos o relato do jovem José Rodrigues de Moraes Oliveira⁶², brasileiro de 36 anos de idade. Homem livre. Fora internado por suas irmãs na data de 22 a agosto de 1881 sob o diagnóstico de Loucura Paralítica. Classificado no campo de “raça” como “Mista”, já no campo referente à “cor” o emprego do termo “Pardo” não se apresenta sozinho, mas acompanhado de um reforçado ponto de interrogação (Pardo?). Deixando dúvidas quanto à legitimidade da aplicação deste termo a José. O que, infelizmente, não se tem dúvida é do caráter relativamente breve da trajetória desde homem no HPII, visto que 10 meses depois haveria de falecer em 03 de junho de 1882 por encefalite intertíficial [sic].

O segundo caso é o de Maria Thereza Romana do Couto Ferraz⁶³, de “cor” “Parda”, 25 anos, solteira, brasileira, carioca e livre. Não se sabe qual a “raça” ou o “diagnóstico” a ela designado quando fora remetida ao Hospício pela Santa Casa de Misericórdia no dia 01 de Março de 1882. Sabe-se apenas que ao longo dos 6 meses em que esteve na instituição, até falecer por disenteria em 3 de setembro de 1882, a única informação relevante que consta escrita nas observações médicas fora de que “A doente a que esta papeleta se refere é de cor branca”. Pondo novamente em xeque os sentidos não só dos campos nos prontuários, mas também dos termos.

Por último, temos registro de Valentim José Couto⁶⁴, 31 anos, brasileiro, solteiro e natural do Rio de Janeiro. Homem também livre, empregado público e um membro venerável

⁶² Dossiê de Internação José Rodrigues de Moraes Oliveira. HOSPÍCIO DE PEDRO II. Série: Internação. Subsérie: Dossiê de Internação. DC19,78. Prontuários 1881. Arquivo Permanente. CDM – IMASNS.

⁶³ Dossiê de Internação Maria Thereza Romana do Couto Ferraz. HOSPÍCIO DE PEDRO II. Série: Internação. Subsérie: Dossiê de Internação. DC20,49. Prontuários 1882. Arquivo Permanente. CDM – IMASNS.

⁶⁴ Dossiê de Internação Valentim José Couto. HOSPÍCIO DE PEDRO II. Série: Internação. Subsérie: Dossiê de Internação. DC20,03 – Cx.13 – Prontuários 1881. Arquivo Permanente. CDM – IMASNS.

da Ordem Terceira da Penitência. Fora internado no dia 19 de maio de 1881 na 3ª Classe, tendo seu falecimento ocorrido cerca de apenas 10 dias depois de Meningoencefalite. No campo da “raça”: caucasiano, apenas. Entretanto a surpresa é novamente quanto à “cor”, já que neste caso, constava na ficha de Valentim explicitamente a dupla informação de “Pardo e Branco”.

Além da proximidade temporal entre os eventos, o que mais esses três casos teriam em comum? Sim, as controvérsias de cor. Seja por possíveis erros de preenchimento, aparentes dúvidas quanto às classificações, retificações diretas ou informações dúbias, seria no mínimo reducionista categorizar este fenômeno como fruto do acaso ou enquanto apenas um processo histórico de miscigenação em curso. E dada à natureza absolutamente subjetiva desta discussão – que perdura até os dias atuais – a pergunta que fica é “quem”, enfim, estaria apto para definir “quem é o que” e “quem não é”? O indivíduo? Seus familiares? O *outro*? O Estado? Ou a medicina?

É neste contexto que acredito ser admissível refletirmos a partir do uso da categoria “(auto)identificação”, bem como sobre como ela está escrita. Afinal, em todos os três casos não há como estabelecermos uma ampla certeza de que as respectivas dúvidas, correções e adições não poderiam ter sido levantadas pelos próprios pacientes. E até então não há como sabermos se tais informações foram a eles perguntadas, se foram adquiridas via familiares ou por algum ofício perdido, ou quem sabe a eles simplesmente impostas seja lá por qual funcionário detentor desta função de preenchimento de fichas. Em todo caso é a partir desta triste lacuna, e mediante o uso intencional deste termo que também é plausível abrir determinado espaço para maiores considerações quanto a uma perspectiva de agenciamento no que diz respeito às experiências dos alienados.

Também é preciso ressaltar que a forma como este termo é pensado aqui não se aproxima das noções, concepções ou pesquisas acionadas nas diretrizes sociorraciais contemporâneas de autodeclaração. Ao passo de que, se tais diretrizes (dispostas em políticas públicas de ações afirmativas, determinados concursos públicos, e censos em geral) encontram-se bem mais delimitadas, não só no sentido de expressarem um compromisso com um legado “mal resolvido” de oportunidades e privilégios negados a população afrodescendente brasileira dadas a mazelas e reverberações do período escravista, mas, sobretudo, por também por considerarem os critérios de heteroatribuição (PETRUCCELLI, 2013: 44).

Ou seja, diferentemente das pesquisas contemporâneas em que há possibilidade de escolha de uma dupla subjetividade (a do próprio indivíduo e a do observador externo) (OSÓRIO, 2003: 13) nesta pesquisa histórica onde nem todas as subjetividades puderam ser

recuperadas, propõe-se o uso dos parênteses enquanto uma provocação retórica e metodológica, tanto por que acreditar que tal questão encontrar-se ainda “em aberto” e passível de formulações de hipóteses, quanto por considerar que neste contexto específico necessariamente esta lacuna não é capaz de limitar todas as possibilidades de avaliação e promoção de novos questionamentos.

Todavia o que, de fato, está muito bem delimitado nos exemplos de José, Maria Thereza e Valentim é que o termo *pardo* parece ganhar uma dupla finalidade. Independente dos caminhos a serem percorridos antes da instituição como vimos no capítulo II, uma vez dentro do hospício tal categoria parece assumir então – para forros e livres possivelmente “não-brancos” – tanto um distanciamento do espectro da condição de cativo, como um movimento de aproximação cada vez maior para o “ser branco” e que, definitivamente, não devemos ignorar. Afinal, conforme a discussão de Mattos, o que estava por ocorrer era um processo de inserção de pretos e pardos “no mundo dos livres, que não é mais monopólio dos brancos, mesmo que o qualitativo “negro” continue enquanto sinônimo” de escravizado neste período (MATTOS, 1995: 99).

No mais, vimos que neste item foi proposta uma discussão maior com relação à quais formas as categorias “cor” e “raça” assumiram nos prontuários de internação do HPII. Para tanto, começamos pela análise das modificações da fonte e seus campos ao longo das décadas e como esse aspecto dialoga historicamente com a temática central. Depois se argumentou quanto a determinadas contradições em certos perfis sociais de “cor” e “raça” até então pouco questionados pela historiografia, dentre elas podemos enumerar: a questão no preenchimento das fichas com enfoque para a diversidade de termos no campo da “raça” até a seu total abandono; e no aprofundamento dos exemplos de complexidade para o termo “pardo”, debate esse iniciado desde o capítulo II e que agora se traduz tanto ambiguidades, como hierarquias nos padrões aos quais os indivíduos eram classificados, narrados e representados.

Por fim, promover uma discussão quanto ao entendimento de um processo de construção linguística/social na classificação dos alienados se restringindo não só aos olhares dos médicos, mas interligado a outros sujeitos, ambiências, camadas e questões sociais acabou por se revelar muito mais complexo do que parece. Todavia, é possível tornar essa complexidade ainda mais fecunda, no sentido de discussões, se adicionarmos alguns outros aspectos transversais aos debates de “cor” e “raça”. Desta forma, proponho agora como pode ser desenvolvida essa adição quando relacionada às questões das curas e mortes entre os internos.

3.2.2 Entre Curas e Mortes:

Sejam meses. Sejam dias. Ainda com relação às “narrativas dos pardos”, outro aspecto que chama atenção, são – infelizmente – as brevíssimas jornadas de cada um deles dentro do Pedro II até seu falecimento. Ou seja, se desde o início adota-se uma abordagem voltada para o respeito às trajetórias dos indivíduos, considerar o panorama das mortes entre os motivos de saída, também está entre os aspectos mais importantes se quisermos questionar ainda mais os perfis sociorraciais presentes na instituição. Partimos então para o próximo exemplo.

Ao tomarmos por base a Tabela 3, logo abaixo, referente a parte dos estudos de Gonçalves (2011: 53) em um levantamento de dados a partir dos Relatórios Ministeriais do Império presentes no Arquivo Nacional, a percepção quanto à movimentação geral dos pacientes no que tange aos falecimentos nas décadas de 1870 e 1880 por exemplo, já é relatada como desigual perante as “saídas”. Situação essa que se perdurará ao longo de quase toda a década e até o fim do século, salvo o biênio de 1877 / 1878 em que a contagem de falecimentos é inferior as saídas mesmo se mantendo com considerável proximidade.

Tabela 3. Movimentação Geral dos internos, década de 1870.

ANO	EXISTIAM	ENTRARAM	SAÍRAM	FALECERAM	EXISTEM
1869 – 1870	300	76	47	30	299
1871 – 1872	307	92	49	51	293 ⁶⁵
1873 – 1874	300	88	35	59	294
1875 – 1876	289	76	24	42	299
1877 – 1878	323	68	29	28	334
1879 – 1880	351	89	26	51	363

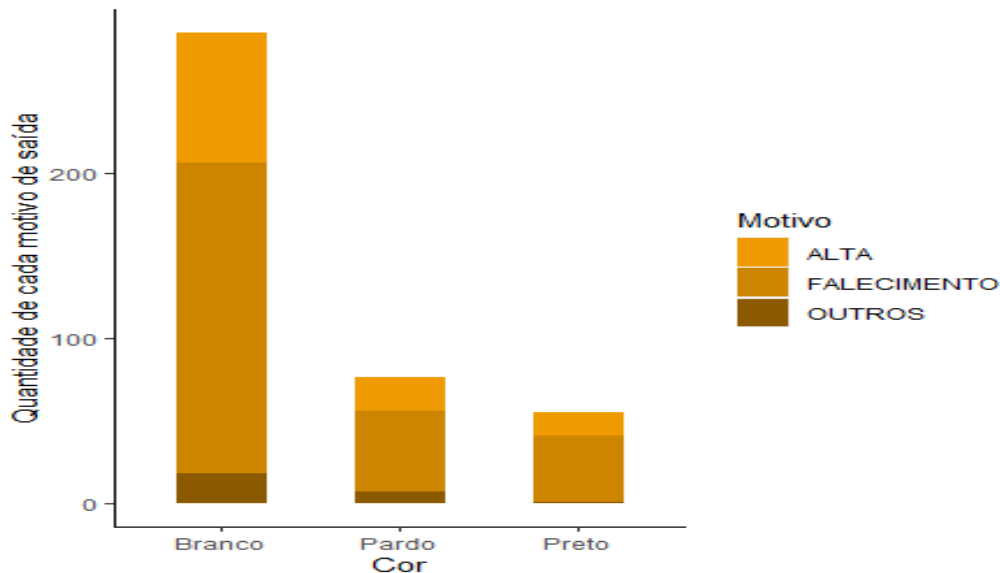
Fonte: ARQUIVO NACIONAL. Série Saúde/Ministério do Império. Maços IS 3 7, IS 3 8 e IS 3 9. GONÇALVES, 2011: 53.

Discutiremos agora os dados levantados para a presente pesquisa, considerando os diferentes “motivos de saída”, avaliados mediante as classificações de “cor” e “condição social”. Entre os dados, foram identificados 4 motivos de saída: altas, falecimentos, transferências e evasão. Desta vez, o termo “NÃO CONSTA” não foi considerado pois matematicamente não faria parte de um total nesta avaliação, justamente por se tratar da representação da “ausência de informações”.

⁶⁵ O resultado da operação deveria ser o valor de 299 internos.

Nesse sentido, cabem aqui duas observações: a primeira é que para uma facilitação das possíveis diferenciações foram estruturados dois gráficos, um em valores totais (Gráfico 1) e outro em proporcionais (Gráfico 2); segundo, é que dada a baixíssima quantidade⁶⁶ de transferências e evasões, as duas classificações foram agrupadas na categoria “outros”.

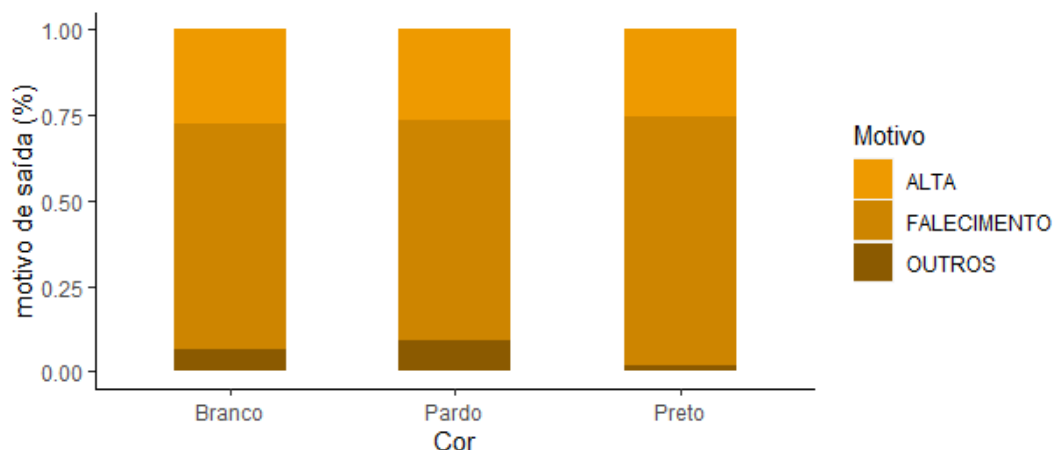
Gráfico 1. Quadro Geral dos “Motivos de Saída” por COR, 1872 – 1888.



Fonte: HOSPÍCIO DE PEDRO II. Série: Internação. Subsérie: Dossiê de Internação. Arquivo Permanente. CDM – IMASNS. Autor: TOVAR, Lucas Rodrigues.

Vejam agora o que acontece ao reorganizarmos as escalas, considerando os resultados a partir das porcentagens de cada um.

Gráfico 2. Quadro Geral dos “Motivos de Saída” por COR, 1872 – 1888.



Fonte: HOSPÍCIO DE PEDRO II. Série: Internação. Subsérie: Dossiê de Internação. Arquivo Permanente. CDM – IMASNS. Autor: TOVAR, Lucas Rodrigues.

⁶⁶ *Pardos Livres: 2 não constam o “Motivo de Saída”

Transferências: 1 Preto (escravo); 4 Pardos (2 livres; 2 Não constam condição).

Evasões: 3 Pardos.

Já é sabido que a questão da distribuição racial dos motivos de internação no Hospício de Pedro II, de fato, não é um aspecto relativamente novo a ser analisado. A grande questão apresentada pelos Gráficos 1 e 2 é a equivalência na proporcionalidade dos motivos de saída, principalmente nos falecimentos.

Ou seja, para além de pensarmos uma avaliação voltada para um primeiro quantitativo total – podendo gerar observações relativamente rasas, visto que os números totais são muito desiguais – ao tomarmos as análises via proporcionalidade dos dados entre “brancos”, “pretos” e “pardos”, em representação percentual, o que revela-se na realidade é uma equivalência entre as altas e falecimentos nos três grupos classificatórios.

No caso das tabelas abaixo, foram construídas a partir dos dados das altas e falecimentos, entre as classificações de cor “preta” e “parda”, e avaliadas por “condição” social.

Ressalto que para evitar possíveis confusões analíticas, o critério pensado para construção das duas tabelas é o de distribuição dos “motivos de saída” entre “pretos” e “pardos”. Ou seja, com exceção das transferências e evasões, o total (100%) em cada tabela equivale a soma do total de pretos e pardos em cada um dos motivos: altas (Tabela 4) e falecimentos (Tabelas 5). O que explicaria a ausência dos indivíduos da categoria “branco” das duas tabelas, afinal mais do que saber qual dos grupos e “motivos de saída” apresentam maior quantitativo total (o que pelos gráficos, os falecimentos já se mostrariam evidentes), mas sim entender melhor como estiveram distribuídos os grupos de pretos e pardos (escravos, livres e libertos) entre estes dois respectivos motivos.

Tabela 4. Distribuição do número de ALTAS por COR e CONDIÇÃO entre Pretos e Pardos (%), 1872 – 1888.

ALTAS	PRETOS	PARDOS
ESCRAVOS	5 (35,71 %)	1 (5 %)
LIBERTOS	2 (14,28 %)	1 (5 %)
LIVRES	6 (42,85 %)	16 (80 %)
NÃO CONSTA	1 (7,14 %)	2 (10 %)
Total de Altas:	14 (100 %)	20 (100 %)

Fonte: HOSPÍCIO DE PEDRO II. Série: Internação. Subsérie: Dossiê de Internação. Arquivo Permanente. CDM – IMASNS.

Tabela 5. Distribuição do número de FALECIMENTOS por COR e CONDIÇÃO entre Pretos e Pardos (%), 1872 – 1888.

FALECIMENTOS	PRETOS	PARDOS
ESCRAVOS	4 (10 %)	–
LIBERTOS	10 (25 %)	1 (2,04 %)
LIVRES	20 (50 %)	39 (79,59 %)
NÃO CONSTA	6 (15 %)	9 (18,36 %)
Total de Falecimentos:	40 (100 %)	49 (100 %)

Fonte: HOSPÍCIO DE PEDRO II. Série: Internação. Subsérie: Dossiê de Internação. Arquivo Permanente. CDM – IMASNS.

Primeiro é preciso ressaltar que desta vez foi utilizada a categoria de “NÃO CONSTA” para a “condição social”, ao considerar um número relativamente grande entre pretos e pardos entre as “altas” e “falecimentos” que não possuíam registro de sua condição (18 indivíduos). Já com relação ao restante da distribuição nas Tabelas 4 e 5, o que pode ser verificado foi que para além dos números de falecimentos⁶⁷, de fato, superiores aos números de altas; foi a ênfase para os números bastante superiores entre os livres, seguidos dos libertos (principalmente entre os pardos). Importante também situar a posição dos escravizados nessa leitura, que no caso dos pretos, as altas estiveram em maior número do que os falecimentos. Indo ao encontro a esses dados temos a discussão realizada por Silva (2019), em que um de seus principais argumentos está na maior vulnerabilidade social do “negro livre”, visto que esse seria o grupo dentre pretos e pardos mais presente numericamente nas enfermarias destinadas a “pobres” e “indigentes”. Segundo a autora, este grupo seria o menos resguardado por redes de sociabilidades (familiares, irmandades, benfeitores) e portanto o alvo principal tanto das alforrias “com segundas intenções”⁶⁸ como das ações políticas/policiais (como o caso de Francisco Cabiúna, mencionado no início do capítulo).

Já nos dados levantados por Ribeiro, as análises sugerem que o número de altas entre os escravos permaneceu superior aos libertos ao longo de todas as quatro décadas de funcionamento do hospício. Para a historiadora, até o uso do conceito de “altas” já poderia ser problematizado, afinal não havia um campo específico para a sua descrição.

⁶⁷ De acordo com Silva entre as principais causas de falecimento entre a população negra (pretos e pardos) nos anos de funcionamento do Hospício de Pedro II estavam: lesões cerebrais (44) e desintéria (42), seguidas por tuberculose pulmonar (24), paralisia (22), cólera (21), marasmo (17), lesões no coração (16) e febre (10). Ver SILVA, 2019: 154.

⁶⁸ Motivadas pela desoneração do custeio do tratamento e/ou mediante o quadro de velhice do sujeito escravizado.

O curioso é que apesar de estabelecer uma crítica, ao longo da narrativa da autora as mesmas ainda poderiam ser divididas em três grandes grupos: “altas por cura”, “altas sem alienação”, e “altas a pedido”, revelando a importante constatação que as altas não necessariamente representariam um sinônimo para cura (RIBEIRO, 2016: 213). No caso da presente análise tal categoria foi concebida justamente por seu uso em copiosidade no campo de observações (ver modelos de fichas) e por sua adesão na tabela de consulta do Arquivo Permanente do Centro de Documentação e Memória do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira (CDM – IMASNS).

Dito isso, para alcançarmos um debate quanto às altas e mortalidades de forma mais ampla, acredito que também seja necessário adentrarmos as classificações entre as “classes”, que se referiam ao tipo de acomodações para a internação. Afinal, desde o estabelecimento do Regimento Interno de 1852⁶⁹ diferenciações não só de acomodações, mas também da alimentação e das terapêuticas empregadas já eram dadas a partir das classes⁷⁰. Prestemos atenção nos próximos questionamentos, para que mais aspectos possam ser desvelados.

Por exemplo, análises como as de Engel (2001: 224), destacam que fossem “(...) escravos, libertos ou livres, o alvo prioritário do projeto médico de encerrar a loucura num estabelecimento para alienados voltava-se para a população pobre e miserável”, cuja internação era majoritariamente para a classe dos “indigentes” e que, por sua vez, haveria de ser classificada como “pretos” ou “pardos”. Logo, já entramos em contraste com esta afirmação, conforme é possível averiguar na tabela abaixo, já que mesmo que o maior quantitativo de “pretos” e “pardos” esteja na classe “indigentes”, a grande maioria nesse número de indigentes foi justamente classificada como “branca”.

Novamente para uma percepção mais ampla foram construídas duas tabelas (6 e 7). A primeira considerando a “cor” como eixo principal, em que o foco é perceber sua distribuição por entre as classes, e a referência para o total (100%) para cor está localizado ao fim da mesma tabela, na horizontal. Já na segunda, a “classe” foi apresentada enquanto o eixo principal, para também percebermos as distribuições sociorraciais em cada uma das classes, no qual cada total (100%) para cada classe está localizado na última coluna à direita.

⁶⁹ Inclusive no Regimento do Hospital da Santa Casa da Misericórdia, igualmente do ano de 1852, também apresenta diferenciações de acomodações similares: 1ª, 2ª e 3ª classe. (PIMENTA, 2003: 161)

⁷⁰ BRASIL. *Regimento Interno do Hospício de Pedro II*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1852. Arquivo Nacional – Série Saúde.

Tabela 6. Distribuição Geral dos internos por COR e CLASSE (%), 1872 – 1888.

Cor	BRANCA	PRETA	PARDA ⁷¹
Classe			
1ª CLASSE	18 (6,1 %)	–	–
2ª CLASSE	28 (9,6 %)	1 (1,81 %)	3 (3,94 %)
3ª CLASSE	40 (13,5 %)	10 (18,18 %)	4 (5,26 %)
4ª CLASSE	4 (1,35 %)	–	–
PROVÍNCIA	29 (9,83 %)	7 (12,72 %)	12 (15,78 %)
MILITAR	8 (2,71 %)	–	9 (11,84 %)
EXÉRCITO	2 (0,67 %)	–	–
ARMADA	1 (0,03 %)	–	–
POBRE	22 (7,45 %)	5 (9,09 %)	6 (7,89 %)
INDIGENTE ⁷²	143 (48,47 %)	32 (58,18 %)	42 (55,26 %)
Total:	295 (100%)	55 (100%)	76 (100%)

Fonte: HOSPÍCIO DE PEDRO II. Série: Internação. Subsérie: Dossiê de Internação. Arquivo Permanente. CDM – IMASNS.

No caso da Tabela 7, foi considerado o total de cada classe e a porcentagem foi feita entre cada cor, separadamente.

Tabela 7. Distribuição Geral dos internos por CLASSE e COR (%), 1872 – 1888

Cor	BRANCA	PRETA	PARDA	Total:
Classe				
1ª CLASSE	18 (100%)	–	–	18 (100%)
2ª CLASSE	28 (87,5 %)	1 (3,13 %)	3 (9,37 %)	32 (100%)
3ª CLASSE	40 (74,07 %)	10 (18,52 %)	4 (7,40 %)	54 (100%)
4ª CLASSE	4 (100%)	–	–	4 (100%)
PROVÍNCIA	29 (60,42 %)	7 (14,58 %)	12 (25 %)	48 (100%)
MILITAR	8 (47,05 %)	–	9 (52,05 %)	17 (100%)
EXÉRCITO	2 (100%)	–	–	2 (100%)
ARMADA	1 (100%)	–	–	1 (100%)
POBRE	22 (66,66 %)	5 (15,15 %)	6 (18,18 %)	33 (100%)
INDIGENTE	143 (65,89 %)	32 (14,74 %)	42 (19,35 %)	217 (100%)

Fonte: HOSPÍCIO DE PEDRO II. Série: Internação. Subsérie: Dossiê de Internação. Arquivo Permanente. CDM – IMASNS.

⁷¹ Foram excluídos 2 pardos do total por não constarem informações de classe.

⁷² Há também total de 10 indivíduos cuja a informação de cor “NÃO CONSTA”, mas que deram entrada na classe dos “indigentes.” Outros 4 indivíduos também não possuem registro de cor e encontravam-se divididos entre as classes: 1ª, 3ª, “militar” e “pobre”.

Os resultados diretos, que numericamente já entram em discordância com o trabalho de Engel, com a verificação de uma distribuição entre “brancos” justamente na classe dos “indigentes” e chegando aos 65% do total de indivíduos nesta classe. Também chama-se a atenção na Tabela 7 para o quantitativo da classe “militar” em que os “pardos”, apesar da proximidade numérica com os “brancos”, estavam em maioria.

É importante mencionar, analisando a Tabela 6, que os “pretos” e “pardos” estavam distribuídos para além da classe dos “indigentes”, que em um segundo lugar respectivamente, se encontrariam na “3º classe” (“pretos”, 18,18% – 10 indivíduos) e na dos advindos de fora da corte, em “província” (“pardos”, 15,78% – 12).

Decerto que também já foram desenvolvidos outros trabalhos que vão ao encontro de tais dados, que, por intermédio dos prontuários e perfis, chegaram as conclusões de que a mobilidade de pacientes de diferentes condições sociais entre as classes – por conta de dificuldades no pagamento, por exemplo – era uma dinâmica muito bem estabelecida (RIBEIRO, 2016). E ainda que não me caiba avaliar neste momento, caso a caso, as formas pelas quais estavam sendo administradas as condições de acomodações e os cuidados para os indivíduos, podemos considerar a partir das divisões de classe, que: melhores as acomodações para descanso privado, refeições mais ricas e nutritivas e terapêuticas mais diversas, tratar-se-iam também de aspectos de saúde – minimamente – adequados se quiséssemos avaliar probabilidades maiores de altas e de uma relativa cura a ser alcançada.

O mais importante a ser demonstrado é que, por essa lógica inicial, poderíamos relacionar então diretamente o maior número de “curas” para os indivíduos das classes mais altas. E se observássemos os dados presentes no Gráfico 1, somente em valores absolutos, essa premissa acabaria por ser ainda mais reforçada, dado o maior contingente de brancos internados.

Porém ao reorganizarmos as escalas no Gráfico 2, considerando as representações dos resultados a partir das porcentagens de cada um, as distinções dos números das médias de “falecimentos” e “altas” entre cada um dos grupos de indivíduos de “cor” se mostram bem próximas, revelando novamente – agora com relação às mortes – questões escondidas por detrás de um determinado dado.

A partir das porcentagens é notório que brancos, pretos e pardos estavam morrendo em proporções quase semelhantes, independentemente, das controvérsias historiográficas junto aos perfis majoritários de internos e tampouco da distribuição nas classes e suas respectivas acomodações.

Ou seja, mais do que explicitar uma estatística, a mesma a ser totalmente desacompanhada de outros eixos de discussão (até da própria historiografia) ou que

minimamente não dialogue com outras estatísticas e de outros dados, acaba por nos direcionar a caminhos errôneos nas interpretações de um determinado cenário. No entanto, para considerarmos uma real interrelação entre a “condição social”, as classificações de “cor” e as experiências de internação torna-se necessário adicionarmos mais aspectos nesta discussão: as justificativas para as internações e a sua relação com as questões para o trabalho.

3.2.3 O tempo de internação

Primeiro pondera-se que, se por um lado a lógica do sistema escravista tende a considerar a exploração da força de trabalho por intermédio da violência coercitiva, concebia-se, então, a condição de “escravo” enquanto um bem e, por consequência, possuidor de valor de troca. Sendo assim, realmente haveria de ser vantajoso – tanto no âmbito de uma manutenção, quanto no de recuperação – o senhor despender então gastos excedentes, não previstos, com despesas específicas para o tratamento de alienações mentais de seu escravizado, assim como também ocorria em outras dimensões de saúde do corpo.

Nesse sentido é importante considerarmos o iminente fim do sistema escravista viabilizado pelo contexto de bloqueio nas vias de reprodução – tanto endógena, quanto exógena – de sujeitos a serem escravizados, por conta de legislações como a de extinção do tráfico atlântico e do “ventre livre”. Desse modo, talvez seja possível conjecturarmos que, de fato, fosse então mais vantajoso ao senhor prezar pela manutenção da vida útil de seu escravo. No caso de uma moléstia dos nervos, nada mais adequado do que, então, pagar por serviços de saúde em uma instituição dedicada especificamente ao tratamento de tais males.

E entendida essa questão, a partir dos trabalhos de Chalhoub (1990), é possível também sabermos que entre 1850 e 1870, houvera no Rio de Janeiro um grande movimento de venda de escravizados das áreas urbanas para as rurais, por parte dos grandes proprietários e comerciantes, sobretudo, motivados por interesses econômicos e pelo medo de insurreições na cidade. Nesse movimento de venda de escravos para as áreas rurais, provavelmente, na cidade acabariam por restar e se destacar os senhores caracterizados agora enquanto sujeitos pobres.

E tanto o regimento interno do Hospital da Santa Casa de Misericórdia (PIMENTA, 2003: 153) como do Hospício de Pedro II, ambos de 1852, já evidenciam uma definição de sujeito “pobre”, voltada para aqueles que só seriam aceitos gratuitamente caso fossem “*1º As pessoas indigentes; 2º Os escravos de senhores que não possuíssem mais de um escravo, sem meios de pagar a despeza do seu tratamento e curativo*”, conforme o Art. 5º.

Neste caso, assim como a questão das “altas”, o significado de pobre poderia também abarcar muitas facetas. Segundo Pimenta e Barreto, este termo deve ser analisado em cada

contexto: de indivíduos – com ou sem escravos – que não possuem meios para pagamento de um facultativo clínico; passando por donos de apenas um escravo; até sujeitos com escassas posses (BARRETO; PIMENTA, 2013: 80). Em outros casos mais distantes, como no Asilo de Alienados da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, os escravizados por vezes poderiam ser usados justamente como “moedas de troca” para o pagamento e obtenção de uma internação (LORENZO, 2007: 85).

Também é importante para esta pesquisa, esclarecermos a diferença conceitual entre os termos “pobre” e “indigente”. Afinal, ao contrário de um indivíduo “pobre”, o “indigente” segundo Ribeiro, seria aquele que neste período mais se aproximaria de uma classificação e de uma “percepção muito mais ampla que o sentido puramente econômico da pobreza” e bem distante de um ideário de “indigência” do século XX fortemente relacionado à miséria extrema ou à ausência de uma moradia fixa (RIBEIRO, 2016: 71).

Pois bem, retomando a questão dos escravizados de senhores pobres, para Chalhoub estes seriam detentores de grande mobilidade nas ruas, já que desempenhavam ofícios variados como: de domésticas, barbeiros, vendedores e até empregados como assalariados, acabando por então contribuir diretamente na subsistência de seus senhores. Desta forma, pensar quanto ao sentido das internações de escravos no Hospício de Pedro II pode ser justificado então, tanto nas obrigações cristãs como também nas expectativas legítimas de restauração na situação de sua saúde, para que o determinado escravizado pudesse então retornar a sua produtividade (RIBEIRO, 2016: 190). Isso também pode ser corroborado mediante o levantamento de Ribeiro para as internações de escravizados em todas as décadas de funcionamento do Pedro II (até 1888), em que dos 179 senhores verificados, somente em 6 houve o requerimento de internação de mais de um escravizado (RIBEIRO, 2016: 237 – 241). Assim, entendida a dialética nas possíveis motivações para internações de escravizados, o aspecto que quero trazer para esta discussão é o do seu trabalho em si.

Em meio às concepções modernas em geral, o homem deveria estar intensamente inserido na lógica dignificante de trabalho, sobretudo o negro, e nem estou entrando nos méritos das profissões desempenhadas pelos internos. Nas palavras do médico Teixeira de Souza, na publicação de 1888 do *Brazil-Médico* (SOUZA, 1888: 150), conforme citado por Engel (2001: 227): “entre os loucos, como em qualquer outro grupo de homens, é o trabalho condição de moralidade e ordem”. Ou seja, cativo ou não, é na interrupção do labor que se dá o ponto de interseção entre as variáveis de cor, condição social e as vivências de internação.

Trabalhos anteriores, como o de Ribeiro (2016: 172 – 175), avaliaram o tempo médio das internações em cada uma das quatro décadas de funcionamento, sem recortes de gênero e cor,

e dividindo a partir do “tempo” em oito grupos: (1) até 15 dias; (2) de 15 a 30 dias; (3) de 1 a 6 meses; (4) de 6 meses a 1 ano; (5) de 1 a 3 anos; (6) de 3 a 10 anos; (7) acima de 10 anos; (8) não identificado. Neste estudo chegou-se a conclusão que em todas as décadas avaliadas o tempo médio das internações que se mostrou mais frequente entre os internos foi de 1 a 6 meses, chegando ao resultado de que essa média de tempo representaria cerca de 30% do total durante a década de 1870 e 28% na de 1880 entre as internações.

No mais recente trabalho sobre a temática, a metodologia de análise adotada por Silva, considera um recorte de gênero e cor, porém a mesma não acrescenta o tempo médio de estadia em suas análises, tampouco divide em décadas. Em seu estudo, a historiadora opta por estabelecer as diferenciações de gênero a partir de duas listas, dividindo os resultados das análises para “homens” e “mulheres” igualmente: com oito itens em cada lista (condição social, faixa etária, profissões; classe; requerentes; estado civil; altas e mortes; origem) (SILVA, 2019).

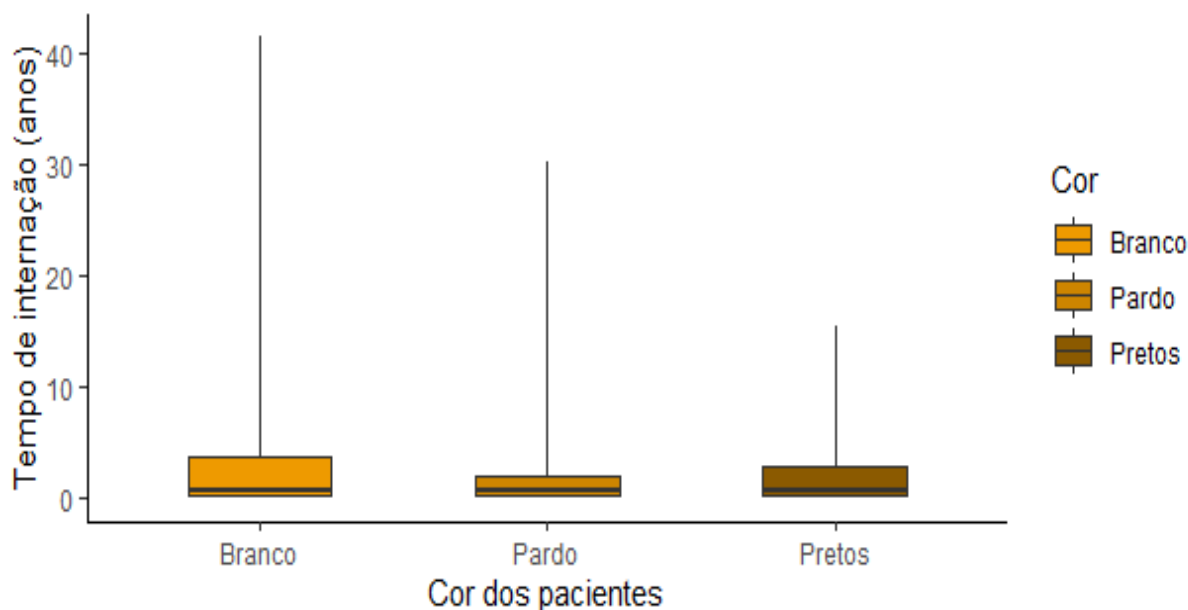
Mas, afinal de contas, mesmo com esses dois importantes trabalhos e verificações ainda é possível conceber hiatos dentro das lógicas de produtividade para o trabalho? Como estaria distribuído esse fenômeno das internações ao dialogarmos com uma abordagem direcionada para a suspensão da exploração da força de trabalho? Assim, a questão central aqui é avaliarmos o tempo de internação, como eixo principal para percepção de uma interrupção das jornadas de trabalho. Sem de forma alguma nos encaminharmos para uma análise dos dados voltada para esse aspecto do labor sozinho e, sim estabelecendo interrelações com as perspectivas de “cor” e outras variáveis, como questão do “gênero”, muito presente também em verificações do segundo capítulo.

Novamente, pretende-se problematizar a mobilização de dados estatísticos. Para este exemplo e questionamento final, mobilizaram-se as “datas de entrada” e as “datas de saída” presentes tanto nos prontuários como na tabela de consulta *Excel* disponibilizada pelo arquivo, para calcularmos a média de tempo de internação. Segue abaixo os gráficos referentes as médias do tempo de internação em conjunto com as classificações de cores dos internos (Gráfico 3). Também alinhamos esses dados a uma variável quanto ao recorte de gênero (Gráfico 4), afinal, no que diz respeito ao mundo do trabalho, as mulheres identificadas na sociedade como “pretas” e “pardas”, quer fossem escravizadas, libertas e livres, não estavam de forma alguma isentas dessa lógica.

Para a melhor exposição e esclarecimento de cada um dos dados optou-se por uma representação logarítmica (em anos) para o Gráfico 4, a partir do software de estatística RStudio. Também é preciso ressaltar que as avaliações realizadas neste programa não

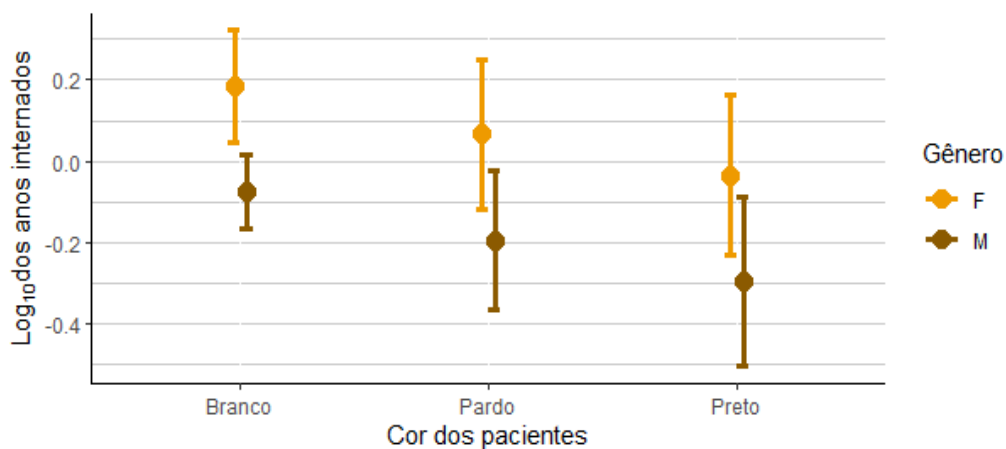
permitiam a estruturação estatística com muitas variáveis, o que afetaria a confiabilidade da estatística e a densidade da avaliação, fato esse que explica a ausência da categoria “condição social” nesta análise. Em todo caso, mesmo diante disso, acredito que é necessário refletirmos e conferirmos devida importância para a questão de uma interrupção do trabalho também voltada para indivíduos livres e libertos.

Gráfico 3. Média quanto ao TEMPO DE INTERNAÇÃO por COR, 1872 – 1888.



Fonte: HOSPÍCIO DE PEDRO II. Série: Internação. Subsérie: Dossiê de Internação. Arquivo Permanente. CDM – IMASNS. Autor: TOVAR, Lucas Rodrigues.

Gráfico 4. Média quanto ao TEMPO DE INTERNAÇÃO por COR e GÊNERO, 1872 – 1888.



Fonte: HOSPÍCIO DE PEDRO II. Série: Internação. Subsérie: Dossiê de Internação. Arquivo Permanente. CDM – IMASNS. Autor: TOVAR, Lucas Rodrigues.

O resultado acabou por se apresentar em um panorama mais diversificado do que inicialmente se poderia imaginar nos dois primeiros exemplos. Apesar das médias também serem proporcionais aos valores absolutos, foi percebido que o maior tempo de internação esteve ligado, justamente, aos sujeitos “brancos”. A partir do segundo gráfico, como principais resultados, temos as mulheres brancas e pardas com a maior média do tempo de internação, o que podemos associar ao aspecto da lógica de trabalho contínuo e diário ter sido menos aplicada a estes dois grupos e/ou conferir hipótese a ser comprovada em trabalhos futuros com base em uma linha argumentativa que concebe estratégias e/ou negociações de saída sendo mais dificultosas quanto se tratam de mulheres. Ressalta-se também a curiosa proximidade entre a média de tempo das mulheres pretas como os homens brancos.

No caso dos “pardos”, apesar de possuírem um quantitativo total superior aos dos sujeitos “pretos”, seu tempo médio de internação como grupo é menor. O curioso é que após a separação por gênero, os homens pretos se apresentam como o grupo com o menor tempo médio de internação, isso na realidade poderia sugerir, inicialmente, que esse grupo seria justamente o detentor das maiores “pressões” exteriores para o retorno a produtividade no trabalho ou o grupo social específico que mais estaria vindo a óbito – conforme os dados anteriores de “altas” e “falecimentos” – devido ao pouco tempo no hospício.

Assim, esse exercício de análise serviu para mostrar o quão complexas podem ser as distribuições entre as categorias de “cor” e “raça”, se transpassarmos as cortinas de uma simples “quantificação ilusória” e irmos mais além do que as informações gerais nos apresentam de início.

Os dados precisam ser problematizados entre si, entre as informações e as nuances das palavras, nos entredizeres contidos em cada fonte. O recurso e a perspectiva das narrativas é aqui outro elemento analítico central para trançar os argumentos de cada tema e de cada trama. Perspectiva essa que sem dúvida tem sido norteadora para também conceber as transformações sociorraciais em andamento no hospício. Presente em diversos eixos de toda a dissertação, neste último não seria diferente. Permitam-me então concluir este capítulo trazendo uma última história.

Durante o verão de 1875, fora internado no dia 3 de março um homem solteiro com cerca de 30 anos identificado como João⁷³. Brasileiro. Cor preta. Teve sua raça registrada como africano. Nascido na cidade do Rio de Janeiro, João fora escravizado por Cândido José de Araujo Viana, um nome aparentemente desconhecido até nos remetermos ao seu título de

⁷³ Dossiê de Internação João. HOSPÍCIO DE PEDRO II . Série: Internação. Subsérie: Dossiê de Internação. – DC17,71. Arquivo Permanente. CDM – IMASNS.

Marquês de Sapucaí. Pois bem, seguindo com a história de João, pois o foco neste momento não está no Marquês – falecido cerca de dois meses antes do fato ocorrido –, muito menos no análogo e famoso logadouro dos dias atuais, mas, sim em Anna Vieira de Castro de Araujo Vianna, sua esposa e a pessoa cuja internação se refere.

De 1875 a 1888, foram cerca de 13 – longos – anos para o sujeito diagnosticado com “mania em forma depressiva”. Contudo um “final feliz” não é a direção para a qual esse relato se encaminha. Entre as observações de internação, consta a concisa nota *“por efeito do decreto nº 3.353 de 13 de maio de 1888 passou para a classe de indigente vide o livro 4º fl. 60 nº 3315”*. Abandono. E o problema, como já disse a historiografia, não é mais do senhor. O problema agora é do Estado (RIBEIRO, 2016 e SILVA, 2019). Não há aqui maniqueísmos, mas impasses; oposições e paradoxos que permanecem em tensão imanente ao quadro. Porém, só de permanecer vivo durante todos esses anos, o local da plenitude da resistência já fora alcançado.

24 de julho 1890: data do último registro de João no hospício até ser transferido para a colônia na Ilha do Governador. 15 anos ao total. Destino incerto. Destino esquecido. História esquecida. Até agora. Vão-se os escravos, resta a loucura por dentro e a pele negra por fora. Vão-se hospícios, resta a memória.

E apesar de numerosas as narrativas, como a descrita acima, ou das discussões do segundo capítulo indicarem as existências de determinadas suspeições perniciosas no diálogo entre a loucura e a liberdade – aspecto esse absolutamente importante e que jamais deve ser negligenciado – é por intermédio de uma revisão quanto aos debates e caminhos historiográficos que foram percorridos em cada um dos argumentos até aqui levantados e, com o exercício de leitura e reflexão minuciosa das fontes, suas naturezas e, sobretudo, de suas possibilidades, que opto por concluir este capítulo, seguindo o exemplo do historiador Sidney Chalhoub. Dando enfoque para o alerta quanto ao que podemos chamar de “suspeição generalizada” (CHALHOUB, 2017), ou seja, apesar de tudo, como historiador, como um profissional em constante reflexão, eu de fato também não creio que todos os médicos ou autoridades que até o momento foram postas em questão tiveram suas motivações totalmente alicerçadas em pilares essencialmente maléficos ou calculistas. Muitos atuaram no que acreditavam ser, de fato, o melhor para a sanidade mental de seus pacientes.

Nesse sentido, o presente debate se encaminha agora para a construção novamente de uma breve síntese dos argumentos apresentados e uma revisão dos principais eixos e verificações discutidos ao longo de todo o capítulo.

Como ponto de partida começamos com uma breve contextualização histórica, dialogando junto historiografia, acerca das espacialidades e temporalidades em questão; na busca pela a imersão do leitor agora para dentro do hospício. Nos panoramas históricos – institucionais e urbanos – que por vezes atravessariam nossas reflexões.

Em seguida, assim como no capítulo II, procurou-se situar o leitor sobre em quais parâmetros metodológicos as discussões propostas estão inseridas e como foram desenvolvidas, principalmente no que diz respeito a mobilização e a avaliação dos prontuários como fonte principal.

Por fim, foi traçado um exercício de análise que se dividiu em 3 momentos de investigação. O primeiro quanto a distribuição geral das categorias e termos raciais presentes nos prontuários, focando nas especificidades da categoria “pardo” e o que a mesma poderia representar em meio as dimensões de classificação individual. O que acabou por revelar tanto a existência de uma diversidade de termos para a “raça” muito maior do que para a “cor”, como nos casos dos pardos um aspecto de negociação subjetiva, direcionado para categoria branco, no espectro das classificações.

O segundo exercício foi realizado mediante a análise das “altas” e “falecimentos”, dialogando também com o aspecto das “classes”. Foi questionado o quanto um determinado “mal uso” dos dados, gráficos e representações estatísticas poderiam nos levar a resultados e percepções bem distantes das reais experiências pelas quais passaram os internos. Por último, o terceiro esteve voltado para o recorte de gênero (estabelecendo uma relação com o segundo capítulo), e aplicado nas médias do tempo de internação em conjunto dos debates acerca da suspensão do trabalho. O resultado acabou por indicar que nem sempre a consideração apenas da perspectiva racial poderá ser o suficiente para entendermos as particularidades de cada um dos grupos.

Assim como uma vez foi sugerido por Hanchard (2001: 31) para o caso do Brasil do século XX, quanto a necessidade de uma interpretação das categorias raciais em perspectiva interrelacional, e não por uma abordagem isolada; concebendo também sua natureza fluida, dinâmica, sujeita a mutações e negociações “dentro das próprias “relações raciais””. O presente capítulo também acabou por aceitar e demonstrar que tal premissa também é aplicável para o século XIX. Além disso, mesmo ao lançar mão de um enfoque para a população negra, preta e parda, de forma alguma abro mão da construção de uma análise em que as dimensões (ainda que comparativas) para a população branca também não fossem percebidas.

No mais, se na periferia do texto, a primeira e última história podem sugerir naturalmente um “duplo cativo”, onde por sua vez suas entradas e as permanências indicariam uma explícita justaposição entre vivências de “internação” e “intervenção” no meio social do Rio de Janeiro oitocentista. O que temos no núcleo são verificações e argumentações voltadas para a busca de uma sofisticação nos processos de interpretação de tais vivências. Desta forma, concluo que principalmente diante dos três exercícios propostos as dinâmicas e alteridades raciais acabaram por se mostrar muito mais complexas e desniveladas do que a simples alegoria de uma “aquarela” inicial poderia contemplar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passados todos os recortes, todas as análises, todas as argumentações, acredito que o momento de escrita das considerações finais – assim como o de introdução – represente tanto uma prazerosa liberdade, quanto um genuíno esforço. Esforço de olhar para trás e conceber toda uma trajetória, buscando quais os melhores aspectos desse longo processo serão os mais relevantes para a construção de uma última síntese.

Se na introdução o enfoque escolhido para iniciarmos foi para a questão sobre como podemos falar e escrever com tamanha liberdade acerca do *outro*? As considerações finais versam sobre o falar e escrever sobre *si*. Sobre o eu. Sobre o quão grandes eram as expectativas no primeiro contato com as fontes e quão surpreendentes elas se tornaram na medida dos avanços na maturidade acadêmica. Sobre quantas vezes o espectro da desistência e da irrelevância pairou sobre a cabeça, mas que em poucos minutos também se esfarelava na medida em que a cada vírgula era também retomada a consciência e a gana pra afirmar que: “– sim, o que eu estou escrevendo vale a pena por si só! Vale a pena ser lido!”. Sobre como o olhar também trata do respeitar, não só o seu trabalho, mas a sua escrita também.

Portanto, ao avaliar um pouco melhor percebo que desde o início sempre foi sobre um “olhar para trás”. Sendo assim este último exercício não será tão difícil assim, afinal, não é nisso que já consiste o fazer historiográfico? Nesse sentido, cabe agora, finalmente, uma legítima recordação dos principais eixos temáticos de discussão e das principais argumentações e resultados obtidos ao longo das respectivas análises de cada capítulo. Mais do que isso, cabe também refletir de forma paralela no que a pesquisa representa e representará quanto as possibilidades de renovação de um campo e, principalmente, no que a mesma tem a afetar a comunidade, dentro e principalmente fora do âmbito acadêmico/intelectual.

A começar pelo primeiro capítulo, assim como no item de introdução, deixa-se aqui disposto que as discussões deste capítulo apontaram para uma breve avaliação dos devidos contextos, objetivos e limitações de incontornáveis produções dentro desta temática. Na consideração não apenas para um estabelecimento de problemáticas soltas, mas para uma percepção crítica de certas lacunas, bem como a proposição de formas de ocupação e/ou superação analítica das mesmas.

Na busca por critérios de originalidade e reflexões transversais, a proposta da interlocução entre a(s) história(s) do período escravista brasileiro e a(s) história(s) dos saberes médico psiquiátricos acabou por sugerir em um primeiro plano que: desde o século XIX a

grande maioria dos trabalhos encontra-se alojada na concepção de estudos junto ao “ponto de vista” dos médicos e suas produções. Assume-se que o problema não é necessariamente a “visão dos médicos”, mas volumosos estudos fundamentados unicamente em uma visão unilateral, enquanto que o diálogo com outros atores sociais – principalmente os subalternos – foi por vezes escasso.

Esse aspecto vai se apresentar até o fim do século XX, ora mais ora menos presente. Contudo, caminhando em direção a um debate mais plural e diversificado e, como alternativa para tal questão historiográfica, me apego as possibilidades desenvolvidas nas abordagens dos trabalhos mais recentes que se fundamentam, principalmente: no caráter ativo dos indivíduos racializados, ou seja, consideram como perspectiva de debate as passagens sociais vivenciadas por mulheres e homens, pretos e pardos atravessadas pelos discursos e percepções da loucura. Sobre estes trabalhos é perceptível um esforço para identificação e consideração de múltiplas vozes; expectativas e contradições dos principais atores sociais presentes no decurso de funcionamento do hospício. Sem contar a essencial percepção de possíveis caminhos para a averiguação de estratégias e resistências, redes de solidariedade e conflitos, todos dentro de um sistema normativo de discurso – médico e senhorial – com relação as internações e intervenções sobre corpos negros.

E como a principal característica deste capítulo foi trazer discussões a nível historiográfico, torna-se válido ressaltar dois importantes aspectos avaliados, que na mesma medida em que dialogam com as limitações das produções, também nos apontam caminhos possíveis para uma superação das mesmas. É igualmente importante salientar que estes dois aspectos acabaram por intencionalmente fazerem parte dos eixos de estruturação dos outros dois capítulos seguintes. No sentido de não só problematizar e estabelecer críticas mas também buscar por soluções aplicáveis.

A primeira é com relação a “elaboração de uma narrativa mais atenta” para “relações raciais”, com o enfoque na consideração das subjetividades de cada discurso e suas respectivas intencionalidades e contextualizações. Ou seja trata-se primeiro de entendermos que mesmo que a “raça” seja concebida em uma dimensão ontológica da diferença e da separação de corpos, no cotidiano e nas trocas sociais o que se enxerga são interrelações mútuas, em amplos sentidos, dotadas sim de hierarquias e dominações, mas também com a abertura para a concepção e percepção de agenciamentos e autodeterminações.

Assim, a primeira limitação e ao mesmo tempo a proposição a ser alcançada, é que ao adentrarmos a construção de narrativas para indivíduos de um determinado grupo racial, é preciso que os mesmos estejam muito bem situados tanto em si (subjetividades) como em os

outros grupos raciais (intersubjetividades) com os quais irá inevitavelmente se relacionar e estruturar o que popularmente se conhece como “relações raciais”.

Já o segundo aspecto, advém ainda da “construção narrativa”. Desta vez inserido em uma discussão para o uso mais prudente das fontes, seus dados e suas representações ao longo da pesquisa. Ou seja, muitas das pesquisas mobilizam grandes quantificações e elaboradas estatísticas, o que até então não se trata de um problema em si. A questão parte de uma negligência sobre estarmos quantificando experiências de vidas. Vidas essas que nenhuma tabela ou gráfico, por mais completa que seja seria capaz em sua totalidade de dimensionar. Vidas essas, às quais é mais do que devida uma sensibilidade ética para o que está sendo tratado, se as situarmos nas violências históricas (ainda presentes) que o contexto escravista proporcionou.

Por outro lado, a percepção deste aspecto torna-se importante, no sentido metodológico de análise. Já que, de fato, é necessário uma atenção crítica no momento de cada representação. É claro que aqui foram considerados e respeitados os objetivos e hipóteses de cada autor, entretanto, também refletimos quanto a execução dos mesmos onde nem sempre as melhores tabelas ou gráficos serão os mais adequados para determinada análise. Ou nem sempre uma única variável será suficiente para demonstrar determinado contexto.

Estabelecidos estes dois aspectos, passamos agora para a síntese dos principais eixos e achados do capítulo II. Considerando agora uma maior aproximação com as fontes, este capítulo foi concebido mediante um caminho analítico mais descritivo e mais crítico possível. A narrativa construída objetivava tanto relacionar-se como as respectivas proposições metodológicas do capítulo I, bem como aproximar-se naturalmente do quadro teórico sugerido sem que este precisasse ser explicitamente mobilizado ao longo do texto.

Se por um lado o baixo quantitativo dos registros entre as décadas poderia limitar a percepção de um “panorama racial da loucura” na corte do Rio de Janeiro, por outro a riqueza e a variedade de narrativas entre os registros possibilitou não uma grande generalização, mas sim, um entendimento histórico mais plural a partir de cada um dos eventos examinados. Foi percebido também entre os eventos e personagens encontrados, que muitos poderiam facilmente estar conectados não só com as narrativas do capítulo III ou com a bibliografia de referência, mas infelizmente, com os tipos bem vivos aqui do presente. Presentes nos dias. Nas noites e nos noticiários. Nas ruas e calçadas também. Parques. Bares. Becos e vielas. Sem vagas, no seu contínuo vagar.

Neste capítulo intencionou-se discutir a conformação de elementos discursivos de identificação racial em conjunto com os de reconhecimento e estigmatização da loucura,

sobretudo, entre as camadas sociais “populares” e *a priori* leigas no contexto cotidiano oitocentista. Dentre as principais avaliações e verificações destes elementos retóricos confere-se destaque: a figura do hospício mostrando-se predominante nos registros de sua década de inauguração (1850); a uma diversidade polifônica no que diz respeito as narrativas dos registros; a uma sintomática majoritariedade para as narrativas à respeito das mulheres pretas; e para a percepção de certas invisibilizações destes sujeitos dada a escassez de informações sobre os possíveis enfermos – como seus próprios nomes – em detrimento das informações um tanto espetacularizadas sobre os eventos.

Por último, é válido ressaltar que neste capítulo parte destes elementos também foram percebidos dentro de um processo mais complexo de sofisticação de uma suspeição muito mais racial do que efetivamente ligada à loucura. Na realidade a loucura estaria mais associada enquanto “justificativa adicional” na concepção de tal suspeição, que de modo algum assume aqui um caráter generalizado.

E ainda que não tenha sido observado o desenrolar das matérias avaliadas em meio a documentação dos dossiês de internação, a ligação com a capítulo seguinte se desenvolve na medida em que determinadas narrativas de dentro do hospício dispõe de grande interrelação temática com as manchetes dos jornais. Principalmente nos sentidos de averiguação de “negociações sociorraciais” e de “políticas de internação”, que também se confundiriam com intervenção.

Assim, o terceiro capítulo se concentrou em uma divisão em dois importantes eixos de discussão de acordo com os objetivos. Em primeiro lugar, houve uma breve descrição acerca dos destinos da instituição nos últimos dezesseis anos do período escravista, visando a contextualização e compreensão tanto de determinados aspectos institucionais ao longo de seu funcionamento, como das possíveis tensões ocorridas nos últimos anos do Hospício de Pedro II, agora em perspectiva racializada.

Em um segundo momento, a partir da análise (quantitativa e qualitativa) dos prontuários e documentações adjacentes nos dossiês de internação do CDM – IMASNS entre as décadas de 1870 e 1880, procurou-se refletir acerca da complexidade para serem construídos perfis sociorraciais diante dos recortes propostos. Afinal, mediante o percurso analítico proposto, para serem percebidos aspectos de autodeterminação dos internos, não bastaria apenas levantar perfis, mas, sobretudo, questioná-los dentro de um debate mais aprofundado no quesito histórico-identitário.

É nesse sentido que também se faz presente o objetivo principal, com relação a investigação das categorias – médicas e sociais – de “*raça*” e “*cor*”, discutidas desde os

registros de imprensa do segundo capítulo e agora nos respectivos prontuários e ofícios da instituição. Ainda no segundo momento, buscou-se uma atenção para as controvérsias e dessemelhanças no que tange aos processos de negociação e identificação sociorracial, examinando tanto as transformações administrativas dos campos nos prontuários, como aspecto da distribuição dos indivíduos na instituição.

Como principais resultados obtidos neste capítulo, ressalta-se: a percepção de uma variedade de termos raciais, muito mais associados a questão da “raça” do que a “cor”, o que por si só já entraria em desacordo com a historiografia; e a concepção dos “pardos” como categoria (e grupo racial) autônomo e evidentemente complexo, sendo o grupo mais representativo para debatermos e demonstrarmos as supostas negociações sociorraciais presentes no hospício no sentido das “(auto)identificações”. Nesse sentido, a proposição para o uso desta categoria provocativa se justificou por conta da natureza subjetiva a respeito não só do simples preenchimento, mas na percepção de adições, correções e manifestações de “dúvidas raciais” nas fichas dos prontuários analisados, que *a priori* poderiam também ser encaradas enquanto registros de agenciamento nas trajetórias dos pacientes aqui investigados. Foi também confirmado a necessidade de maiores articulações quanto tratamos de variáveis e contextos para cada representação estatística, questão essa exemplificada tanto por intermédio das análises de “altas” e “falecimentos” e como na média do tempo de internação dos internos.

Com relação a escolha e aplicação da matriz teórica desta pesquisa. Poder-se-ia colocar em uma primeira leitura de que muito do que foi discorrido por Foucault acerca das *experiências*, pouco foi trabalhado explicitamente nos capítulos. Entretanto, a proposta de mobilização deste autor não se baseia em uma transposição direta de conceitos, sem que haja um mínimo propósito em sua escolha que não seja a pura e simples aproximação por conta das “curiosidades” quanto ao tema da loucura.

Decerto que uma abordagem pós-estruturalista para a *experiência*, muito acrescentou no sentido de um melhor entendimento dos processos de subjetivação de indivíduos pretos e pardos. E assim, naturalmente uma melhor observação e compreensão dos eventos aos quais puderam reivindicar seu lugar desde no “se dizer louco”, “nos brados em contínuo” pela liberdade; em retificar sua devida categorização nos espectros raciais, aproximando-se estrategicamente da brancura social; e de como não só as palavras obscenas, as bofetadas distribuídas e pedradas atiradas em conjunto a todos esses aspectos ganham um sentido maior se realocados no âmbito de legítimas “ações morais”, voltadas tanto para um determinado código como para o conhecimento de si.

Mais tarde alguns críticos voltarão seus olhos para as limitações de se conceber sujeitos, somente enquanto “sujeitos morais”, por intermédio unicamente do plano dos discursos. Já que a todo momento estamos tratando de processos de identificação, o que seriam os sujeitos pretos e pardos, traduzidos pela alcunha “negro”, senão um dos maiores exemplos para a concepção de “indivíduos morais”. Afinal desde o início do advento da escravidão o que ocorre é um vínculo (e por que não a um código moral) de submissão, onde suas existências só são concebidas mediante uma relação senhorial que acaba por tomar “forma pela via da destruição e da explosão de sua forma anterior” (MBEMBE, 2018: 265 – 266).

““Negro” é portanto o nome que me foi dado por alguém. Não o escolhi originalmente. Herdo esse nome por conta da posição que ocupo no espaço do mundo. Quem está marcado com o nome “negro” não se engana quanto a essa proveniência externa” (MBEMBE, 2018: 263 – 264).

Ou seja, a todo momento então estaria havendo um grande fluxo de embates entre os elementos desse “código moral” e elementos do âmbito pessoal, a percepção das (auto)identificações, por exemplo, assim como outros aspectos de autodeterminação e a agenciamento aqui verificados também são entendidos como frutos de embate. E mais do que isso, entre ausências de nome e presenças de pele, nos “brados” e nas “bofetadas”, nas “pretas loucas”, nas Evas e nas camisas de força; a crítica ao discurso enquanto linguagem também poderia ser realocado apenas como mais uma das dimensões de implicação da *experiência* (LOUREIRO, 2015: 28 – 32).

Entre outras dimensões de implicação, como a corporeidade, a temporalidade, e a intersubjetividade, Loureiro também ressalta a existência de dimensões “não-verbais” ou “extralinguísticas”; e que para concebermos os processos de subjetivação em sua totalidade também seria “preciso lidar com experiências que não se deixam descrever.” (LOUREIRO, 2015: 28 – 32). Desta forma, se por um lado esse trabalho poderia ser criticado por sua natureza de incompletude, resalto que esta nem de longe foi uma de suas premissas.

Para concluir, a reflexão dos “lugares de cabeças” e dos “lugares de pele” foi pensada a partir das inquietações quanto as dinâmicas classificatórias observadas em indivíduos pretos e pardos nos registros acerca da loucura no Rio de Janeiro oitocentista, dentro e fora do tão trabalhado Hospício de Pedro II. Parte desses registros acabou por denotar uma condição de um certo incômodo, sendo traduzido em questionamentos acerca de como ressaltar a relevância de uma história voltada para os processos de autorreconhecimento em indivíduos negros. Como alcançar as dimensões subjetivas e históricas da loucura nesses sujeitos? Como trabalhar da forma mais respeitosa e crítica possível diante de tanto relatos absolutamente revoltantes para um olhar aqui do presente? Como tornar o fazer científico historiográfico

uma operação coesa e ao mesmo tempo criativa, rigorosa mas dotada de criatividade? Em meio a tantos trechos de *outros* por vezes silenciados, como não silenciar o *eu*?

A resposta foi encontrada no próprio incômodo. No incomodar. Mais do que as narrativas históricas de violências, parte da escolha retórica também é pra incomodar. Stela é pra incomodar. Até a perspectiva teórica escolhida é incomodar, afinal, nas palavras do próprio Foucault (2001: 864 – 865): “a relação com a *experiência* deve permitir uma transformação, uma metamorfose, que não seja simplesmente a minha, mas que possa ter um certo valor, um certo caráter acessível para os outros, que essa experiência possa ser feita pelos outros”.

Nesse sentido, não esqueçam! Tratar-se-iam de caracteres simbólicos. Sensoriais. Seja nos relatos de imprensa, seja nas classificações raciais dos prontuários, e até em minhas proposições narrativas e retóricas, que o afeto e o efeito sejam parte da experiência de leitura, assim como foi a de escrita. De escolhas. Em plenas reafirmações de “cabeça” negra. De corpo negro. Vivo. Que pesa. Que pensa. E repensa em seu pleno direito e dever máximo de existir.

REFERÊNCIAS:**Fontes:**

ARQUIVO NACIONAL. Série Saúde/Ministério do Império. Relatórios.

BIBLIOTECA NACIONAL. HEMEROTECA DIGITAL. Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal – 03 e 04/08/1851 (Domingo e Segunda), Edição 00183(1).

BIBLIOTECA NACIONAL. HEMEROTECA DIGITAL. Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal – 21/05/1854 (Domingo), Edição 00139(1).

BIBLIOTECA NACIONAL. HEMEROTECA DIGITAL. Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal – 1865, Edição 00167(1).

BIBLIOTECA NACIONAL. HEMEROTECA DIGITAL. Diário do Rio de Janeiro (RJ) – 24/04/1856 (Sábado), Edição 00116(1).

BIBLIOTECA NACIONAL. HEMEROTECA DIGITAL. Diário do Rio de Janeiro (RJ) – 24/07/1857 (Sábado), Edição 00200(1).

BIBLIOTECA NACIONAL. HEMEROTECA DIGITAL. Diário do Rio de Janeiro (RJ) – 17/08/1874 (Segunda), Edição 00227(1).

BIBLIOTECA NACIONAL. HEMEROTECA DIGITAL. Diário do Rio de Janeiro (RJ) – 1876, Edição 00308(1).

BIBLIOTECA NACIONAL. HEMEROTECA DIGITAL. Gazeta da Tarde (RJ) – 1883, Edição 00120(1).

BIBLIOTECA NACIONAL. HEMEROTECA DIGITAL. Gazeta da Tarde (RJ) – 1888, Edição A00192(1).

BIBLIOTECA NACIONAL. HEMEROTECA DIGITAL. Jornal do Comércio (RJ) – 23/02/1862 (Domingo), Edição 00054(1). Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

BIBLIOTECA NACIONAL. HEMEROTECA DIGITAL. Jornal da Tarde (RJ) – 1872, Edição 00057(1).

BIBLIOTECA NACIONAL. HEMEROTECA DIGITAL. Monitor Campista (RJ) – 20 e 21/02/1882 (Segunda e Terça), Edição 00041(1).

BIBLIOTECA NACIONAL. HEMEROTECA DIGITAL. O Fluminense (RJ) – 11/03/1881 (Sexta), Edição 00442(1).

BIBLIOTECA NACIONAL. HEMEROTECA DIGITAL. O Globo: Órgão da Agência americana Telegraphica dedicado aos interesses do Comércio, Lavoura e Indústria (RJ) – 26/05/1875 (Quarta), Edição 00143(1).

BRASIL. *Decreto n.º 82*, de 18 de julho de 1841. Fundando um Hospital destinado privativamente para tratamento de Alienados, com a denominação de Hospício de Pedro Segundo. Disponível em: <<http://www.ccms.saude.gov.br/hospicio/text/d82.php>>. Acesso em: 05 mar 2020.

BRASIL. *Regula a execução da Lei n.º 581*, que estabelece medidas para a repressão do tráfico de Africanos neste Imperio. Decreto n.º 731, de 14 de Novembro de 1850. Câmara dos Deputados.

BRASIL. *Decreto n.º 1077*, de 4 de Dezembro de 1852. Aprova mandar executar os estatutos do Hospício de Pedro II. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1077-4-dezembro-1852-558653-publicacaooriginal-81699-pe.html>>. Acesso em: 05 mar 2020.

BRASIL. *Regimento Interno do Hospicio de Pedro II*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1858. Arquivo Nacional – Série Saúde.

BRASIL. *Decreto n.º 142-A*, de 11 de Janeiro de 1890. Desanexa do hospital da Santa Casa da Misericórdia desta Capital o Hospício de Pedro II, que passa a denominar-se Hospital Nacional de Alienados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D0142-A.htm. Acesso em: 07 mar 2020.

HOSPÍCIO DE PEDRO II. Série: Internação. Subsérie: Dossiê de Internação. Disponível no Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira (IMASNS) / Centro de Documentação e Memória / Arquivo Permanente.

HOSPÍCIO DE PEDRO II. LIVRO DE MATRÍCULA DE ESCRAVOS 1863 – 1866. Disponível no Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira (IMASNS) / Centro de Documentação e Memória / Arquivo Permanente.

Sítios Online:

Centro Cultural do Ministério da Saúde – IMASNS – Disponível em: <http://www.ccms.saude.gov.br/hospicio/index.php>>. Acessado em: Acesso em: 07 mar 2020.

Plataforma *Center of Research Libraries – Global Resources Network* Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/imperio>>. Acessado em: Acesso em: 07 mar 2020.

Verbetes Fluminense, O. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – Fundação Getúlio Vargas (FGV) – Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/fluminense-o>>. Acesso em: 07 mar 2020.

Bibliografia:

ABREU, Marcia; TOGNOLO, William. **Dou-Lhe Uma, Dou-Lhe Duas E Dou-Lhe Três. Vendido! – um estudo sobre anúncios de Leilões de Livros no Jornal Correio Mercantil (1848 – 1868)**. SIGNÓTICA, Goiânia, vol. 27, nº 1, jan/jun, 2015. p. 199 – 220.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida Privada e ordem no império. In **História da Vida Privada no Brasil**, vol. 2. São Paulo: Cia da Letras, 1997.

ALONSO, Ângela. Ideias em movimento. **A geração 1870 na crise do Brasil – Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARRUDA, Elso. [1987]. **Resumo histórico da Psiquiatria brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. **História social da tuberculose: perspectivas documentais**. Cadernos de História e Saúde, Rio de Janeiro, nº 2, 1992. p. 42 – 50.

_____. **Prontuários médicos: fonte para o estudo da história social da medicina e da enfermidade**. História, Ciência e Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 3, nº 1, 1996.

BRANDÃO, João Carlos Teixeira. **Os alienados no Brasil**. In: Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria, Rio de Janeiro, nº 2, 1956.

_____. **Questões relativas à assistência médico-legal a alienados e aos alienados**. In: Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria, Rio de Janeiro, nº 2, 1956.

CARVALHO, Kátia de. **Imprensa e Informação no Brasil, século XIX**. Ciência da Informação, vol. 25, nº 3, 1996. p. 1 – 6 .

CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. População e Sociedade. In: CARVALHO, José Murilo de. **A Construção Nacional 1830-1889**, vol. 2. História do Brasil Nação: 1808 – 2010. Direção Lilia Mortiz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

_____. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. 2º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. Campos: a capital sonhada de uma província desejada (1835 – 1897). **História**, São Paulo, vol. 30, nº 1, 2011. p. 56 – 89.

COSTA, Raul Max Lucas da. Alcoolismo, discurso científico e escrita de si no Diário do Hospício de Lima Barreto. **Antíteses**, vol. 1, nº 1, jan/jun. 2008, p. 188 – 208.

DANTAS, Margarida Maria Florêncio; AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida. A Experiência do Adoecer: Os Cuidados Paliativos diante da Impossibilidade de Cura. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, nº50 (n.esp), 2016. p. 47 – 53.

EDLER, Flávio Coelho. **A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico**. *Asclepio. Revista de História de la Medicina y de la Ciencia*, Madri, vol. 1, nº2, 1998. p. 169 – 186.

_____. Esquadrinhando o Hospício de Pedro II: Danação da Norma e a virada historiográfica. (Pré-print) In: VENANCIO, Ana Teresa A.; DIAS, Allister T. (orgs). **O Hospício da Praia Vermelha: Do Império à República (Rio de Janeiro, 1852 – 1944)**. São Paulo-Rio de Janeiro: Ed. Unifesp-Ed Fiocruz, 2020/2021 (no prelo).

ENGEL, Magali G. **Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

FACCHINETTI, Cristiana; VENANCIO, Ana Teresa A. Da psiquiatria e de suas instituições: um balanço historiográfico. In: TEIXEIRA, Luiz Antonio, PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto. **História da saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018. p. 356 – 402.

FIGUEIREDO, Betânia. G. As doenças dos escravos: um campo de estudos para a História das Ciências da Saúde. In NASCIMENTO, D.R.; CARVALHO, D.M. de; MARQUES, R. de C. (orgs.) **Uma história brasileira das doenças**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

FOUCAULT, Michael. **Doença Mental e Psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1975.

_____. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres**. Trad. Maria Thereza Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. Entretien avec Michel Foucault - avec D. Trombadori (1978/1980). In: **Dits et écrits II**, 1976 – 1988. Paris: Gallimard, 2001. p. 861

_____. “Le retour de la morale - entretien avec G. Barbedette et A. Scala” (1984). In: **Dits et écrits II**, 1976 – 1988. Paris: Gallimard, 2001. p. 1524 – 1525.

GAGLIARDO, Vinícius Cranek. **Imprensa e Civilização no Rio de Janeiro oitocentista**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2016.

GANDELMAN, Luciana Mendes. A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro. vol. 8 (3), set - dez. 2001. p. 613 – 630.

GOMES, Flávio dos Santos; SCHWARCZ, Lília Moritz (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GONÇALVES, Monique de Siqueira. **Mente sã, corpo são: disputas, debates e discursos médicos na busca pela cura a “nevroses” e da loucura na corte Imperial (1850 – 1880)**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. 2011.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945 – 1988)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HUERTAS, Rafael. Medicina social, control social y políticas del cuerpo: la subjetivación de la norma. In: MIRANDA, Maria; SIERRA, Álvaro. **Cuerpo, biopolítica y control social: América Latina y Europa em los siglos XIX y XX**. Buenos Aires: Siglo XXI. 2009.

IGNATIEFF, Michael. Instituições totais e classes trabalhadoras: um balanço crítico. **Revista Brasileira de História**, vol. 7, nº 14, mar/ago. 1987. p. 185 – 193.

LARA, Silvia Hunold. *Blowin' In The Wind*: E. P. Thompson E A Experiência Negra No Brasil. **Proj. História**, São Paulo, (12), out. 1995.

LEMO, Carlos Eugênio Soares de; RIBEIRO, Rafaela Machado. **SOBRE UM ESCRAVO QUE SABIA LER E O PRINCÍPIO DE UMA SUPOSTA INSURREIÇÃO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (1871 – 1877)**. *História & Perspectivas*, Uberlândia. vol. 59, jul/dez, 2019. p. 98 – 113.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta Moraes (Orgs.). **Usos & abusos da História oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 179 – 180.

LIMA, Stolze Ivana. **Cores, marcas, e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LORENZO, Ricardo de. **“E AQUI ENLOUQUECEO”**: A alienação mental na Porto Alegre escravista, c. 1843 – c. 1872. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

LOUREIRO, Ines. **EM BUSCA DE UMA NOÇÃO DE EXPERIÊNCIA**. *Psicanálise e Filosofia/ARTIGOS*. *Cienc. Cult.* vol. 67. nº.1 São Paulo Jan./Mar. 2015. p. 28 – 32

LUSTOSA, Isabel. **“Cairu, planfetério: contra a facção gálica em defesa do trono e do altar”**. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Ferreira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006.

MACHADO, Maria Helena P. T.. Em Torno da Autonomia Escrava: Uma Nova Direção Para a História Social da Escravidão. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 8 nº16, p. 143.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO. A.; LUZ, R.; MURICY, K. **Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978.

MARENDINO, Laiz Perrut. As transformações do Diário do Rio de Janeiro no contexto político e social do Império. **Anais do XIX Encontro Regional de História**. Juiz de Fora, 2014. p. 1 – 5.

_____. **O Diário do Rio de Janeiro e a imprensa brasileira do início do oitocentos (1808 – 1837)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

MATHEUS, Letícia Cantarela. O Leitor e o Cotidiano na História do Jornalismo. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano**, nº 1, jan/abr, 2013. p. 44 – 59.

MATTOS, Hebe. **Das Cores do Silêncio: O Significado da Liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, R. (Orgs.). **O Brasil Imperial**, Volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 15 – 37.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. 1º ed. N-1 edições, 2018.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2003.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço. **BRANQUITUDE: Estudos sobre a identidade branca no Brasil**. 1º ed.. Curitiba: Appris, 2017.

NICOLAZZI, Fernando. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. **Anos 90**, Porto Alegre, vol. 11, nº 19/20, jan/dez. 2004. p. 101 – 138.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. O início da assistência aos alienados no Brasil ou a importância e necessidade de estudar a história da Psiquiatria. **Revista Latinoamericana de psicopatologia fundamental**, São Paulo, Ano VII, nº. 1, mar.. 2004.

_____. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro. vol. 12, nº 3, set/dez. 2005. p. 983 – 1010.

OLIVEIRA, William Vaz de. **A assistência a alienados na cidade do Rio de Janeiro (1852 – 1930)**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2017.

OSÓRIO, R. G. **O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2003

PATROCÍNIO, Stela do. **Reino dos animais e dos bichos é o meu nome**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2001.

PIMENTA, Tânia. **O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828 – 1855)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

PETRUCCELLI, José Luiz; SABOIA, Ana Lucia. **Características Ético-raciais da População: classificações e identidades**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2003.

PINA, Patrícia Kátia da Costa. **Literatura e jornalismo no oitocentos brasileiro: estudo das estratégias dos produtores de cultura para a formação e a manutenção de um público consumidor do impresso**. Ilhéus, BA: Edius, 2002.

PINHO, L. C. **Foucault e a morte do homem – a psicologia no tribunal da verdade**. Revista Mente e Cérebro – Filosofia (Ediouro, segmento Duetto Editorial). São Paulo, nº 6. Ago. 2007. p. 14 – 19.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. A *Gazeta da Tarde* e as peculiaridades do abolicionismo de Ferreira de Menezes e José do Patrocínio. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, 2015.

PÔRTO, Ângela. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, vol. 13, nº. 4. 2006.

PÔRTO, Angela. A saúde dos escravos na historiografia brasileira. Usos do passado. **Anais do XII Encontro Regional de História**, 2006.

RAMOS, Paula da Silva. O Jornal do Comércio e as representações sobre a Argentina na crise do Brasil Império (1870 – 1889). **Faces da História**, Assis, vol. 2, nº 1, jan/jun, 2015. p. 143 – 158.

RIBEIRO, Daniele Corrêa. **Os sentidos do Hospício de Pedro II: dinâmicas sociais na constituição da psiquiatria brasileira (1842 – 1889)**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

_____. Ciência, caridade e redes de sociabilidade: o Hospício de Pedro II em outras perspectivas. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 4, out/dez. 2015. p.1153 – 1167.

RIBEIRO, José Alcides. Correio Mercantil do Rio de Janeiro: Modos Jornalísticos e Literários de Composição. **Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Computação**. Rio de Janeiro, 2005.

ROSA, João Guimarães. **Primeiras estórias**. 14º ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas Trincheiras da Cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luis Otávio. Caridade & Filantropia: elite, estado e assistência à saúde no Brasil. In: TEIXEIRA, Luiz Antonio, PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto. **História da saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018. p. 145 – 181.

SANSONE, Lívio; OSMUNDO, Pinho. **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2º ed. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

SANTOS, Fernando Sérgio Dumas. **Alcoolismo: a invenção de uma doença**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Campinas - UNICAMP, 1995.

SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos; VERANI, Ana Carolina. Alcoolismo e medicina psiquiátrica no Brasil no início do século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 17, supl. 2, dez. 2010, p. 401 – 420.

SANTOS, Jocélio Teles dos. De Pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. **Afro-Ásia**, vol. 32, 2005. p. 115 – 137.

SCHWARCZ, Lilia M.. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

SCHWARCZ, Lilia M.. **Nem preto, nem branco, muito pelo contrario**. São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

SILVA, Giovanni Codeça da. **Jornal O Paiz – Intelectualidade e sociabilidade: formação de opinião, produção e circulação de ideias na constituição das elites brasileiras no oitocentos. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História**, Brasília, 2017.

SILVA, Michelly Vieira da. **As Cores da Loucura no Rio de Janeiro Imperial (1844 – 1888)**. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico Raciais). Programa de Pós-graduação em Relações Étnico Raciais – Centro Federal de Educação Celso Suckow da Fonseca / CEFET-RJ, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Roger Anibal Lambert da. **Em Nome da ordem: o Jornal do Commercio e as batalhas da abolição**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

SOUZA, Teixeira de. Exame a apreciação das disposições para a assistência pública dos alienados. *Brazil-Médico*. Rio de Janeiro, vol. 3, jan/dez. 1888. p. 150.

TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto. **História da Saúde no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2018.

TEIXEIRA, Manoel Olavo Loureiro. **Deus e a Ciência na Terra do Sol: o Hospício de Pedro II e a constituição da Medicina Mental no Brasil**. Tese (Doutorado em Psiquiatria). Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil (IPUB) / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 1998.

TEIXEIRA, Manoel Olavo L.; RAMOS, Fernando A. de Cunha. As Origens do Alienismo no Brasil: dois artigos pioneiros sobre o Hospício de Pedro II. **Revista Latinoamericana de psicopatologia fundamental**, São Paulo, Ano XV, nº. 2, jun/2012. p. 364 – 381.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.

TURNER, Victor. **Floresta de símbolos**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2005.

UCHÔA, Darcy Mendonça, **Organização da psiquiatria no Brasil**. São Paulo: Sarvier, 1981.

VENANCIO, Ana Teresa A. História do saber psiquiátrico no Brasil: ciência e assistência em debate. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro. vol. 10 (3), set - dez. 2003, p.1087 – 1093.

_____; CASSILIA, Janis Alessandra P. **A doença mental como tema: uma análise dos estudos no Brasil**. Espaço Plural, Ano XII, nº 22, 2010. p. 24 – 34.

_____. **Da colônia agrícola ao hospital-colônia: configurações para a assistência psiquiátrica no Brasil na primeira metade do século XX**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, vol.18, supl.1, dez. 2011. p.35 – 52.

_____; SAIOL, José Roberto S.. El Hospicio Nacional de Alienados en la prensa de Rio de Janeiro (1903-1911). **Asclepio**, Madri, vol. 69, 2017. p. 190 – 204.

WEIDLING, Paul. The modernization of charity in nineteenth-century France and Germany. In BARRY, J.; JONES, C. **Medicine and charity before the Welfare State**. London – New York: Routledge, 1991. p. 190 – 206.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000. p. 59 – 60.

ZICMAN, Renée Barata. História através da Imprensa – Algumas Considerações Metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, vol. 4, 1985. p. 89 – 102.

ANEXO I

Ao chefe de policia communique que no fim do becco dos Carmelitas, do lado direlto, existe um caminho publico, e que tinha lampeão: que este, e juntamente o poste onde estava, cahiu em abril, e até hoje ainda se não collocou um novo, estando o tal caminho ás escuras, com grande perigo das pessoas que por ahí transitão por não terem outro remedio.
Ao mesmo, pedindo-lhe, por bem da humanidade e de nossa civilisação, haja de mandar ver uma preta louca que me consta andar vagando na praça dos Lazaros. Communique a S. Ex. que por duas vezes para esse fim me tenho dirgido ao Inspector de quartelrão respectivo, mas este não tem tomado a necessaria providencia, não sei se por incuria ou deleixo, ou se por morar em logar muito arredado do quartelrão de que é Inspector, segundo me informão.

Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal – 03 e 04 de Agosto de 1851 (Domingo e Segunda), Edição 00183(1).

Pergunte aos meninos barbados da rua da Saúde qual o motivo que allegão para não fazerem a festa do Divino Espirito Santo, que é do costume; se por estarem em desharmonia, ou se por algum outro motivo, para que evitem suspeitas.
Vista-se com o fardão mais rico que tiver, dirija-se a certa rua perto do campo de Sant'Anna, e diga a certo sujeito que se deixo de mandar buscar flores para seu negocio á Ponta do Cajú, pois que no lugar onde as manda buscar é muito sagrado; e se continuar então declararemos o seu nome.
Peca ao Exm. Sr. chefe de policia providencias para que faça recolher ao Hospicio dos Alienados uma preta louca que acha-se de ha muito tempo mettida no corredor de uma casa da rua do Fogo, apouquentando constantemente com palavras indecentes e injuriosas a algumas familias da vizinhança. Além desta preta (que se diz louca) existe no mesmo corredor uma sucia de pretos do ganho que fazem ali sua morada permanente.

Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal – 21 de Maio de 1854 (Domingo), Edição 00139(1)..

ANEXO II

—

Foi ante-hontem presa por um pedestre uma preta louca que vagava pela rua do Passeio.

Informão-nos que diariamente percorre a rua da Conceição, soltando em altas vozes palavras offensivas á moral, uma mulher ainda moça, de côr parda, que parece tambem soffrer de alienaçõe mental. Chamamos para esse facto a attenção da utoridade competente.

—

Diário do Rio de Janeiro (RJ) – 24 de Abril de 1856 (Sábado), Edição 00116(1).

Hontem, pelas 5 horas da tarde, um preto louco, escravo de fulano Guimarães, tendo-se armado com uma acha de lenha, acommettia as pessoas que passavão á essa hora pela rua Direita.

Um pedestre, que ali se achava, tentou prendel-o, mas teve de recuar diante do preto que para elle avançava furioso.

Depois de algum tempo, varias pessoas inclusivè o Sr. Castro, inspector do quartirão, conseguirão apoderar-se do preto e entregal-o á força publica que, como é uso, appareceu quando já de pouca utilidade podia ser.

Consta-nos que esse preto fugiu de casa de seu senhor, donde tinha de ser conduzido para o Hospício dos alienados.

(A REDACÇÃO.)

Diário do Rio de Janeiro (RJ) – 24 de Julho de 1857 (Sábado), Edição 00200(1).

ANEXO III

— MÃO ENCONTRO. — Continúa a parda louca ou ebria, de que ha dias fallamos, nas suas costumadas correrias; distribue bofetadas por quem lhe desagrada e insulta a quem procura accommoda-la. De novo pedimos á policia que a recolha a lugar proprio.

Jornal do Commércio (RJ) – 23 de Fevereiro de 1862 (Domingo), Edição 00054(1).

Uma preta louca que era ahi encontrada pelas ruas, dirigindo insultos aos transeuntes e ás familias das casas por onde passava, foi ante-hontem recolhida pela policia ao hospicio de Pedro II.

Foi ante-hontem encontrado morto em um quarto que occupava na estalagem n. 286 A, da rua do Hospicio, o portuguez Alexandre José da Silveira.

Do corpo de delicto, a que procedeu a autoridade, reconheceu-se ter fallecido de uma enfermidade chronica.

Hontem de manhã appareceu boiando junto ao cães do arsenal de marinha, o cadaver de um homem branco, o qual foi remettido para o deposito da respectiva subdelegacia.

Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal – 1865, Edição 00167(1).

ANEXO IV

Nietheroy.—Pedem-nos que reclamemos a atenção da autoridade competente para uma **preto louca**, por nome Alexandrina, a qual além do mal que sofre deu para embriagar-se; e neste estado percorre as ruas mais publicas, insultando indistinctamente quem encontra e proferindo as expressões mais torpes, injuriosas e obscenas.

Jornal da Tarde (RJ) – 1872, Edição 00057(1).

Capoeira.—Ante-hontem, ás 5 horas da tarde, na rua do Lavradio, João de Medeiros Jordão ia na frente da musica do 1º batalhão, armado de um canivete, fazendo exercicio de capoeiragem. Foi levado á presença do desembargador chefe de policia.

Cousas de doudo.—Ante-hontem, ás 3 horas da tarde, um preto alienado, que vagava pela praça do General Osorio, arremessou uma pedra contra o preto Roberto, escravo de F. Gomes, com tal vontade, que atirou-o por terra.

O ferido foi conduzido para uma botica e o doudo levado á presença do subdelegado.

Tentativa de suicidio.—João da Silveira Escobar, portuguez, morador em um quarto da estalagem n. 89 da rua do Monte, tentou, hontem á 1 1/2 hora da tarde, suicidar-se, dando um golpe de navalha no pescoço. Atribue-se esse acto de loucura a atrasos pecuniarios.

Foi conduzido ao hospital de Misericoreia, e o subdelegado tomou conhecimento do facto.

Diário do Rio de Janeiro (RJ) – 17 de Agosto de 1874 (Segunda), Edição 00227(1).

ANEXO V

Preta louca. — De um nosso assig-
nante da rua do Príncipe dos Cajueiros
recebemos a seguinte comunicação:
« Pedimos-lhe, Sr. Redactor, que inter-
ceda em nosso favor para que a autoridade
competente lance seus olhos para uma
preta louca, que existe entre esta rua e a
travessa das Partilhas e a rua de S. Lou-
renço, a qual não deixa socegar os miseros
moradores das casas que ficam proximas
á em que ella se acha. »

Enfermo—O preto livre João de Abreu
foi recolhido ao hospital da Misericordia
por estar enfermo cahido na rua.

Cadaver. — A's 8 horas da noite, na
rua do Ouvidor foi encontrado o cadaver
de um recém-nascido do sexo feminino.
Foi remettido ao delegado de semana.

*O Globo: Órgão da Agência americana Telegraphica dedicado aos interesses do Commércio,
Lavoura e Indústria (RJ) – 26/05/1875 (Quarta), Edição 00143(1).*

Cousas de doudo. — Um individuo
de nome João Luiz andava meio torto do
juizo e ante-hontem lembrou-se de querer
endireitar a cabeça de Antonio Carneiro
Tavares de Sant'Anna, que ficou ferido.
O aggressor foi entregue á policia.

Escravo turbulento. — Na rua do
Príncipe dosCajueiros ante-hontem á noute,
o escravo Casimiro, pertencente a Custodio
da Silveira, incommodava os transeuntes
provocando-os, e por isso foi levado para a
policia.

Diário do Rio de Janeiro (RJ) – 1876, Edição 00308(1).

ANEXO VI

Anda constantemente a vagar pelas ruas d'esta cidade uma **preta louca**, que ás vezes traja quasi como Eva no Paraizo, antes de peccar.

Ultimamente tem apparecido mais frequentemente na rua da Imperatriz, proximo á praia.

Em nome da caridade devida aos desgraçados e da moralidade publica, chamamos para essa infeliz a attenção da policia.

O Fluminense (RJ) – 11 de Março de 1881 (Sexta), Edição 00442(1).

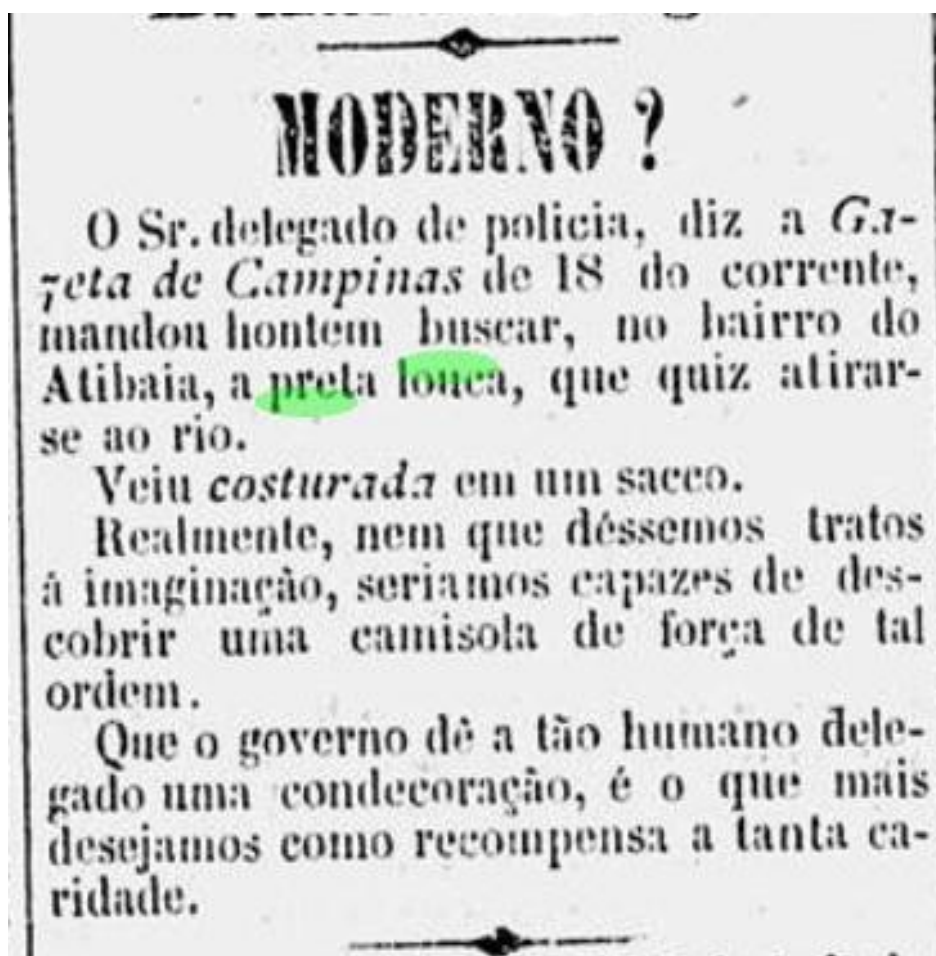
A pedido

Pedido á policia
Louco ou invalido

Acha-se todos os dias assentado nos degrãos da escada de fóra, ou nos da que entra para o interior da cadeia publica desta cidade, um infeliz preto, que de espaço a espaço, prorompe em tremendas descomposturas, não só contra as pessoas que por alli passam, como em outras que estão em suas casas, pronunciando-se, quasi sempre em termos obscenos, o que é uma immoralidade, não só para a sociedade em geral, como para a guarda que faz o serviço da cadeia desta cidade, que se vê obrigada, em tal caso, a ser testemunha passiva de taes actos; nestas circumstancias, pois, o dito infeliz **preto, louco** ou invalido, já se acha no caso de ser remettido, ou para a casa dos loucos da provincia, ou para algum dos hospícios de invalidos; providencia esta que se espera do digno delegado de policia deste termo, que tão zeloso de certo, se ha de mostrar pela causa da caridade e do bem publico.

Monitor Campista (RJ) – 20 e 21 de Fevereiro de 1882 (Segunda e Terça), Edição 00041(1).

ANEXO VII



Gazeta da Tarde (RJ) – 1888, Edição A00192(1).

ANEXO VIII

Copia, Ex^{mo} Serr. - Envio a V^{cia} o aliena-
 do Francisco Cabiúna, natural
 de Carrapatos, de cor preta, com eda-
 de de 26 annos, livre, homem po-
 bre. Este alienado Ex^{mo} Serr. como
 V^{cia} vera pelo attestado que o in-
 chuso remetto, e ainda susceptivel de
 curar, por ser sua loucura effeito
 de bebidas espirituosas. Sepp^o últi-
 mamente aqui se tornado encom-
 modo e mesm^o perigoso a tranquil-
 lidade publica sem seus accos de
 furia, e ultimamente desfigo de nas
 ruas desta Cidade causar grandes
 alarmes, só brada de confusao pela
 liberdade da escriptura, o que já tem
 causado suspeitas de insurgencias, e
 ella carnispharia se a policia não
 andasse diligente. Mas recebendo
 aqui o Hospital, alienados, não o
 poderdo ter em na cadeia, por isso
 o envio a V^{cia} para ser levado ao
 Hospicio. - Pela Liarda a V^{cia} = Pe-
 legacia de Policia de Carrapatos, 27 de Se-
 ptembro de 1867. - Ex^{mo} Serr. - Ex^{mo} Serr. - Ex^{mo} Serr.
 Policia da Provincia do Rio de Janeiro.
 Foi Joaquim Heredia da Pa' Delegado
 da Policia.

Eng^o nome
 Antonio rui sê l c c

Ofício de internação do Dossiê de Internação Francisco Cabiúna. HOSPÍCIO DE PEDRO II.

Série: Internação. Subsérie: Dossiê de Internação. – Cx.13 – Prontuários 1867

ANEXO IX



LIVRO DE MATRÍCULA DE ESCRAVOS 1863 – 1866. HOSPÍCIO DE PEDRO II.
Arquivo Permanente. CDM – IMASNS.